



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL



DIÁRIO DO SENADO FEDERAL

ANO LVII – Nº 123 – QUINTA-FEIRA, 31 DE OUTUBRO DE 2002 – BRASÍLIA - DF

MESA		
<p>Presidente ⁽³⁾<i>Ramez Tebet – PMDB – MS</i> 1º Vice-Presidente <i>Edison Lobão – PFL – MA</i> 2º Vice-Presidente <i>Antonio Carlos Valadares – PSB – SE</i> 1º Secretário <i>Carlos Wilson – PTB – PE</i> 2º Secretário <i>Antero Paes de Barros – PSDB – MT</i></p>	<p>3º Secretário ⁽⁶⁾<i>Ronaldo Cunha Lima – PSDB – PB</i> 4º Secretário <i>Mozarildo Cavalcanti – PFL – RR</i></p> <p>Suplentes de Secretário <i>1º Alberto Silva – PMDB – PI</i> <i>2º Marluce Pinto – PMDB – RR</i> <i>3º Maria do Carmo Alves – PFL – SE</i> <i>4º Vago ⁽⁵⁾ – PSDB – RJ</i></p>	
<p>CORREGEDORIA PARLAMENTAR Corregedor⁽¹⁾ <i>Romeu Tuma – PFL – SP</i> Corregedores Substitutos⁽¹⁾ Vago ⁽⁴⁾ Vago <i>Lúcio Alcântara – PSDB – CE</i></p>	<p>PROCURADORIA PARLAMENTAR Procuradores⁽²⁾ <i>Juvêncio da Fonseca – PMDB – MS</i> <i>Gerson Camata – PMDB – ES</i> <i>Bernardo Cabral – PFL – AM</i> <i>Eduardo Siqueira Campos – PSBD – TO</i> <i>Jefferson Pêres – Bloco Oposição – AM</i></p>	
LIDERANÇAS		
<p>LIDERANÇA DO GOVERNO</p> <p>Líder <i>Artur da Távola</i></p> <p>Vice-Líder <i>Romero Jucá</i> <i>Eduardo Siqueira Campos</i> <i>Luiz Otávio</i></p> <p>LIDERANÇA DO PMDB – 23</p> <p>Líder <i>Renan Calheiros</i></p> <p>Vice-Líderes <i>Nabor Júnior</i> <i>Gilberto Mestrinho</i> <i>Juvêncio da Fonseca</i> <i>Gilvam Borges</i> <i>Marluce Pinto</i> <i>Amir Lando</i> <i>Alberto Silva</i> <i>Vago</i></p>	<p>LIDERANÇA DO BLOCO PARLAMENTAR PSDB/PPB – 16</p> <p>Líder <i>Geraldo Melo</i></p> <p>Vice-Líderes <i>Vago</i> <i>Romero Jucá</i> <i>Vago</i> <i>Freitas Neto</i> <i>Vago</i></p> <p>LIDERANÇA DO PFL – 18</p> <p>Líder <i>José Agripino</i> Vice-Líderes <i>Francelino Pereira</i> <i>Romeu Tuma</i> <i>Leomar Quintanilha</i> <i>Moreira Mendes</i> <i>Maria do Carmo Alves</i> <i>Bello Parga</i></p> <p>LIDERANÇA DO BLOCO PARLAMENTAR DE OPOSIÇÃO (PT/PPS) – 10</p> <p>Líder <i>Eduardo Suplicy</i> Vice-Líderes <i>Emília Fernandes</i> <i>Tião Viana</i> <i>Roberto Freire</i></p>	<p>LIDERANÇA DO PDT – 5</p> <p>Líder <i>Sebastião Rocha</i> Vice-Líder <i>Álvaro Dias</i></p> <p>LIDERANÇA DO PTB – 5</p> <p>Líder <i>Carlos Patrocínio</i></p> <p>Vice-Líder <i>Arlindo Porto</i></p> <p>LIDERANÇA DO PSB – 3</p> <p>Líder <i>Ademir Andrade</i></p> <p>Vice-Líder <i>Paulo Hartung</i></p> <p>LIDERANÇA DO PL – 1</p> <p>Líder <i>José Alencar</i></p>

(1) Reeleitos em 2/04/1997

(2) Designação: 27/06/2001

(3) Eleito em 20/09/2001

(4) Em virtude da eleição do Senador Ramez Tebet à Presidência do Senado Federal

(5) O Senador Nilo Teixeira Campos deixa o exercício do mandato em 25/09/2001, em virtude da reassunção do titular

(6) Filiou-se ao PSDB, em 28/09/2001

EXPEDIENTE	
<p>Agaciel da Silva Maia Diretor-Geral do Senado Federal Júlio Werner Pedrosa Diretor da Secretaria Especial de Editoração e Publicações José Farias Maranhão Diretor da Subsecretaria Industrial</p>	<p>Raimundo Carreiro Silva Secretário-Geral da Mesa do Senado Federal Márcia Maria Corrêa de Azevedo Diretora da Subsecretaria de Ata Denise Ortega de Baere Diretora da Subsecretaria de Taquigrafia</p>

Impresso sob a responsabilidade da Presidência do Senado Federal. (Art. 48, nº 31, RISF)

Atualizado em 9.10.2002

SUMÁRIO

CONGRESSO NACIONAL

1 – DECRETOS LEGISLATIVOS

Nº 214, de 2002, que aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária de Amparo Social, Comunicação e Cultura de Aracatu a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Aracatu, Estado da Bahia.	18726
Nº 215, de 2002, que aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária Rádio FM de Nova Olímpia a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Nova Olímpia, Estado de Mato Grosso.	18726
Nº 216, de 2002, que aprova o ato que autoriza a Associação Beneficente e Cultural de Radiodifusão Comunitária Simões Filho FM a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Simões Filho, Estado da Bahia.	18726
Nº 217, de 2002, que aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária de Comunicação de Cachoeira Alta – GO (ACCCA) a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Cachoeira Alta, Estado de Goiás.	18726
Nº 218, de 2002, que aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária de Joviânia a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Joviânia, Estado de Goiás.	18727
Nº 219, de 2002, que aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária para o Desenvolvimento de Tabapuã a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Tabapuã, Estado de São Paulo.	18727
Nº 220, de 2002, que aprova o ato que autoriza a Associação de Radiodifusão Comunitária para o Desenvolvimento de Santa Luzia – ARCSL a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Santa Luzia, Estado da Paraíba.	18727
Nº 221, de 2002, que aprova o ato que autoriza a Fundação Cultural Saúde de Campos a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Campos dos Goytacazes, Estado do Rio de Janeiro.	18727
Nº 222, de 2002, que aprova o ato que autoriza o Grêmio do Projeto Cultural e Criativo Alternativa a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Capivari, Estado de São Paulo.	18728
Nº 223, de 2002, que aprova o ato que autoriza a Fundação Cultural Educativa Carlos Roberto da Silva Pimenta – FUNCEC a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Urutaí, Estado de Goiás.	18728
Nº 224, de 2002, que aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária Liberdade Acreunense a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Acreúna, Estado de Goiás.	18728
Nº 225, de 2002, que aprova o ato que autoriza a Associação Cultural de Santo Antônio do Pinhal a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Santo Antônio do Pinhal, Estado de São Paulo.	18728
Nº 226, de 2002, que aprova o ato que autoriza a Associação Cultural Comunitária Simo-nense a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de São Simão, Estado de São Paulo. .	18729

SENADO FEDERAL

2 – ATA DA 118ª SESSÃO DELIBERATIVA ORDINÁRIA, EM 30 DE OUTUBRO DE 2002

2.1 – ABERTURA

2.2 – EXPEDIENTE

2.2.1 – Leitura de requerimento

Nº 519, de 2002, de autoria do Senador Lúcio Alcântara, solicitando a tramitação em conjunto do Projeto de Lei da Câmara nº 90, de 1999, e do Projeto de Lei da Câmara nº 54, de 2002, por versarem sobre o mesmo assunto. Será incluído em Ordem do Dia oportunamente... 18730

2.2.2 – Comunicações da Presidência

Lembrando ao Plenário que o tempo destinado aos oradores da Hora do Expediente da sessão deliberativa ordinária de amanhã será dedicado a homenagear a memória do poeta Carlos Drummond de Andrade, pelo transcurso do centenário de seu nascimento, de acordo com os Requerimentos nºs 164 e 199, de 2002, dos Senadores Lúcio Alcântara, Tião Viana e outros Senadores; continuando abertas as inscrições para a referida homenagem..... 18730

Prorrogação do prazo para o dia 1º de dezembro próximo das indicações para o Diploma Mulher-Cidadã Bertha Lutz. (As indicações deverão ser encaminhadas à Secretaria-Geral da Mesa do Senado Federal) 18730

2.2.3 – Discursos do Expediente

SENADOR MAURO MIRANDA – Posicionamento contrário à utilização da fiscalização eletrônica da velocidade no trânsito meramente como instrumento de arrecadação, em detrimento dos aspectos educativos. 18731

SENADOR CASILDO MALDANER – Agradecimento aos partidos coligados que possibilitaram a eleição do Sr. Luiz Henrique da Silveira ao Governo do Estado de Santa Catarina..... 18732

SENADOR BENÍCIO SAMPAIO – Comemoração, no último dia 16 de agosto, dos 150 anos de existência da capital do Piauí, Teresina... 18733

SENADOR LÚDIO COELHO – Aspectos positivos da eleição de Luiz Inácio Lula da Silva à Presidência da República. 18735

SENADOR ROMEU TUMA – Congratulações ao Senador Lúdio Coelho pela manifestação de apoio ao presidente eleito, Luiz Inácio Lula da Silva. 18736

2.2.4 – Leitura de Proposta de Emenda à Constituição

Nº 30, de 2002, tendo como primeiro signatário o Senador Paulo Souto, que acrescenta os

§§ 12 e 13 ao art. 14 da Constituição Federal. À Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.... 18737

2.2.5 – Leitura de requerimento

Nº 520, de 2002, de autoria do Senador Valmir Amaral, solicitando ao Ministro de Estado das Comunicações as informações que menciona. À Mesa para decisão. 18739

2.2.6 – Ofícios

Nºs 315 a 318, 320 e 321/2002, de 27 de agosto último, da Liderança do Bloco PL/PSL na Câmara dos Deputados, de substituição de membros nas Comissões Mistas destinadas a apreciar as Medidas Provisórias nºs 58, 59, 61, 62, 63 e 64, de 2002, respectivamente. 18740

Nº 195/2002, de 29 do corrente, da Liderança do PDT na Câmara dos Deputados, de substituição de membro na Comissão Mista destinada a apreciar a Medida Provisória nº 38, de 2002. 18741

S/nº, de 30 do corrente, da Liderança do Bloco PSDB/PPB no Senado Federal, de substituição de membros na Comissão Mista destinada a apreciar a Medida Provisória nº 75, de 2002..... 18741

Nº 29/2002, de 30 do corrente, da Liderança do Bloco PDT/PPS na Câmara dos Deputados, de substituição de membros na Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização..... 18741

Nº 154/2002, de 30 do corrente, da Liderança do PMDB no Senado Federal, de substituição de membro na Comissão de Assuntos Econômicos – CAE..... 18741

Nºs 473 e 474/2002, de 30 do corrente, da Vice-Liderança do PTB na Câmara dos Deputados, de substituição de membros na Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização. 18741

Nº 475/2002, de 30 do corrente, da Liderança do PTB na Câmara dos Deputados, de indicação de membro para a Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização. Designação da Deputada Zila Bezerra para integrar, como suplente, a referida Comissão. 18741

2.2.7 – Comunicação da Presidência

Utilização para as votações secretas, a partir de hoje, do Sistema Eletrônico de Votação do Senado Federal, tendo em vista o recebimento de documento de certificação da Unicamp quanto aos requisitos de segurança..... 18742

2.3 – ORDEM DO DIA

Item 1

Projeto de Lei da Câmara nº 25, de 2002 (nº 2.966/2000, na Casa de origem), que denomina “subestação Delfino Araújo Macedo” a subestação

de energia elétrica do Linhão Norte-Sul da Eletro-norte situado no Município de Miracema do Tocantins, Estado do Tocantins. **Aprovado.** À sanção. 18742

Item 2

Projeto de Lei da Câmara nº 46, de 2002 (nº 3.739/2000, na Casa de origem), que denomina "Rodovia Ministro Alfredo Nasser" a rodovia BR-153, do Estado do Pará até o Estado do Rio Grande do Sul. **Aprovado.** À sanção. 18743

Item 3

Projeto de Decreto Legislativo nº 63, de 2002 (nº 1.185/2001, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que autoriza a Fundação Cultural Educativa Carlos Roberto da Silva Pimenta – FUNCEC a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Urutá, Estado de Goiás. **Aprovado.** À promulgação. 18743

Item 4

Projeto de Decreto Legislativo nº 87, de 2002 (nº 1.075/2001, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária Liberdade Acreunense a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Acreúna, Estado de Goiás. **Aprovado.** À promulgação. 18743

Item 5

Projeto de Decreto Legislativo nº 117, de 2002 (nº 1.021/2001, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que autoriza a Associação Cultural de Santo Antônio do Pinhal a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Santo Antônio do Pinhal, Estado de São Paulo. **Aprovado.** À promulgação. 18744

Item 6

Projeto de Decreto Legislativo nº 121, de 2002 (nº 1.104/2001, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que autoriza a Associação Cultural Comunitária Simonense a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de São Simão, Estado de São Paulo. **Aprovado.** À promulgação. 18744

Item 7

Parecer nº 889, de 2002, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Francelino Pereira, sobre a Mensagem nº 272, de 2002 (nº 731/2002, na origem), de 19 de agosto último, pela qual o Presidente da República submete à deliberação do Senado a escolha do Doutor João Otávio de Noronha, para compor o Superior Tribunal de Justiça, no cargo de Ministro, na vaga destinada a advogado, decorrente da aposentadoria do Ministro Paulo Roberto Saraiva

da Costa Leite. **Aprovado.** (Votação nominal e secreta pelo sistema eletrônico) 18745

Item 8

Parecer nº 890, de 2002, da Comissão de Serviços de Infra-Estrutura, Relator: Senador Romero Jucá, sobre a Mensagem nº 273, de 2002 (nº 744/2002, na origem), de 22 de agosto último, pela qual o Presidente da República submete à deliberação do Senado a escolha do Senhor José Leite Pereira Filho, para ser reconduzido ao cargo de Membro do Conselho Diretor da Agência Nacional de Telecomunicações – ANATEL. **Aprovado.** (Votação nominal e secreta pelo sistema eletrônico) 18746

2.3.1 – Discursos encaminhados à publicação

SENADOR VALMIR AMARAL – Solicitação para inclusão na pauta da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania do Projeto de Lei do Senado nº 116, de 2001, de autoria de S. Ex^a, que visa à alteração da Lei nº 8.560, de 29 de dezembro de 1992, que regula a investigação de paternidade dos filhos havidos fora do casamento e dá outras providências. 18748

SENADOR LÚCIO ALCÂNTARA – Reflexões sobre o transcurso, em outubro, do "Dia Mundial da Saúde Mental", instituído pela Organização Mundial da Saúde. 18749

SENADOR LUIZ OTÁVIO – Sucesso do Projeto Curauá, importante iniciativa do povo paraense para a construção do progresso e desenvolvimento econômico daquele Estado. 18752

2.3.2 – Comunicação da Presidência

Lembrando ao Plenário a realização de sessão deliberativa ordinária amanhã, às 10 horas, com Ordem do Dia anteriormente designada. 18754

2.4 – ENCERRAMENTO

3 – COMPOSIÇÃO DO SENADO FEDERAL – 51ª LEGISLATURA

4 – COMISSÃO MISTA DE CONTROLE DAS ATIVIDADES DE INTELIGÊNCIA (CCAI)

5 – CONSELHO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

6 – CONSELHO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR

7 – CORREGEDORIA PARLAMENTAR

8 – PROCURADORIA PARLAMENTAR

9 – COMPOSIÇÃO DAS COMISSÕES PERMANENTES

10 – COMISSÃO PARLAMENTAR CONJUNTA DO MERCOSUL (REPRESENTAÇÃO BRASILEIRA)

CONGRESSO NACIONAL

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, Ramez Tebet, Presidente do Senado Federal, nos termos do art. 48, inciso XXVIII, do Regimento Interno, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO Nº 214, DE 2002

Aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária de Amparo Social, Comunicação e Cultura de Aracatu a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Aracatu, Estado da Bahia.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 547, de 14 de setembro de 2000, que autoriza a Associação Comunitária de Amparo Social, Comunicação e Cultura de Aracatu a executar, por três anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Aracatu, Estado da Bahia.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, 30 de outubro de 2002. – Senador **Ramez Tebet**, Presidente do Senado Federal .

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, Ramez Tebet, Presidente do Senado Federal, nos termos do art. 48, inciso XXVIII, do Regimento Interno, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO Nº 215, DE 2002

Aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária Rádio FM de Nova Olímpia a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Nova Olímpia, Estado de Mato Grosso.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 559, de 14 de setembro de 2000, que autoriza a Associação Comunitária Rádio FM de Nova Olímpia a executar, por três anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Nova Olímpia, Estado de Mato Grosso.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, em 30 de outubro de 2002. – Senador **Ramez Tebet**, Presidente do Senado Federal .

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, Ramez Tebet, Presidente do Senado Federal, nos termos do art. 48, inciso XXVIII, do Regimento Interno, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO Nº 216, DE 2002

Aprova o ato que autoriza a Associação Beneficente e Cultural de Radiodifusão Comunitária Simões Filho FM a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Simões Filho, Estado da Bahia.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 80, de 21 de março de 2000, que autoriza a Associação Beneficente e Cultural de Radiodifusão Comunitária Simões Filho FM a executar, por três anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Simões Filho, Estado da Bahia.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, 30 de outubro de 2002. – Senador **Ramez Tebet**, Presidente do Senado Federal .

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, Ramez Tebet, Presidente do Senado Federal, nos termos do art. 48, inciso XXVIII, do Regimento Interno, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO Nº 217, DE 2002

Aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária de Comunicação de Cachoeira Alta-GO (ACCCA) a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Cachoeira Alta, Estado de Goiás.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 344, de 17 de julho de 2000, que autoriza a Associação Comunitária de Comunicação de Cachoeira Alta-GO (ACCCA) a executar, por três anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Cachoeira Alta, Estado de Goiás.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, 30 de outubro de 2002. – Senador **Ramez Tebet**, Presidente do Senado Federal.

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, Ramez Tebet, Presidente do Senado Federal, nos termos do art. 48, inciso XXVIII, do Regimento Interno, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO Nº 218, DE 2002

Aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária de Joviânia a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Joviânia, Estado de Goiás.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 271, de 14 de junho de 2000, que autoriza a Associação Comunitária de Joviânia a executar, por três anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Joviânia, Estado de Goiás.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, 30 de outubro de 2002. – Senador **Ramez Tebet**, Presidente do Senado Federal.

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, Ramez Tebet, Presidente do Senado Federal, nos termos do art. 48, inciso XXVIII, do Regimento Interno, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO Nº 219, DE 2002

Aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária para o Desenvolvimento de Tabapuã a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Tabapuã, Estado de São Paulo.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 383, de 31 de julho de 2000, que autoriza a

Associação Comunitária para o Desenvolvimento de Tabapuã a executar, por três anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Tabapuã, Estado de São Paulo.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, 30 de outubro de 2002. – Senador **Ramez Tebet**, Presidente do Senado Federal.

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, Ramez Tebet, Presidente do Senado Federal, nos termos do art. 48, inciso XXVIII, do Regimento Interno, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO Nº 220, DE 2002

Aprova o ato que autoriza a Associação de radiodifusão comunitária para o desenvolvimento de Santa Luzia – Arcsl a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Santa Luzia, Estado da Paraíba.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 708, de 14 de novembro de 2000, que autoriza a Associação de Radiodifusão Comunitária Para o Desenvolvimento de Santa Luzia – ARCSL a executar, por três anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Santa Luzia, Estado da Paraíba.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, 30 de outubro de 2002. – Senador **Ramez Tebet**, Presidente do Senado Federal.

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, Ramez Tebet, Presidente do Senado Federal, nos termos do art. 48, inciso XXVIII, do Regimento Interno, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO Nº 221, DE 2002

Aprova o ato que autoriza a Fundação Cultural Saúde de Campos a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Campos dos Goytacazes, Estado do Rio de Janeiro.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 480, de 14 de agosto de 2000, que autoriza a Fundação Cultural Saúde de Campos a executar, por três anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Campos dos Goytacazes, Estado do Rio de Janeiro.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, 30 de outubro de 2002. – Senador **Ramez Tebet**, Presidente do Senado Federal.

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, Ramez Tebet, Presidente do Senado Federal, nos termos do art. 48, inciso XXVIII, do Regimento Interno, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO Nº 222, DE 2002

Aprova o ato que autoriza o Grêmio do Projeto Cultural e Criativo Alternativa a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Capivari, Estado de São Paulo.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 495, de 23 de agosto de 2000, que autoriza o Grêmio do Projeto Cultural e Criativo Alternativa a executar, por três anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Capivari, Estado de São Paulo.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, 30 de outubro de 2002. – Senador **Ramez Tebet**, Presidente do Senado Federal.

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, Ramez Tebet, Presidente do Senado Federal, nos termos do art. 48, inciso XXVIII, do Regimento Interno, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO Nº 223, DE 2002

Aprova o ato que autoriza a Fundação Cultural Educativa Carlos Roberto da Silva Pimenta – Funcec a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Urutaí, Estado de Goiás.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 192, de 17 de maio de 2000, que autoriza a Fundação Cultural e Educativa Carlos Roberto da Silva Pimenta – FUNCEC a executar, por três anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Urutaí, Estado de Goiás.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, 30 de outubro de 2002. – Senador **Ramez Tebet**, Presidente do Senado Federal.

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, Ramez Tebet, Presidente do Senado Federal, nos termos do art. 48, inciso XXVIII, do Regimento Interno, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO Nº 224, DE 2002

Aprova o Ato que autoriza a Associação Comunitária Liberdade Acreunense a executar serviço de radiodifusão Comunitária na cidade de Acreúna, Estado de Goiás.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 433, de 3 de agosto de 2000, que autoriza a Associação Comunitária Liberdade Acreunense a executar, por três anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Acreúna, Estado de Goiás.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, 30 de outubro de 2002. – Senador **Ramez Tebet**, Presidente do Senado Federal.

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, Ramez Tebet, Presidente do Senado Federal, nos termos do art. 48, inciso XXVIII, do Regimento Interno, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO Nº 225, DE 2002

Aprova o ato que autoriza a Associação Cultural de Santo Antônio do Pinhal a executar Serviço de radiodifusão comunitária na Cidade de Santo Antônio do Pinhal, Estado de São Paulo.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 395, de 31 de julho de 2000, que autoriza a Associação Cultural de Santo Antônio do Pinhal a executar, por três anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Santo Antônio do Pinhal, Estado de São Paulo.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, 30 de outubro de 2002. – Senador **Ramez Tebet**, Presidente do Senado Federal.

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, Ramez Tebet, Presidente do Senado Federal, nos termos do art. 48, inciso XXVIII, do Regimento Interno, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO Nº 226, DE 2002

Aprova o ato que autoriza a Associação Cultural Comunitária Simonense a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de São Simão, Estado De São Paulo.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 314, de 5 de julho de 2000, que autoriza a Associação Cultural Comunitária Simonense a executar, por três anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária na cidade de São Simão, Estado de São Paulo.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, 30 de outubro de 2002. – Senador **Ramez Tebet**, Presidente do Senado Federal.

SENADO FEDERAL

Ata da 118ª Sessão Deliberativa Ordinária em 30 de outubro de 2002

4ª Sessão Legislativa Ordinária da 51ª Legislatura

*Presidência dos Srs. Ramez Tebet, Edison Lobão
Antonio Carlos Valadares e Carlos Wilson*

ÀS 14 HORAS E 30 MINUTOS, ACHAM-SE
PRESENTES OS SRS. SENADORES:

Amir Lando – Antero Paes de Barros – Antonio Carlos Júnior – Antônio Carlos Valadares – Arlindo Porto – Artur da Távola – Bello Parga – Benício Sampaio – Bernardo Cabral – Carlos Bezerra – Carlos Patrocínio – Carlos Wilson – Casildo Maldaner – Chico Sartori – Edison Lobão – Emília Fernandes – Fernando Ribeiro – Francelino Pereira – Freitas Neto – Geraldo Althoff – Geraldo Cândido – Geraldo Melo – Gilberto Mestrinho – Gilvam Borges – Iris Rezende – Jefferson Peres – João Alberto Souza – Jonas Pinheiro – Jorge Bornhausen – José Agripino – José Alencar – José Eduardo Dutra – José Fogaça – José Jorge – José Sarney – Juvêncio da Fonseca – Leomar Quintanilha – Lindberg Cury – Lúcio Alcântara – Lúdio Coelho – Luiz Otavio – Luiz Pastore – Luiz Pontes – Maguito Vilela – Maria do Carmo Alves – Marina Silva – Mauro Miranda – Moreira Mendes – Nabor Júnior – Ney Suassuna – Osmar Dias – Paulo Hartung – Paulo Souto – Pedro Simon – Ramez Tebet – Renan Calheiros – Ricardo Santos – Roberto Requião – Roberto Saturnino – Romero Jucá – Romeu Tuma – Ronaldo Cunha Lima – Sérgio Machado – Tasso Rosado – Teotônio Vilela Filho – Tião Viana – Valmir Amaral – Waldeck Ornelas – Wellington Roberto.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valadares) – A lista de presença acusa o comparecimento de 69 Srs. Senadores. Havendo número regimental, declaro aberta a sessão.

Sob a proteção de Deus, iniciamos nossos trabalhos.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valadares) – Sobre a mesa requerimento que será lido pelo Sr. 1º Secretário em exercício, Senador Antero Paes de Barros.

É lido o seguinte:

REQUERIMENTO Nº 519, DE 2002

Requeiro, nos termos do art. 258 do Regimento Interno, a tramitação em conjunto do Projeto de Lei do Senado nº 90, de 1999, e do Projeto de Lei da Câmara nº 54, de 2002, por versarem sobre o mesmo assunto.

Sala das Sessões, 30 de outubro de 2002. – Senador **Lúcio Alcântara**.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valadares) – O requerimento lido será publicado e posteriormente incluído em Ordem do Dia.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valadares) – A Presidência lembra ao Plenário que o tempo destinado aos oradores da Hora do Expediente da sessão deliberativa ordinária de amanhã será dedicado a homenagear a memória do poeta Carlos Drummond de Andrade, pelo transcurso do centenário de seu nascimento, de acordo com os Requerimentos nºs 164 e 199, de 2002, dos Senadores Lúcio Alcântara, Tião Viana e outros Srs. Senadores.

Esclarece, ainda, que continuam abertas as inscrições para a referida homenagem.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valadares) – A Presidência comunica ao Plenário que, atendendo à solicitação da eminente Senadora Emilia Fernandes, Presidente do Conselho do Diploma Mulher-Cidadã Bertha Lutz, fica prorrogado para o dia 1º de dezembro próximo o prazo de indicações para o referido diploma.

As indicações deverão ser encaminhadas à Secretaria-Geral da Mesa do Senado Federal.

O SR. CASILDO MALDANER (PMDB – SC) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valadares) – Com a palavra V. Exª.

O SR. CASILDO MALDANER (PMDB – SC. Pela ordem.) – Sr. Presidente, gostaria de me inscre-

ver para uma comunicação inadiável, nos termos do art. 14 do Regimento Interno.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valadares) – Pois não, Senador Casildo Maldaner. De acordo com o que estabelece o art. 158, § 2º, do Regimento Interno, V. Exª será atendido na hora apropriada.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valadares) – Há oradores inscritos.

Concedo a palavra ao Senador Mauro Miranda, por 20 minutos.

O SR. MAURO MIRANDA (PMDB – GO. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, a voz do povo precisa ser ouvida. E precisa ser ouvida para que o governo aja conforme os interesses de milhões de brasileiros que precisam ver o Estado como um aliado e não como um inimigo. A voz do povo precisa ser ouvida para que as punições e multas – uma das tarefas naturais de um Estado – sejam vistas como meio legítimo de reprimir comportamentos nocivos à sociedade, e não como formas de auferir renda, de ter mais recursos nos cofres.

Esta não é a primeira vez que me dirijo aos meus colegas Senadores e Senadoras para me pronunciar enfaticamente contra a indústria das multas de trânsito que prolifera por todo o País, em especial contra os radares espalhados pelos postes de nossas ruas e que foram apelidados de “pardais” pelo povo.

Em princípio, os pardais foram instalados como uma das novidades trazidas pela Lei nº 9.503, de 1997, mais conhecida como Código de Trânsito. Uma lei, como muitas outras, que, de tempos em tempos, parece vir para redimir o povo brasileiro, para tornar o nosso País mais igualitário e civilizado.

A aprovação do Código de Trânsito foi vista como uma lufada de ar que renovaria o nosso País e diminuiria as vergonhosas cenas de acidentes que aconteciam em nossas ruas e nossas estradas, ceifando prematuramente as vidas de milhares de nossos concidadãos.

Infelizmente, as grandes expectativas trazidas pelo Código de Trânsito não se realizaram. De um lado, estudos verificaram que a redução no número de mortalidades em acidentes foi temporária e durou apenas treze meses. De outro, os pardais, que se afigurariam como saudável novidade tecnológica capaz de disciplinar e civilizar o nosso caótico trânsito, foram instalados desordenadamente em nossas cidades e estradas, com o fim de arrecadar fundos.

O resultado foi que, em matéria de trânsito, vivemos agora o pior dos mundos. Anualmente, milhares

de brasileiros são vítimas de acidentes de trânsito e outros muitos milhares são vítimas da indústria de multas.

Só no Distrito Federal, por exemplo, há 420 aparelhos de fiscalização entre pardais, radares móveis, lombadas e sensores instalados. Esses equipamentos resultam em multas que somaram 43 milhões de reais em 2001! Em outras partes do Brasil, os valores são impressionantes: na cidade de São Paulo, a Companhia de Engenharia e Tráfego do Município arrecadou 160 milhões de reais! Em todas as cidades em que há fiscalização eletrônica, verificam-se cifras impressionantes. Tão impressionantes que levaram os jornais e o povo a cunhar a expressão indústria das multas.

O pior, no entanto, dá-se quando se verifica como é utilizado o dinheiro arrecadado. De acordo com o jornal **Correio Braziliense**, de 10 de junho deste ano, daqueles R\$43 milhões arrecadados com multas no Distrito Federal em 2001, apenas 3,2% foram aplicados em campanhas e programas educativos – R\$1,4 milhão. A maior parte foi usada para pagar as empresas terceirizadas que instalam os equipamentos: R\$16,4 milhões. O valor equivale a 38,3% do total arrecadado com as multas!

O Distrito Federal não é caso único. Por toda parte a situação se repete: pouco se gasta com a educação para o trânsito e muito para remunerar as empresas terceirizadas que administram os equipamentos eletrônicos.

Como exemplo, Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, causam-me estarrecimento os números oficiais divulgados pelo Denit, antigo DNER, dando conta de que foram arrecadados R\$14 milhões e 68 mil reais na aplicação de 41 mil 986 multas na BR-060, trecho entre Goiânia e Brasília, no período de maio de 2000 a abril de 2002. Desse montante, 15,07%, ou seja, 2 milhões e 110 mil foram repassados a sete empresas que compõem os dois consórcios que administram os 17 aparelhos de fiscalização – radares móveis e lombadas eletrônicas. São, portanto, 2 milhões e 110 mil reais para fiscalizar 17 aparelhos de radar em nossas rodovias de Goiânia a Brasília!

O valor retido pelo consórcio de empresas – quatro, no total – a cada auto de infração/ notificação válida cometido em lombada eletrônica é de R\$39,98. Já o valor pago ao consórcio de empresas – três, no total – a cada infração flagrada em radar móvel é de R\$55,50. Um absurdo, Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores!

Como disse nesta tribuna em outras oportunidades, trata-se de descontrolada sobrecarga econômica sobre os condutores e proprietários de veículos. Em vez de punir para educar, para civilizar, para conter os comportamentos ruins para a coletividade, a multa tornou-se um fim em si mesma. Ela não torna o motorista melhor, mais consciente, mais capaz. A multa torna-o tão— somente mais pobre. Mais pobre e, seguramente, mais descrente das administrações públicas responsáveis pelos pardais.

Os pardais são nefastos porque, em sua fúria de multar indistintamente, diminuem, ainda mais, a crença do cidadão no Estado e, em especial, naquele Estado que está mais próximo dele — a administração da sua cidade.

É chegada a hora, pois, Sr^{as} e Srs. Senadores, de fazer o cidadão recuperar a sua fé nas leis e nas administrações, e o disciplinamento do uso dos pardais é um ponto essencial para isso.

Tomei iniciativa de propor o Requerimento nº 464, de 6 de agosto último, solicitando que o Ministro da Justiça, autoridade à qual se vincula o Conselho Nacional de Trânsito, prestasse informações acerca das medidas que estão sendo tomadas para apurar e conter os abusos associados à proliferação dos equipamentos eletrônicos de fiscalização de trânsito, e suas consequências para os cidadãos. Além disso, pedi-lhe informações sobre quais medidas estão sendo tomadas para garantir a prevalência da finalidade educativa da fiscalização sobre a finalidade arrecadatória e, finalmente, quais são as medidas que aquela Pasta estaria a tomar para garantir a exatidão e a confiabilidade dos registros produzidos pelos equipamentos de controle de velocidade.

Não é descabido pensar que esse requerimento e outras manifestações na imprensa tenham repercutido no Ministério da Justiça. Digo isso porque, no último dia 3 de outubro, finalmente, o Contran, Conselho Nacional de Trânsito, emitiu a Resolução nº 141, que veio a disciplinar o uso de radares eletrônicos.

É louvável a Resolução nº 141, do Contran, ainda mais que a própria Diretora do Denatran — Departamento Nacional de Trânsito, Sr^a Rosa Maria da Cunha, reconheceu, em entrevista disponível no **site** daquele ministério, que existe interesse das empresas em multar, o que caracteriza a indústria da multa.

O Governo Federal, no entanto, não pode considerar-se satisfeito enquanto a Resolução não estiver inteiramente aplicada. Não basta editar uma norma administrativa. É essencial vê-la sendo posta em prática. Caso contrário, teremos mais uma bela medida

sem utilidade. Não é hora de o Governo Federal dizer que alcançou a vitória contra a indústria da multa. É hora, sim, de o Governo Federal mostrar que não se rendeu à indústria da multa. É hora de agir. É hora de fiscalizar. É hora de, se for preciso, solicitar ajuda do Ministério Público para promover o cancelamento automático das punições caso fique comprovada qualquer injustiça na aplicação das multas.

Se é verdade que a Resolução do Contran é um primeiro passo, agora resta continuar a caminhada. Caminhada que deve ser feita em boa parte pelo Executivo Federal, que deve assegurar que o disciplinamento do Contran seja cumprido à risca. Caminhada que significa ouvir a voz do povo para verificar se tal medida é suficiente para acabar com a indústria da multa e, por fim, caminhada que leve o povo a recuperar a fé nas leis e no Estado, conquistando cidadania e diminuindo, sobretudo, o número de mortes no trânsito do nosso País.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valadares) — Concedo a palavra ao Senador Casildo Maldaner, por permuta com o Senador Moreira Mendes.

O SR. CASILDO MALDANER (PMDB — SC. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, o Brasil passou por um pleito eleitoral nas últimas semanas. Tivemos o primeiro turno no dia 6 de outubro e o segundo, para vários Governos Estaduais e Presidência da República, no último dia 27. Ganhamos uns, perderam outros, e o resultado é que venceu a democracia brasileira.

Sr. Presidente, em Santa Catarina, meu Estado, o pleito foi árduo, duro, e a decisão ocorreu no segundo turno. E, como presidente da agremiação vencedora, com a eleição do companheiro Luiz Henrique da Silveira para Governador, não posso deixar de aqui fazer um agradecimento aos que lutaram e participaram da construção desse projeto vitorioso em meu Estado.

Desde o primeiro instante, o meu Partido e o PSDB firmaram um entendimento e uma parceria, conjugando esforços para disputar o segundo turno. Cerca de 15 partidos — dentre eles o PDT, o PPS, o PV, o PCdoB — resolveram, democraticamente, abraçar o projeto do companheiro Luiz Henrique no meu Estado.

Reconheço, por outro lado, que o nosso adversário político, o atual Governador, tem sido um páreo duro. Houve, de lado a lado, esforços e lutas. O povo e todas as lideranças têm participado, mesmo reconhe-

cendo as dificuldades. Penso que, na construção desse projeto diferente, a fim de se implantar uma nova era, um novo modelo de administração para Santa Catarina, desenvolveu-se essa tese vitoriosa. Com o esforço do companheiro Luiz Henrique e também tendo como candidato a vice-Governador o companheiro de Partido, Eduardo Moreira, foi possível implantar-se essa proposta.

Sr. Presidente, como Presidente do nosso Partido, registro neste instante, aqui no Senado Federal, o que ocorreu no meu Estado. Creio que a construção, a luta e a participação de todos os partidos, que entenderam construir essa saída – uns mais, outros menos, mas é claro que com a participação de todos –, permitiram que chegássemos a esse resultado. Não minimizamos a participação de quem quer que seja, porque em Santa Catarina, como também em outros Estados, a diferença foi mínima.

Por isso, com a dedicação e a participação de todos quantos resolveram abraçar esta causa, de se implantar outra proposta, um novo modelo, novos ares em Santa Catarina, alcançou-se esse resultado, e acreditamos piamente que, a partir de janeiro, teremos uma nova caminhada no meu Estado.

Como Presidente do Partido em Santa Catarina, não podia deixar de mencionar os que participaram, os que entenderam, os que abraçaram essa proposta diferente. Prevaleceu, sobretudo, a vontade da maioria – no sistema democrático é isso o que acontece.

Gostaria ainda de registrar que, há vinte anos, perdíamos as eleições mais ou menos pela mesma diferença de votos para o atual governador, que, em 82, disputou com o companheiro Jaison Barreto. Nesse ano, perdemos as eleições em Santa Catarina por mais ou menos essa diferença.

Vejam bem como são as coisas: vinte anos depois inverte-se o processo. E é por isso que eu gostaria de fazer esse registro agradecendo a todos que terão, também, o compromisso de implantar essa proposta lá no meu Estado, invocando não só os que eu já mencionei aqui, mas, principalmente, o PT do meu Estado, que teve papel decisório na vitória desse projeto. Foi decisiva a participação deles nessa segunda rodada – o PT participou com candidatura própria no primeiro turno. Essa participação do PT foi decisiva, sem dúvida alguma. Além disso, é meu dever mencionar também o PSB, que teve candidato a governador e, também, o PPS e os demais partidos que já citei. Todos eles ajudaram a construir essa nova proposta em Santa Catarina.

É o registro, Sr. Presidente, nobres Colegas, que não pude deixar de fazer aqui no Senado Federal.

Muito obrigado.

Durante o discurso do Sr. Casildo Mal-daner, o Sr. Antonio Carlos Valadares, 2º Vice-presidente, deixa a cadeira da presidência que é ocupada pelo Sr. Edison Lobão, 1º Vice-Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão) – Concedo a palavra ao Senador Benício Sampaio por vinte minutos.

O SR. BENÍCIO SAMPAIO (Bloco/PPB – PI. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} Senadoras e Srs. Senadores, no dia 16 de agosto de 2002, a cidade de Teresina, capital do Piauí, completou cento e cinquenta anos de existência. Sr^{as} e Srs. Senadores, a ocasião é histórica, digna de grandes e animadas comemorações. E me alegro em constatar que não foi de outra forma: as festas do sesquicentenário se estenderam por um mês, período em que a cidade recebeu as mais variadas homenagens. Na oportunidade, apresentei a esta Casa requerimento de voto de aplauso ao Prefeito Firmino Filho pela excelente organização dessa magnífica festa popular, que certamente ficará por muitos anos na lembrança de todos os habitantes de Teresina.

Gostaria de valer-me da ocasião do sesquicentenário de minha cidade natal para oferecer a V. Ex^{as} e aos demais brasileiros um breve perfil da Teresina de ontem, de hoje e de amanhã. Não o fiz anteriormente em virtude da escassez de sessões deliberativas no período eleitoral. Com a normalização de nossas reuniões neste Plenário, posso, finalmente, perante os meus nobres pares, fazer o elogio de que minha cidade é merecedora.

Única capital não litorânea do Nordeste, Teresina já nasceu com a missão de integração. Em meados do século XIX, o Presidente da Província do Piauí, o Conselheiro José Antônio Saraiva, decidiu transferir a sede da capital. Oeiras, então capital da província piauiense, jazia no meio do sertão mais incomunicável, num isolamento que dificultava muito qualquer tipo de desenvolvimento e prosperidade.

Por sua posição estratégica, o ponto de confluência dos rios Parnaíba e Poti foi escolhido como sítio da nova cidade, cujo crescimento estaria garantido pelo comércio que, fatalmente, grassaria em região de acesso tão fácil. A distância de 350 quilômetros do litoral não derrubou os ânimos do Conselheiro Saraiva, que inaugurou a cidade em 16 de agosto de 1852. Batizou-a Teresina – uma homenagem à imperatriz Teresa Cristina Maria de Bourbon, esposa de

Dom Pedro II. Nascia, assim, a primeira capital planejada do País.

A análise do Presidente da Província revelou-se profeticamente correta. Nesses 150 anos, Teresina confirmou sua vocação de pólo comercial, vocação à qual foi acrescentando com o tempo alguns talentos que o Conselheiro Saraiva jamais chegou a conceber.

O comércio é, inegavelmente, a principal atividade econômica da cidade. Mais de 50% da mão-de-obra teresinense atua nesse setor. Teresina é um centro atacadista que atende comerciantes tanto das demais cidades do interior do Piauí quanto de cidades do Maranhão, do Pará, do Tocantins e do Estado do Ceará. Outras atividades econômicas de destaque são a indústria têxtil, as manufaturas e o beneficiamento do couro nos tradicionais curtumes da região. Outro setor em franco desenvolvimento é o da construção civil. A tendência, desde 1995, tem sido a verticalização, ou seja, a cidade vem crescendo para cima com a construção de modernos edifícios de apartamentos e de salas comerciais.

Como previu seu fundador, o florescimento comercial de Teresina deve muito à sua posição geográfica. O caráter mesopotâmico da capital piauiense favorece, de modo decisivo, a prosperidade econômica de seus cidadãos. A confluência dos rios Poti e Parnaíba possui, contudo, significado maior que a mera localização geográfica privilegiada. De fato, eles representam muito mais. O rio Poti, que banha vários bairros da cidade, é fonte de renda, alimento e lazer. A argila desse rio é matéria-prima de algumas das melhores peças de nosso artesanato. Já o sinuoso rio Parnaíba – o “Velho Monge”, como o conhecemos no Piauí – é o terceiro maior rio do País e pode ser considerado o grande eixo de desenvolvimento da região que banha, sendo impossível separá-lo da vida e da paisagem teresinense.

Os dois rios representam, também, nossa vontade de integração. A localização estratégica de Teresina, que permite o contato próximo entre essa capital e os estados das regiões Norte e Nordeste, faz-nos lembrar das pontes que interligam as margens opostas dos rios que banham a cidade. Parece-nos, assim, que a vocação dessa cidade é mesmo a busca constante do encontro com o outro, com a outra margem, esteja essa simbolizada pelo litoral, pelos rincões do sertão nordestino ou, ainda, pelas outras regiões do País.

Mas não são apenas os rios que se encontram em Teresina. A malha rodoviária piauiense permite à capital receber, diariamente, milhares de trabalhadores que transitam pelas rodovias municipais, estaduais

e federais. A cidade está na convergência do tráfego rodoviário de estados do Norte e do Nordeste para o sul do País. Teresina encontra-se interligada a Fortaleza, a São Luís, a Belém, a Recife e a Salvador. As estradas locais, por sua vez, facilitam o trânsito entre os habitantes da capital e as diversas cidades que compõem o interior piauiense.

Sr. Presidente, às vezes gosto de imaginar que, por mais certa que possa ter sido sua visão de futuro, o Conselheiro Saraiva jamais poderia imaginar que Teresina se tornaria um grande centro regional de saúde, sob muitos aspectos, o mais importante do Nordeste. Construído ao longo de mais de sessenta anos, o Pólo de Saúde de Teresina é referência nas regiões Norte e Nordeste. O surgimento do pólo pode ser identificado com a inauguração do Hospital Getúlio Vargas, em 1941. Desde então, a estrutura médico-hospitalar da capital piauiense não parou de se expandir. Hoje, 33 hospitais, juntamente com outros 600 estabelecimentos ligados ao setor de saúde, oferecem atendimento médico à população de sete estados. Trata-se da maior concentração de unidades assistenciais do Nordeste. Metade das pessoas atendidas não são de Teresina – uma proporção que não é superada por nenhuma outra cidade do País. É importante frisar, Sr. Presidente, que as pessoas não são atraídas apenas pela grande quantidade de estabelecimentos, mas também pela grande diversidade de especialidades médicas e pelo avanço tecnológico e técnico que caracteriza a prática da medicina em Teresina. Mesmo intervenções delicadas, como o transplante de coração, rim e córnea, são realizadas com elevadíssimos níveis de sucesso e qualidade.

Essa excelência se explica pela tradição que a cidade conquistou no ensino da medicina e de outras áreas de ciências da saúde. Tradição viva até hoje, e fortalecida nos anos 70, com a instalação da Universidade Federal do Piauí. Ainda em razão do Pólo de Saúde, Teresina é uma cidade bastante requisitada para a realização de seminários e outros eventos nas áreas médico-científicas.

A exemplo de vários outros projetos em andamento em todo o País, o Pólo de Saúde de Teresina enfrenta atualmente grave crise, ocasionada por uma carência de recursos alarmante. A verba que o Governo Federal vem destinando à saúde no Piauí não reflete as reais necessidades do setor. Os critérios utilizados pelo Executivo Federal na distribuição de recursos são puramente populacionais. É evidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, que tais critérios não contemplam a situação de uma cidade como Teresina, em que grande parcela dos pacientes são oriundos de outros

Estados. Esse erro de logística, se não for corrigido, poderá ser a causa do colapso de um sistema do qual dependem a saúde e a vida de cidadãos de outros Estados da Federação!

Outro evento que o Conselheiro Saraiva não seria capaz de predizer é o **boom** que Teresina e o Piauí vêm presenciando, nos últimos cinco anos, na oferta dos cursos de 3º grau. Em um universo de 27 faculdades isoladas, 20 – isso mesmo, 20 – iniciaram suas atividades nos últimos cinco anos. Essas faculdades, juntamente com as duas universidades da cidade, lançam, anualmente, cerca de 8.000 novos profissionais em um mercado mais que saturado.

Reduzir o número de vagas, obviamente, não é solução. O problema, na verdade, tem a mesma natureza dos desafios enfrentados pelo Pólo de Saúde: precisamos de mais recursos, neste caso aliados a programas de desenvolvimento patrocinados pelo Governo Federal. O Estado do Piauí, sozinho, não conseguirá inverter essa grave situação.

Por fim, gostaria de destacar o bem mais valioso de Teresina: as 770 mil pessoas que orgulhosamente habitam a cidade. O calor de seus corações é o verdadeiro responsável pelas elevadas temperaturas da capital. Essa gente festeira e acolhedora terá o maior prazer em apresentar aos visitantes as delícias da cidade: o verde das árvores, espalhadas por 220 praças e 21 parques e reservas; as festas folclóricas do Bumba-Meu-Boi, do Reisado e da Quadrilha; o céu azul e o sol equatorial; e, quando a fome apertar, um belo prato de Maria Isabel, acompanhado de um copo de cajuína, imortalizada por Caetano Veloso em belíssima canção.

Parabéns, Conselheiro Saraiva, pela iniciativa de fundar a cidade. E parabéns, povo de Teresina, pela linda cidade que construímos e continuamos a construir, dia a dia!

Era o que tinha a dizer.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão) – Concedo a palavra ao Senador Juvêncio da Fonseca. (Pausa.)

Concedo a palavra ao Senador Lúdio Coelho, por vinte minutos.

O SR. LÚDIO COELHO (Bloco/PSDB – MS. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, acompanhei pela imprensa, principalmente pela imprensa falada, os mais variados tipos de comentários a respeito das últimas eleições. É a oportunidade de ouvir

mos a grande quantidade de cientistas políticos que estão surgindo em nosso País.

O resultado dessas eleições no Brasil é um campo muito vasto para o exame dos senhores cientistas políticos; como o povo desta Nação brasileira, de vez em quando, dá lições.

Assistimos à eleição do Presidente da República. Um operário, oriundo de uma remota cidade de Pernambuco, faz esse percurso por São Paulo e alcança a Presidência da República desta Nação extraordinária capaz de uma virada tão profunda: a substituição, sem maiores consequências ou agitações, de um governo capitalista, liberal e intelectualizado por um governo de um operário. Tal fato representa bem o espírito pacífico do povo brasileiro.

No entanto, o povo brasileiro foi cauteloso; entregou a Presidência da República ao Sr. Lula e deixou quase todos os Estados governados por Partidos de Oposição ao Presidente eleito. O povo repetiu a confiança em dois Estados de representação política relativamente pequena, mas importantes, como o meu Mato Grosso do Sul e o Acre, e entregou também o Piauí. Contudo, retirou do Partido do Presidente eleito o governo de um dos Estados mais importantes do nosso País.

Ontem, quando da visita que S. Ex^a. o Presidente eleito fez aos diversos Poderes da República, estava em meu gabinete dando uma olhada em uns documentos. Encontrei discurso feito por mim, no começo do ano passado, em que falava da importância do entendimento entre os Poderes da República para fazermos as reformas que são consenso entre a classe política brasileira. Também encontrei pronunciamentos de inúmeros Senadores falando sobre a necessidade das reformas. Não entendemos, portanto, por que elas não acontecem.

Talvez seja o momento de o País efetuar as reformas básicas: política, tributária e judiciária. Além disso, também devemos aproveitar a oportunidade para fazermos a reforma que a Nação brasileira está tão necessitada: a do comportamento humano.

O Presidente Fernando Henrique Cardoso conseguiu a estabilidade econômica – estamos com a moeda estável –, conseguiu controlar a inflação, conseguiu levantar o endividamento do País de todas as áreas – Estados, Municípios e autarquias – e está começando o crescimento econômico.

Um dia desses, falando com pessoas ligadas a mim, disse que a não-eleição do candidato ligado ao Presidente Fernando Henrique Cardoso significava uma espécie de fadiga que dá em peças de máquina

– não quebra, mas fadiga: a população brasileira se fatigou do Governo do Presidente Fernando Henrique Cardoso. Basicamente, todos os candidatos afirmaram a manutenção dos pontos essenciais do atual governo: estabilidade econômica, superávit primário e os princípios básicos que geram a economia familiar equilibrada, ou seja, gastar de acordo com suas receitas.

Por duas vezes, fui prefeito de Campo Grande. Naquele tempo, não existia esta lei tão importante que é a Lei de Responsabilidade Fiscal, mas eu afirmava, permanentemente, que a minha administração seguia os princípios da administração familiar. Na administração familiar, ninguém pode gastar mais do que percebe, sob pena de trazer o desequilíbrio ao lar: os filhos saírem de casa e envolverem-se com drogas, a mulher largar o marido. Numa nação desequilibrada, com inflação, aumenta a desordem. Penso que essas eleições propiciarão o entendimento entre as lideranças do nosso País.

Há cerca de dois anos, o Presidente eleito Luiz Inácio Lula da Silva estava pescando no rio Paraguai, em Porto Murtinho. Como Presidente do PSDB do Mato Grosso do Sul, entendi que deveria visitá-lo, pois ele era o Presidente do maior partido de Oposição do Brasil. O Governo Fernando Henrique Cardoso passava por um período muito difícil, e eu disse ao Senhor Lula a respeito da importância de tentarmos construir um governo de coalizão nacional. Ao final da Era Vargas, apesar do radicalismo da Oposição, o Brasil conseguiu formar um governo de coalizão nacional que deu sustentação política ao Presidente Dutra. Eu disse ao Senhor Lula que aquela era a oportunidade de nos entendermos. E ele afirmou que estivera com o Presidente Fernando Henrique, que ficou de convocá-lo para uma conversa posteriormente, mas que isso não ocorreu, pois setores do governo estavam dificultando esse entendimento.

Precisamos desse entendimento. O País vive uma situação de tranquilidade, mas o endividamento brasileiro é extremamente elevado em relação à produção das nossas riquezas. Estamos numa espécie de concordata, pois o cumprimento dos compromissos assumidos pela Nação brasileira depende de um governo persistente, competente, responsável, que encontrará dificuldades ao cortar benefícios, cortar gastos. Somente um consenso nacional será capaz de nos levar a pagar nossas dívidas e levar a família brasileira a aceitar as dificuldades que serão impostas para que isso seja feito.

Penso que o mundo capitalista, dentro de dois ou três anos, haverá de fazer uma ampla renegociação,

viabilizando as nações mais endividadas para que elas possam cumprir seus compromissos. Somos muito importantes para o mundo capitalista, somos 170 milhões de habitantes. O nosso crescimento é essencial para que tenhamos capacidade de importar mais e de pagar os juros de nossa dívida. De nada adiantará essa política de juros elevados, se as nações não tiverem condições de honrar seus compromissos. Tenho impressão de que o mundo capitalista criará condições para que países como o Brasil, Turquia, Rússia, Argentina e tantos outros tenham condições de cumprirem seus acordos.

E, assim, nós estamos dando um exemplo extraordinário de compreensão humana, somos uma democracia nova que viabiliza a ascensão à Presidência da República de uma pessoa de origem humilde, um trabalhador. Esta é uma nação privilegiada, é uma nação tolerante. Aqui, graças a Deus, é muito diferente do continente africano, da região árabe-israelense, da própria Rússia, onde a corrupção e a violência campeiam. No Brasil, às vezes, fazemos um grande movimento contra a violência – e, efetivamente, precisamos combatê-la com energia –, mas a nossa violência não tem a profundidade daquela que ocorre em outros países.

Companheiros Senadores, não sou cientista político, mas quis fazer um discurso sobre um assunto que os cientistas políticos estão dando muitos palpites. Quem sabe um de meus palpites também possa ajudar a Nação.

Muito obrigado!

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão) – Concedo a palavra ao Senador Romeu Tuma.

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, quero me congratular com o Senador Lúdio Coelho pela análise que fez sobre a importância de se apoiar o novo Presidente, dentro, é claro, dos critérios de respeito à política de cada partido.

Conhecemos as dificuldades que o País atravessa e que ainda vai atravessar. Assim, a consciência de cada integrante desta Casa e da Câmara dos Deputados terá que funcionar a todo vapor, para que a sociedade brasileira não sofra as consequências de oposições selvagens.

Como disse o Senador Lúdio Coelho, um exemplo nesta Casa, estamos vivendo momentos difíceis. Presto, hoje, uma homenagem ao Presidente Fernando Henrique pela sua conduta exemplar na Presidência da República, durante todo o período eleitoral, ja-

mais interferindo no processo ou trazendo qualquer problema que pudesse interferir no resultado das urnas. Creio que o grande vitorioso em toda essa luta pela eleição dos candidatos foi o Presidente Fernando Henrique. Estive com Sua Excelência no dia da votação – pois votamos na mesma seção eleitoral – e senti a vibração do povo por onde Sua Excelência passava, e mesmo dos eleitores daquela seção, que o aplaudiram e o reverenciaram por toda a força que deu para a consolidação da democracia.

Sr. Presidente Edison Lobão, eu gostaria de deixar registrada a figura exemplar do Presidente Fernando Henrique Cardoso, por toda a caminhada que soube impor durante esses oito anos. Foram muitos dias de sofrimentos, de amarguras, de luta para manter o País com essa estabilidade adquirida com muita dificuldade. Hoje, ao se aproximar o término do seu Governo, Sua Excelência dá mais um exemplo de dignidade e respeito ao cidadão e às forças políticas do País, consolidando definitivamente a democracia em nossa terra.

Temos que cultivar esse trabalho. Essa árvore cresceu, frutificou e vamos colher os seus frutos. Temos que trabalhar para que, em um futuro próximo, passadas as dificuldades, os obstáculos naturais que surgirão nessa globalização da economia, a sociedade, principalmente os nossos netos, possam desfrutar de um país mais tranquilo, mais feliz e mais justo.

Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão) – Requeiro aos Srs. Senadores que se encontram em seus gabinetes que compareçam ao plenário, pois teremos votação nominal dentro de alguns minutos.

Sobre a mesa, proposta de emenda à Constituição que será lida pelo Sr. 1º Secretário em exercício, Senador Antero Paes de Barros.

É lida a seguinte:

**PROPOSTA DE EMENDA À
CONSTITUIÇÃO Nº 30, DE 2002**

**Acrescenta os §§ 12 e 13 ao art. 14
da Constituição Federal.**

As Mesas da Câmara dos Deputados e do Senado Federal, nos termos do § 3º do art. 60 da Constituição Federal, promulgam a seguinte Emenda ao texto constitucional:

Artigo único. O art. 14 da Constituição Federal passa a vigorar acrescido dos seguintes §§ 12 e 13:

Art. 14.....
.....

§ 12. Os agentes públicos que substituírem o Presidente da República, Governador de Estado ou do Distrito Federal e Prefeito, nos seis meses anteriores ao pleito, não serão considerados inelegíveis por essa razão, desde que a soma das substituições no período não exceda a quinze dias.

§ 13. A ressalva estabelecida no parágrafo anterior aproveita ao cônjuge e aos parentes consanguíneos ou afins, até o segundo grau ou por adoção, dos agentes públicos nele referidos.

Justificação

A proposição que estamos submetendo à apreciação dos Senhores Senadores tem o objetivo de resolver problema que a cada período eleitoral se repete em nosso País.

Trata-se da questão relativa à substituição dos titulares das Chefias do Poder Executivo nos seis meses anteriores às eleições.

Como é sabido, tanto o Vice-Presidente da República, como os Presidentes da Câmara dos Deputados e do Senado Federal, bem como o Presidente do Supremo Tribunal Federal estão arrolados, no art. 80 da Constituição Federal, como passíveis de serem chamados ao exercício da Presidência da República, no caso de impedimento do titular ou vacância do cargo.

Outrossim, regras similares estão adotadas nas Constituições dos Estados e nas Leis Orgânicas dos Municípios.

Ocorre que a Justiça Eleitoral tem o entendimento de que o Vice-Presidente da República, o Presidente da Câmara dos Deputados ou o Presidente do Senado Federal que substituírem, ainda que eventualmente, o Presidente da República, dentro dos seis meses anteriores ao pleito, ficarão inelegíveis para outros cargos, mesmo que seja para os cargos que vinham anteriormente exercendo.

Como as regras referentes à inelegibilidade inscritas nos §§ 6º e 7º do art. 14 da Constituição, que embasam a tese de que fica inelegível quem substituir Chefe do Poder Executivo, nos seis meses anteriores às eleições, ainda que tal substituição se dê por apenas curto espaço de tempo, correspondem a certo equilíbrio político que foi obtido por ocasião da votação da chamada Emenda da Reeleição, em 1997, entendemos que uma proposta de alteração nessas regras poderia implicar certa desestabilização política, o que preferimos evitar.

Por essa razão, optamos por proposta que visa a resolver situação hoje existente, que beira às raias do **non sense**, pois o que todos assistimos são via-

gens artificiais, adredemente preparadas para que os ocupantes de cargos arrolados na chamada “cadeia de sucessão” dos Chefes de Poder Executivo não substituam esses agentes públicos, em caso de impedimento, afastando, dessa forma, a incidência de inelegibilidade.

Assim, para resolver o problema em questão, estamos propondo que não haja incidência de inelegibilidade sobre os agentes públicos que podem ser chamados a substituir o Presidente da República, Governador de Estado ou do Distrito Federal e Prefeito, nos seis meses antes do pleito, quando a soma das substituições no período não exceder a quinze dias.

Ademais, por razões até mesmo lógicas, estamos também estabelecendo que tal regra se aplique ao cônjuge e aos parentes, consangüíneos ou afins, até o segundo grau ou por adoção, dos agentes públicos referidos. Tal extensão se impõe em razão do disposto no § 7º do art. 14 da Constituição Federal, que estabelece a inelegibilidade, no território de jurisdição do titular, do cônjuge e dos parentes consangüíneos ou afins, até o segundo grau ou por adoção, dos Chefes de Governo e de quem os haja substituído dentro dos seis meses anteriores ao pleito, salvo se já titular de mandato eletivo e candidato à reeleição.

Uma vez adotadas as normas que ora propomos, ficaria sanado o problema a que hoje todos assistimos.

Enfim, a nossa proposta é no sentido de que se dê tratamento adequado a uma questão que hoje, decididamente, não encontra solução de boa espécie.

Ante todo o exposto e em face da especial relevância da proposta de emenda à Constituição que ora apresentamos, solicitamos aos ilustres Congressistas o seu acolhimento.

Sala das Sessões, 30 de outubro de 2002. –
Senador **Paulo Souto** – **Geraldo Cândido** – **Antero Paes de Barros** – **Jefferson Peres** – **Carlos Wilson** – **Pedro Simon** – **Romeu Tuma** – **Freitas Neto** – **Marluce Pinto** – **Jonas Pinheiro** – **Casildo Maldaner** – **Roberto Saturnino** – **Geraldo Althoff** – **Tião Viana** – **Osmar Dias** – **Waldeck Ornelas** – **Antonio Carlos Junior** – **Benício Sampaio** – **Arlindo Porto** – **Jorge Bornhausen** – **Bello Parga** – **Nabor Junior** – **Gilberto Mestrinho** – **José Eduardo Dutra** – **Lindberg Cury** – **Luiz Pontes** – **Edison Lobão**.

LEGISLAÇÃO CITADA CONSTITUIÇÃO FEDERAL

Art. 14. (*) A soberania popular será exercida pelo sufrágio universal e pelo voto direto e secreto, com valor igual para todos, e, nos termos da lei, mediante:

- I – plebiscito;
- II – referendo;
- III – iniciativa popular.

§ 6º Para concorrerem a outros cargos, o Presidente da República, os Governadores de Estado e do Distrito Federal e os Prefeitos devem renunciar aos respectivos mandatos até seis meses antes do pleito.

§ 7º São inelegíveis, no território de jurisdição do titular, o cônjuge e os parentes consangüíneos ou afins, até o segundo grau ou por adoção, do Presidente da República, de Governador de Estado ou Território, do Distrito Federal, de Prefeito ou de quem os haja substituído dentro dos seis meses anteriores ao pleito, salvo se já titular de mandato eletivo e candidato à reeleição.

(*) Emenda Constitucional de Revisão nº 4, de 1994

(*) Emenda Constitucional nº 16, de 1997

Art. 80. Em caso de impedimento do Presidente e do Vice-Presidente, ou vacância dos respectivos cargos, serão sucessivamente chamados ao exercício da Presidência o Presidente da Câmara dos Deputados, o do Senado Federal e o do Supremo Tribunal Federal.

(À Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.)

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão) – A Proposta de Emenda à Constituição que acaba de ser lida está sujeita a disposições específicas constantes dos arts. 354 e seguintes do Regimento Interno.

A matéria será publicada e despachada à Comissão de Constituição de Justiça e Cidadania.

Sobre a mesa, requerimento que será lido pelo Sr. 1º Secretário em exercício, Senador Antero Paes de Barros.

É lido o seguinte:

REQUERIMENTO Nº 520, DE 2002.

Nos termos do art. 50, § 2º, da Constituição Federal, combinado com os arts. 215, I, a, e 216 do Regimento Interno do Senado Federal, e com base em informações constantes de reportagem veiculada pela edição do *Jornal do Brasil* de 18 de setembro de 2002, sob o título Verba para inclusão digital cai 85%, com o subtítulo 7 milhões de alunos ficam sem internet, requeiro seja encaminhado ao Ministro de Estado das Comunicações pedido de informações do próprio Ministro e do Presidente da Agência Nacional de Telecomunicações (ANATEL), com vistas à obtenção dos seguintes esclarecimentos referentes à utilização dos recursos do Fundo de Universalização dos Serviços de Telecomunicações (FUST), instituído pela Lei nº 9.998, de 17 de agosto de 2000, e regulamentado pelo Decreto nº 3.624, de 5 de outubro de 2000, recursos esses destinados a programas de acesso à *Internet* e telefonia para populações carentes:

a) Quais os problemas burocráticos e jurídicos que têm inviabilizado a implantação dos referidos programas?

b) Quais os cortes orçamentários exigidos pela área econômica relativamente à utilização dos recursos do FUST na implementação dos programas?

c) Quais os programas e projetos já efetivamente implantados com a aplicação dos recursos do FUST?

d) Qual o montante da arrecadação da contribuição de 1% sobre o faturamento das empresas do setor de prestação de serviços de telecomunicações para aplicação nos programas?

Justificação

Reportagem publicada pela edição do *Jornal do Brasil* de 18 de setembro de 2002, sob o título Verba para inclusão digital cai 85%, com o subtítulo 7 milhões de alunos ficam sem internet, informa que o orçamento do Fundo de Universalização dos Serviços de Telecomunicações (FUST), previsto pelo Ministério das Comunicações para o próximo ano, prevê a receita de R\$576,422 milhões, dos quais R\$ 455,972 milhões estariam contingenciados, restando, assim, apenas R\$120,450 milhões para aplicação em programas sociais de inserção da população carente nos serviços de telecomunicações. A queda de 85% dos recursos resulta de comparação entre este último valor e a estimativa de despesa do governo federal com os programas sociais de universalização das telecomunicações para 2002, da ordem de R\$820 milhões.

A reportagem assevera, ainda, que dos R\$120,450 milhões supra mencionados, R\$33,314 milhões seriam aplicados no subsídio à implantação de serviços de telefonia para comunidades de baixo poder aquisitivo, e R\$24,562 milhões, nos programas de implantação de rede de *Internet* em escolas públicas e bibliotecas. O texto alega que, não fosse a ocorrência de problemas administrativos e jurídicos, "... o programa da internet já estaria em operação, beneficiando 13 mil escolas públicas do ensino médio e profissionalizante, abrangendo universo de 7 milhões de alunos".

Formulo o presente requerimento de informações por entender que o Senado Federal deva buscar, junto às autoridades responsáveis pela viabilização dos programas sociais de universalização das telecomunicações, o cabal esclarecimento das inquietantes informações contidas na reportagem, para, se for o caso, agir no sentido da correção de tal estado de coisas nas deliberações sobre a proposta orçamentária para o exercício de 2003.

Sala das Sessões, 30 de outubro de 2002. – Senador, **Valmir Amaral**.

(À Mesa para decisão.)

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão) – O requerimento lido será despachado à Mesa para decisão, nos termos do inciso III do art. 216 do Regimento Interno.

Sobre a mesa, ofícios que serão lidos pelo Sr. 1º Secretário em exercício, Senador Antero Paes de Barros.

São lidos os seguintes:

Of. nº 315/02 – BP

Brasília, 27 de agosto de 2002

Senhor Presidente,

Tenho a honra de comunicar a V. Exª que o Bloco PL/PSL indica o Deputado João Caldas (PL/AL), na qualidade de titular, e o Deputado Marcos de Jesus (PL/PE), na qualidade de suplente, em substituição aos anteriormente indicados, para integrarem a Comissão Mista destinada a proferir parecer à Medida Provisória nº 58, de 2002, que "Exclui da vedação prevista no art. 3º da Lei nº 9.491, de 9 de setembro de 1997, as ações detidas pela União no capital do Banco do Brasil S.A., e dá outras providências".

Sendo o que se apresenta para o momento, reitero ao ilustre Presidente meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

Deputado **Valdemar Costa Neto**, Líder do Bloco PL/PSL.

Of. nº 316/02 – BP

Brasília, 27 de agosto de 2002

Senhor Presidente,

Tenho a honra de comunicar a V. Exª que o Bloco PL/PSL indica o Deputado Eujácio Simões (PL/BA), na qualidade de titular, e o Deputado João Caldas (PL/AL), na qualidade de suplente, em substituição aos anteriormente indicados, para integrarem a Comissão Mista destinada a proferir parecer à Medida Provisória nº 59, de 2002, que “Dispõe sobre a utilização das fontes de recursos existentes no Tesouro Nacional no encerramento do exercício financeiro de 2001, e dá outras providências”.

Sendo o que se apresenta para o momento, reitero ao ilustre Presidente meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

Deputado **Valdemar Costa Neto**, Líder do Bloco PL/PSL.

Of. nº 317/02 – BP

Brasília, 27 de agosto de 2002

Senhor Presidente,

Tenho a honra de comunicar a V. Exª que o Bloco PL/PSL indica o Deputado De Velasco (PSL/SP), na qualidade de titular, e o Deputado Ronaldo Vasconcellos (PL/MG), na qualidade de suplente, em substituição aos anteriormente indicados, para integrarem a Comissão Mista destinada a proferir parecer à Medida Provisória nº 61, de 2002, que “Dispõe sobre a assunção, pela União, de responsabilidades civis perante terceiros no caso de atentados terroristas ou atos de guerra contra aeronaves de empresas aéreas brasileiras”.

Sendo o que se apresenta para o momento, reitero ao ilustre Presidente meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

Deputado **Valdemar Costa Neto**, Líder do Bloco PL/PSL.

Of. nº 318/02 – BP

Brasília, 27 de agosto de 2002

Senhor Presidente,

Tenho a honra de comunicar a V. Exª que o Bloco PL/PSL indica o Deputado Almeida de Jesus (PL/CE), na qualidade de titular, e o Deputado Badu Picanço (PL/AP), na qualidade de suplente, em substituição aos anteriormente indicados, para integrarem a Comissão Mista destinada a proferir parecer à Medida Provisória nº 62, de 2002, que “Altera o art. 25 da Lei nº 9.605, de 12 de fevereiro de 1998, que dispõe

sobre as sanções penais e administrativas derivadas de condutas e atividades lesivas ao meio ambiente”.

Sendo o que se apresenta para o momento, reitero ao ilustre Presidente meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

Deputado **Valdemar Costa Neto**, Líder do Bloco PL/PSL.

Of. nº 320/02 – BP

Brasília, 27 de agosto de 2002

Senhor Presidente,

Tenho a honra de comunicar a V. Exª que o Bloco PL/PSL indica o Deputado Luciano Bivar (PSL/PE), na qualidade de titular, e o Deputado Medeiros (PL/SP), na qualidade de suplente, em substituição aos anteriormente indicados, para integrarem a Comissão Mista destinada a proferir parecer à Medida Provisória nº 63, de 2002, que “Cria o Programa Diversidade na Universidade, e dá outras providências”.

Sendo o que se apresenta para o momento, reitero ao ilustre Presidente meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

Deputado **Valdemar Costa Neto**, Líder do Bloco PL/PSL.

Of. nº 321/02 – BP

Brasília, 27 de agosto de 2002

Senhor Presidente,

Tenho a honra de comunicar a V. Exª que o Bloco PL/PSL indica o Deputado Eujácio Simões (PL/BA), na qualidade de titular, e o Deputado Badu Picanço (PL/AP), na qualidade de suplente, em substituição aos anteriormente indicados, para integrarem a Comissão Mista destinada a proferir parecer à Medida Provisória nº 64, de 2002, que “Estabelece exceção ao alcance do art. 2º da Lei nº 10.192, de 14 de fevereiro de 2001, que dispõe sobre medidas complementares ao Plano Real, e dá outras providências”.

Sendo o que se apresenta para o momento, reitero ao ilustre Presidente meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

Deputado **Valdemar Costa Neto**, Líder do Bloco PL/PSL.

Of. nº 195/PDT

Brasília, 29 de outubro de 2002

Senhor Presidente,

Indico a Vossa Excelência o Deputado Dr. Hélio para integrar a Comissão Mista destinada a apreciar e

proferir parecer à Medida Provisória nº 38/2002, que “dispõe sobre o parcelamento de débitos tributários de Estados, do Distrito Federal, de Municípios e de empresas públicas e privadas em processo de falência ou de liquidação, institui regime especial de parcelamento da contribuição para o programa de formação do patrimônio do servidor público – PASEP, restabelece prazos para pagamento de débitos tributários...”, em minha substituição.

Nesta oportunidade, reitero a Vossa Excelência protestos de estima e elevada consideração.

Deputado **Miro Teixeira**, Líder do PDT.

GABINETE DA LIDERANÇA DO BLOCO PSDB/PPB

Sr. Presidente do Congresso Nacional,

Indico, em substituição à designação desta presidência, os Senadores do Bloco PSDB/PPB que comporão a Comissão Especial Mista destinada a apreciar a seguinte medida provisória:

MP nº 75

PUBLICAÇÃO **DOU**: 25-10-02

ASSUNTO: Altera a Legislação Tributária Federal, e dá outras providências.

TITULARES	SUPLENTE
Senador Eduardo Siqueira Campos	Senador Freitas Neto
Senador Ricardo Santos	Senador Ronaldo Cunha Lima
Senador Benício Sampaio	Senador Geraldo Melo

Brasília, 30 de outubro de 2002. – **Geraldo Melo**, Líder do Bloco PSDB/PPB.

LIDERANÇA DO BLOCO PDT/PPS

Of./Bloco/nº 29/2002

Brasília, 30 de outubro de 2002

Senhor Presidente,

Solicito a Vossa Excelência a seguinte permuta: para titular, Deputado João Herrmann Neto/PPS; para suplente, o Deputado Clementino Coelho/PPS, na Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização.

Atenciosamente, – Deputado **João Herrmann Neto**, Líder do Bloco Parlamentar PDT/PPS.

Of. GL/PMDB nº 154/2002

Brasília, 30 de outubro de 2002

Senhor Presidente,

Nos termos regimentais, comunico a Vossa Excelência a indicação da Senador Luiz Pastore, como membro titular, em substituição ao Senador Francisco Escórcio, na Comissão de Assuntos Econômicos – CAE.

Na oportunidade, renovo a Vossa Excelência votos de apreço e consideração. – Senador **Renan Calheiros**, Líder do PMDB.

LIDERANÇA DO PTB

Ofício nº 473/2002

Brasília, 30 de outubro de 2002

Senhor Presidente,

Nos termos regimentais, indico o Deputado Iberê Ferrelra (PTB – RN) como Titular, em substituição à Deputada Zila Bezerra (PTB – AC), para compor a Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização.

Ao ensejo renovo protestos de estima e apreço. – Deputado **Nelson Marquzelli**, Vice-Líder do PTB.

Ofício nº 474/2002

Brasília, 30 de outubro de 2002

Senhor Presidente,

Nos termos regimentais, indico o Deputado Edir Oliveira (PTB – RS) como Titular, em vaga existente, para compor a Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização.

Ao ensejo renovo protestos de estima e apreço. – Deputado **Nelson Marquzelli**, Vice-Líder do PTB.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão) – Serão feitas as substituições solicitadas.

Sobre a mesa, ofício que será lido pelo Sr. 1º Secretário em exercício, Senador Antero Paes de Barros.

É lido o seguinte:

LIDERANÇA DO PTB

Ofício nº 475/2002

Brasília, 30 de outubro de 2002

Senhor Presidente,

Nos termos regimentais, indico a Senhora Deputada Zila Bezerra (PTB – AC), como Suplente, em

vaga existente, para compor a Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização.

Ao ensejo renovo protestos de estima e apreço.

Deputado **Roberto Jefferson**, Líder do PTB.

O Sr. Edison Lobão, 1º Vice-Presidente, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Ramez Tebet, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – A Presidência designa a Deputada Zila Bezerra, nos termos do Ofício que acaba de ser lido, para compor, como suplente, a Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Sr^{as} e Srs. Senadores, em 23 de fevereiro de 2001, o então Presidente do Senado determinou que fosse lacrado o sistema eletrônico de votação do plenário e que fosse contratada perícia técnica especializada para averiguar fatos que já são do conhecimento de V. Ex^{as}, tendo sido contratada a Unicamp, que, em seu relatório, apresentou diversas recomendações a serem seguidas com vistas ao incremento da segurança do sistema.

Sob orientação do 1º Secretário da Mesa, foi constituída Comissão composta por servidores especializados da Casa, que, após amplo trabalho, apresentou seu relatório no sentido da execução que fora recomendada pela Unicamp, tendo apresentado também sugestões, sempre no intuito de aprimorar o sistema de segurança.

Realizada licitação na modalidade de concorrência pública, foi contratada a empresa Visual Sistemas Eletrônicos Ltda., que implementou as recomendações de segurança do sistema eletrônico de votação, com a supervisão, tanto da Comissão de Servidores, como da Unicamp.

Hoje, no Gabinete desta Presidência, o 1º Secretário da Mesa, Senador Carlos Wilson, fez a entrega do documento recebido da Unicamp, de certificação do sistema eletrônico de votação do Senado Federal, cuja conclusão é a seguinte: “Pode-se afirmar que o sistema de votação eletrônico do Senado Federal satisfaz os requisitos de segurança exigidos pelo tipo de uso a que se destina, possuindo condições de ser utilizado em toda a sua funcionalidade pela Secretaria-Geral da Mesa do Senado Federal nas votações secretas, votações nominais e para o registro de comparecimento às sessões.”

Assim, já a partir desta sessão, utilizaremos o novo sistema também para as votações secretas.

Faço um apelo às Sr^{as} e aos Srs. Senadores que não se encontram no Plenário para que venham até ele, porque teremos votação nominal e secreta.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Passa-se à

ORDEM DO DIA

Item 1:

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 25, DE 2002

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 25, de 2002 (nº 2.966/2000, na Casa de origem), que denomina “subestação Delfino Araújo Macedo” a subestação de energia elétrica do Linhão Norte-Sul da Eletronorte situado no Município de Miracema do Tocantins, Estado do Tocantins, tendo parecer favorável, sob nº 810, de 2002, da Comissão de Educação, Relator: Senador Leomar Quintanilha.

Durante o prazo regimental de cinco dias úteis perante a Mesa, não foram oferecidas emendas à matéria.

Discussão do projeto, em turno único.(Pausa.)

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

Em votação.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que o aprovam, queiram permanecer sentados.(Pausa.)

Aprovado.

A matéria vai à sanção.

É o seguinte o projeto aprovado:

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 25, DE 2002

(Nº 2.966/2000, na Casa de origem)

Denomina “subestação Defiro Araújo Macedo” a subestação de energia elétrica do Linhão Norte-Sul da Eletronorte situada no município de Miracema do Tocantins, Estado do Tocantins.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Passa a denominar-se “subestação Delfino Araújo Macedo” a subestação de energia elétrica da Eletronorte situada no município de Miracema do Tocantins.

Art. 2º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – **Item 2:**

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 46, DE 2002

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 46, de 2002 (nº 3.739/2000, na Casa de origem), que denomina “Rodovia Ministro Alfredo Nasser” a rodovia BR-153, do Estado do Pará até o Estado do Rio Grande do Sul, tendo

Parecer favorável, sob nº 785, de 2002, da Comissão de Educação, Relator: Senador Maguito Vilela.

Durante o prazo regimental de cinco dias úteis perante a Mesa, não foram oferecidas emendas à matéria.

Discussão do projeto, em turno único. (Pausa.)

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

Em votação.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados.(Pausa.)

Aprovado.

A matéria vai à sanção.

E o seguinte o projeto aprovado:

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 46, DE 2002

(Nº 3.739/2000, na Casa de Origem)

Denomina “Rodovia Ministro Alfredo Nasser” a Rodovia BR-153, do Estado do Pará até o Estado do Rio Grande do Sul.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica denominado “Rodovia Ministro Alfredo Nasser” a Rodovia BR-153 compreendida entre o Município de Marabá, no Estado do Pará, até o Município Aceguá, no Estado do Rio Grande do Sul.

Art. 2º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – **Item 3:**

**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO
Nº 63, DE 2002**

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 63, de 2002 (nº 1.185/2001, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que autoriza a Fundação Cultural Educativa Carlos Roberto da Silva Pimenta – FUNCEC a executar serviço de

radiodifusão comunitária na cidade de Uruaí, Estado de Goiás, tendo

Parecer favorável, sob nº 505, de 2002, da Comissão de Educação, Relator **ad hoc**: Senador Mauro Miranda.

Em discussão o projeto, em turno único. (Pausa.)

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

Em votação.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados.(Pausa.)

Aprovado.

A matéria vai à promulgação.

É o seguinte o projeto aprovado:

**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO
Nº 63, DE 2002**

(Nº 1.185/2001, na Câmara dos Deputados)

Aprova o ato que autoriza a Fundação Cultural Educativa Carlos Roberto da Silva Pimenta – FUNCEC a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Uruaí, Estado de Goiás.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere à Portaria nº 192, de 17 de maio de 2000, que autoriza a Fundação Cultural e Educativa Carlos Roberto da Silva Pimenta – FUNCEC a executar, por três anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Uruaí, Estado de Goiás.

Art. 2º Este decreto legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – **Item 4:**

**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO
Nº 87, DE 2002**

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 87, de 2002 (nº 1.075/2001, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária Liberdade Acreunense a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Acreúna, Estado de Goiás, tendo

Parecer favorável, sob nº 507, de 2002, da Comissão de Educação, Relator **ad hoc**: Senador Mauro Miranda.

Em discussão o projeto, em turno único. (Pausa.)

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

Em votação.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

A matéria vai à promulgação.

É o seguinte o projeto aprovado:

**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO
Nº 87, DE 2002**

(Nº 1.075/2001, na Câmara dos Deputados)

Aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária Liberdade Acreunense a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Acreúna, Estado de Goiás.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 433, de 3 de agosto de 2000, que autoriza a Associação Comunitária Liberdade Acreunense a executar, por três anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Acreúna, Estado de Goiás.

Art. 2º Este decreto legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Item 5:

**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO
Nº 117, DE 2002**

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 117, de 2002 (nº 1.021/ 2001, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que autoriza a Associação Cultural de Santo Antônio do Pinhal a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Santo Antônio do Pinhal, Estado de São Paulo, tendo

Parecer favorável, sob nº 513, de 2002, da Comissão de Educação, Relator: Senador Chico Sartori.

Em discussão o projeto, em turno único. (Pausa.)
Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

Em votação.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

A matéria vai à promulgação.

É o seguinte o projeto aprovado:

**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO
Nº 117, DE 2002**

(Nº 1.021/2001, na Câmara dos Deputados)

Aprova o ato que autoriza a Associação Cultural de Santo Antônio do Pinhal a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Santo Antônio do Pinhal, Estado de São Paulo.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 395, de 31 de julho de 2000, que autoriza a Associação Cultural de Santo Antônio do Pinhal a executar, por três anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Santo Antônio do Pinhal, Estado de São Paulo.

Art. 2º Este decreto legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Item 6:

**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO
Nº 121, DE 2002**

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 121, de 2002 (nº 1.104/2001, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que autoriza a Associação Cultural Comunitária Simonense a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de São Simão, Estado de São Paulo, tendo

Parecer favorável, sob nº 514, de 2002, da Comissão de Educação, Relator: Senador Reginaldo Duarte.

Em discussão o projeto, em turno único. (Pausa.)

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

Em votação.

As Sr^{as}. e os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

A matéria vai à promulgação.

É o seguinte o projeto aprovado:

**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO
Nº 121, DE 2002**

(Nº 1.104/2001, na Câmara dos Deputados)

Aprova o ato que autoriza a Associação Cultural Comunitária Simonense a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de São Simão, Estado de São Paulo.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere à Portaria nº 314, de 5 de julho de 2000, que autoriza a Associação Cultural Comunitária Simonense a executar por três anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária na cidade de São Simão, Estado de São Paulo.

Art. 2º Este decreto legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Antes de passarmos à apreciação do Item 7 da pauta, reforço o apelo às Sr^{as} e aos Srs. Senadores que se encontram em seus gabinetes ou em outras dependências da Casa para que venham ao plenário, porque haverá votação que exige **quorum** qualificado.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – **Item 7:**

**PARECER Nº 889, DE 2002
(Escolha de Autoridade)
(Votação secreta)**

Discussão, em turno único, do Parecer nº 889, de 2002, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador

Francelino Pereira, sobre a Mensagem nº 272, de 2002 (nº 731/2002, na origem), de 19 de agosto último, pela qual o Presidente da República submete à deliberação do Senado a escolha do Doutor João Otávio de Noronha, para compor o Superior Tribunal de Justiça, no cargo de Ministro, na vaga destinada a advogado, decorrente da aposentadoria do Ministro Paulo Roberto Sarai-va da Costa Leite.

Em discussão o parecer, em turno único. (Pausa.)

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

Passa-se à votação, que, de acordo com o disposto no art. 383, inciso VII, do Regimento Interno, deve ser realizada por escrutínio secreto.

As Sr^{as}. Senadoras e os Srs. Senadores já podem votar pelo sistema eletrônico, da seguinte forma – peço a atenção das Sr^{as}. e dos Srs. Senadores: digitem a senha de sete dígitos; pressionem o botão referente ao voto “sim” ou “abstenção” ou “não”; pressionem, novamente, o botão “sim” ou “abstenção” ou “não”, para confirmar o voto.

O voto somente será registrado se a senha digitada estiver correta e a seleção do voto for confirmada. Para retificar ou alterar o voto o Senador deve repetir a sequência acima.

Nas bancadas existe a orientação de como proceder para votar. A Mesa dá essa explicação porque hoje é a primeira vez que estamos votando pelo sistema eletrônico depois que ele foi devidamente certificado pela Unicamp.

A Mesa reitera o apelo para que os Srs. Senadores que se encontram em seus gabinetes venham até o plenário.

Está-se procedendo a votação nominal e secreta e, a seguir, haverá uma outra, daí por que solicito aos Srs. Senadores que permaneçam em plenário.

(Procede-se à votação nominal e secreta pelo sistema eletrônico.)

VOTAÇÃO SECRETA**PARECER Nº 889, DE 2002 (ESCOLHA DE AUTORIDADE)**

DOUTOR JOÃO OTÁVIO DE NORONHA, PARA COMPOR O SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA.

Num.Sessão: 1
Data Sessão: 30/10/2002Num.Votação: 1
Hora Sessão: 14:30:00Abertura: 30/10/2002 15:30:22
Encerramento: 30/10/2002 15:42:55

Partido	UF	Nome do Senador	Voto
PMDB	RO	AMIR LANDO	Votou
Bloco-PSDB	MT	ANTERO PAES DE BARROS	Votou
PFL	BA	ANTÔNIO CARLOS JUNIOR	Votou
PSB	SE	ANTÔNIO CARLOS VALADARES	Votou
Bloco-PSDB	RJ	ARTUR DA TÁVOLA	Votou
PFL	MA	BELLO PARGA	Votou
Bloco-PPB	PI	BENÍCIO SAMPAIO	Votou
PFL	AM	BERNARDO CABRAL	Votou
PTB	PE	CARLOS WILSON	Votou
PMDB	SC	CASILDO MALDANER	Votou
Bloco-PSDB	RO	CHICO SARTORI	Votou
PFL	MA	EDISON LOBÃO	Votou
Bloco-PT	RS	EMÍLIA FERNANDES	Votou
PMDB	PA	FERNANDO RIBEIRO	Votou
PFL	MG	FRANCELINO PEREIRA	Votou
Bloco-PT	RJ	GERALDO CÂNDIDO	Votou
Bloco-PSDB	RN	GERALDO MELO	Votou
PMDB	AM	GILBERTO MESTRINHO	Votou
PDT	AM	JEFFERSON PERES	Votou
PMDB	MA	JOÃO ALBERTO SOUZA	Votou
PFL	MT	JONAS PINHEIRO	Votou
PFL	SC	JORGE BORNHAUSEN	Votou
Bloco-PT	SE	JOSÉ EDUARDO DUTRA	Votou
PFL	PE	JOSÉ JORGE	Votou
PMDB	AP	JOSÉ SARNEY	Votou
PMDB	MS	JUVÊNCIO DA FONSECA	Votou
PFL	DF	LINDBERG CURY	Votou
Bloco-PSDB	CE	LÚCIO ALCÂNTARA	Votou
Bloco-PSDB	MS	LÚDIO COELHO	Votou
Bloco-PPB	PA	LUIZ OTÁVIO	Votou
PMDB	ES	LUIZ PASTORE	Votou
Bloco-PSDB	CE	LUIZ PONTES	Votou
PMDB	GO	MAGUITO VILELA	Votou
PFL	SE	MARIA DO CARMO ALVES	Votou
Bloco-PT	AC	MARINA SILVA	Votou
PMDB	GO	MAURO MIRANDA	Votou
PMDB	AC	NABOR JÚNIOR	Votou
PDT	PR	OSMAR DIAS	Votou
PFL	BA	PAULO SOUTO	Votou
PMDB	RS	PEDRO SIMON	Votou
PMDB	MS	RAMEZ TEBET	Votou
Bloco-PSDB	ES	RICARDO SANTOS	Votou
Bloco-PT	RJ	ROBERTO SATURNINO	Votou
Bloco-PSDB	RR	ROMERO JUCÁ	Votou
PFL	SP	ROMEU TUMA	Votou
Bloco-PSDB	PB	RONALDO CUNHA LIMA	Votou
PTB	RN	TASSO ROSADO	Votou
Bloco-PT	AC	TIÃO VIANA	Votou
PMDB	DF	VALMIR AMARAL	Votou
PFL	BA	WALDECK ORNELAS	Votou

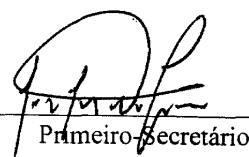
Presidente: RAMEZ TEBET

Votos SIM : 49

Votos NÃO : 01

Total : 50

Votos ABST. : 00



Primeiro Secretário

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Votaram SIM 49 Srs. Senadores; NÃO, 01.

Não houve abstenção.

Total: 50 votos.

A indicação foi aprovada.

Será feita a devida comunicação ao Senhor Presidente da República.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Item 8:

PARECER Nº 890, DE 2002

(Escolha de Autoridade)

(Votação secreta)

Discussão, em turno único, do Parecer nº 890, de 2002, da Comissão de Serviços de Infra-Estrutura, Relator: Senador Romero Jucá, sobre a Mensagem nº 273, de 2002 (nº 744/ 2002, na origem), de 22 de agosto último, pela qual o Presidente da República submete à deliberação do Senado a escolha do Senhor *José Leite Pereira Filho*, para ser reconduzido ao cargo de Membro do Conselho Diretor da Agência Nacional de Telecomunicações – Anatel.

Em discussão o parecer. (Pausa.)

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

Em votação.

As Srs e Srs. Senadores já podem votar no painel eletrônico da mesma forma como procederam na primeira votação.

(Procede-se à votação nominal e secreta pelo sistema eletrônico.)

VOTAÇÃO SECRETA**PARECER Nº 890, DE 2002 (ESCOLHA DE AUTORIDADE)**

SENHOR JOSÉ LEITE PEREIRA FILHO, PARA SER RECONDUZIDO AO CARGO DE MEMBRO DO CONSELHO DIRETOR DA AGÊNCIA NACIONAL DE TELECOMUNICAÇÕES - ANATEL.

Num.Sessão: 1
Data Sessão: 30/10/2002

Num.Votação: 2
Hora Sessão: 14:30:00

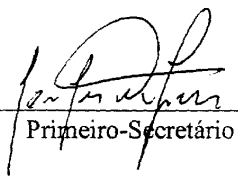
Abertura: 30/10/2002 15:43:26
Encerramento: 30/10/2002 15:50:37

Partido	UF	Nome do Senador	Voto
PMDB	RO	AMIR LANDO	Votou
Bloco-PSDB	MT	ANTERO PAES DE BARROS	Votou
PFL	BA	ANTÔNIO CARLOS JUNIOR	Votou
PSB	SE	ANTÔNIO CARLOS VALADARES	Votou
Bloco-PSDB	RJ	ARTUR DA TÁVOLA	Votou
PFL	MA	BELLO PARGA	Votou
Bloco-PPB	PI	BENÍCIO SAMPAIO	Votou
PFL	AM	BERNARDO CABRAL	Votou
PMDB	MT	CARLOS BEZERRA	Votou
PTB	PE	CARLOS WILSON	Votou
PMDB	SC	CASILDO MALDANER	Votou
Bloco-PSDB	RO	CHICO SARTORI	Votou
PFL	MA	EDISON LOBÃO	Votou
Bloco-PT	RS	EMÍLIA FERNANDES	Votou
PMDB	PA	FERNANDO RIBEIRO	Votou
PFL	MG	FRANCELINO PEREIRA	Votou
PFL	SC	GERALDO ALTHOFF	Votou
Bloco-PT	RJ	GERALDO CÂNDIDO	Votou
Bloco-PSDB	RN	GERALDO MELO	Votou
PMDB	AM	GILBERTO MESTRINHO	Votou
PMDB	AP	GILVAM BORGES	Votou
PDT	AM	JEFFERSON PERES	Votou
PMDB	MA	JOÃO ALBERTO SOUZA	Votou
PFL	MT	JONAS PINHEIRO	Votou
PFL	SC	JORGE BORNHAUSEN	Votou
Bloco-PT	SE	JOSÉ EDUARDO DUTRA	Votou
PFL	PE	JOSÉ JORGE	Votou
PMDB	MS	JUVÊNCIO DA FONSECA	Votou
PFL	DF	LINDBERG CURY	Votou
Bloco-PSDB	CE	LÚCIO ALCÂNTARA	Votou
Bloco-PSDB	MS	LÚDIO COELHO	Votou
Bloco-PPB	PA	LUIZ OTÁVIO	Votou
PMDB	ES	LUIZ PASTORE	Votou
Bloco-PSDB	CE	LUIZ PONTES	Votou
PMDB	GO	MAGUITO VILELA	Votou
PFL	SE	MARIA DO CARMO ALVES	Votou
Bloco-PT	AC	MARINA SILVA	Votou
PMDB	GO	MAURO MIRANDA	Votou
PFL	RO	MOREIRA MENDES	Votou
PMDB	AC	NABOR JÚNIOR	Votou
PDT	PR	OSMAR DIAS	Votou
PFL	BA	PAULO SOUTO	Votou
PMDB	RS	PEDRO SIMON	Votou
Bloco-PSDB	ES	RICARDO SANTOS	Votou
Bloco-PT	RJ	ROBERTO SATURNINO	Votou
Bloco-PSDB	RR	ROMERO JUCA	Votou
PFL	SP	ROMEU TUMA	Votou
Bloco-PSDB	PB	RONALDO CUNHA LIMA	Votou
PTB	RN	TASSO ROSADO	Votou
Bloco-PSDB	AL	TEOTÔNIO VILELA FILHO	Votou
Bloco-PT	AC	TIÃO VIANA	Votou
PMDB	DF	VALMIR AMARAL	Votou
PFL	BA	WALDECK ORNELAS	Votou

Presidente: RAMEZ TEBET

Votos SIM : 46
Votos NÃO : 06
Votos ABST. : 01

Total : 53


Primeiro-Secretário

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Votaram SIM 46 Senadores; NÃO, 06. Houve 01 abstenção.

Total: 53 votos.

A indicação foi aprovada.

Será feita a devida comunicação ao Senhor Presidente da República.

O SR. BERNARDO CABRAL (PFL – AM) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Concedo a palavra ao Senador Bernardo Cabral, pela ordem.

O SR. BERNARDO CABRAL (PFL – AM. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, queria aproveitar a oportunidade para reiterar o convite aos eminentes colegas Senadores que compõem a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania para uma reunião extraordinária, devidamente convocada para logo após a Ordem do Dia, destinada à apreciação do parecer sobre as emendas relativas à Reforma Judiciária, uma das matérias em que, sei, está V. Ex^a altamente interessado, a fim de que possamos, ainda agora, avançar nesse assunto.

Estou apenas renovando o convite aos eminentes colegas porque, parece-me, há apenas um item na Ordem do Dia.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Esgotadas as matérias constantes da Ordem do Dia.

A Presidência reafirma o apelo feito pelo ilustre Presidente da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania no sentido de que seus membros compareçam à reunião extraordinária que dará continuidade à votação da reforma do Poder Judiciário.

O Sr. Ramez Tebet, Presidente, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Carlos Wilson, 1º Secretário.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Wilson) – Volta-se à lista de oradores.

Concedo a palavra ao Senador Chico Sartori. (Pausa.)

Concedo a palavra à Senadora Marina Silva. (Pausa.)

O SR. RENAN CALHEIROS (PMDB – AL) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Wilson) – Concedo a palavra ao Senador Renan Calheiros, pela ordem.

O SR. RENAN CALHEIROS (PMDB – AL. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, gostaria que V. Ex^a registrasse o meu voto favorável à matéria.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Wilson) – Senador Renan Calheiros, a votação foi secreta, mas a presença de V. Ex^a está registrada.

V. Ex^a quer usar da palavra como Líder?

O SR. RENAN CALHEIROS (PMDB – AL) – Não, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Wilson) – Concedo a palavra ao Senador Carlos Patrocínio. (Pausa.)

Concedo a palavra ao Senador Romeu Tuma. (Pausa.)

S.Ex^a desiste de usar da palavra.

Concedo a palavra ao Senador Moreira Mendes. (Pausa.)

O SR. PRESIDENTE (Carlos Wilson) – Os Srs. Senadores Valmir Amaral, Lúcio Alcântara e Luiz Otávio enviaram discursos à Mesa para serem publicados na forma do disposto no art. 203 do Regimento Interno.

S. Ex^{as} serão atendidos.

O SR. VALMIR AMARAL (PMDB – DF) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, à medida que passa o tempo e, com o devir, transformam-se os costumes, muda também o sentido de moral das sociedades. Ainda que haja, com toda a certeza, um núcleo imutável de preceitos éticos supostos universais – que Kant denominou imperativos categóricos –, a verdade é que a moral muda sempre. E o faz tão mais rapidamente em nossa era de vertiginoso progresso tecnológico e de globalização das informações. O contato mais direto com outros povos, outros usos, e a descoberta de novos conhecimentos e técnicas altera inevitavelmente nossa visão do mundo e de nós mesmos.

Ora, Sras e Srs. Senadores, as leis, sejam escritas ou consuetudinárias, constituem uma das mais evidentes expressões da moral de uma sociedade, pois prescrevem determinadas condutas e proíbem outras, além de impor sanções aos indivíduos que se elidem das primeiras e incidem nas últimas. Por isso, nada mais natural que a passagem do tempo e a evolução dos costumes impliquem, ao fim de um processo de assimilação do novo, a modificação das leis.

Os conceitos relativos à moral familiar e sexual talvez sejam os que sofreram as mudanças mais radicais no último meio século, que levaram a alterações significativas do Código Civil de 1916 e até à necessidade de elaboração de um novo CC. Coisas hoje consideradas corriqueiras seriam motivo de escândalo há poucas décadas. A legalização do divórcio, em 1977, é provavelmente o exemplo mais claro de alte-

ração do entendimento da sociedade brasileira quanto à questão da família e é também, pelo tempo que consumiu desde as primeiras proposições até sua implementação em nosso sistema legal, um exemplo da resistência de alguns setores da sociedade à mudança das leis.

Do mesmo modo, o reconhecimento, pela Carta de 1988, das chamadas uniões estáveis seria impensável até pelo menos o final dos anos sessenta. No entanto, somente a pessoas muito preconceituosas ou conservadoras ocorreria hoje condená-lo, desconhecendo o ganho social, em termos de igualdade perante a lei, concedido por essa inovação aos casais unidos sem matrimônio oficiado, bem como aos filhos resultantes dessas famílias.

Sr. Presidente, se fiz questão de citar o divórcio e a união estável como exemplos marcantes de alterações em nossa legislação relativa à família, é porque desejo chamar a atenção de meus Pares para uma proposição que apresentei no ano passado e que se encontra hoje na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, à espera de introdução em pauta, com parecer e emenda elaborados pelo Senador José Fogaça.

Essa proposição de minha autoria, o Projeto de Lei do Senado 116, de 2001, visa à alteração da Lei 8.560, de 29 de dezembro de 1992, que tem a seguinte ementa: “regula a investigação de paternidade dos filhos havidos fora do casamento e dá outras providências”.

Pode parecer surpreendente, mesmo tendo em vista meus argumentos a respeito da mudança das leis a partir da evolução dos costumes, que um documento legal com apenas dez anos possa estar, de algum modo, ultrapassado. No entanto, é isso mesmo que se dá: nessa última década, tornou-se rotineiro o emprego da técnica de pareamento de cromossomos nos processos de investigação de paternidade, relegando definitivamente ao passado o antigo recurso à prova testemunhal e à comparação fenotípica – isto é, da semelhança de traços anatômicos ou fisionômicos. A prova por exame de DNA é cabal: exclui de todo a possibilidade da paternidade em exame ou a ratifica com grau de certeza muito próximo a 100% – quer dizer, com virtual certeza.

À evidente mudança introduzida pelo progresso da técnica de exame de genoma, deve-se acrescentar uma consideração propriamente jurídica. Trata-se da expressão “filhos havidos fora do casamento”, que me soa como um resquício da moral ultrapassada pela qual havia diferença entre os descendentes ditos *legítimos* e os outros. A Lei 8.560, de 1992, assim, pare-

ce-me em conflito ideológico com a Constituição e com o novo Código Civil.

Por isso, meu projeto prevê a alteração da ementa pela simplificação, com a exclusão da expressão citada – “filhos havidos fora do casamento”. O relator do Projeto na CCJ, Senador José Fogaça, com muita propriedade nestes tempos de justa igualdade entre homens e mulheres, acrescentou ao texto da ementa a possibilidade da investigação também da maternidade, pois há inúmeras situações nas quais a presunção do conhecimento da mãe é equivocada, como nos casos da chamada *adoção à brasileira*, pela qual a criança nascida de uma mulher, geralmente de pouca idade e poucos recursos, é registrada fraudulentamente como nascida de outra. A ementa passaria a ser, portanto, “Regula a investigação de paternidade ou de maternidade”.

A emenda do Senador Fogaça incide sobre o artigo segundo de minha proposição, aprimorando-a. Ao acrescentar um parágrafo ao artigo oitavo da Lei 8.560, de 1992, procurei abrir a possibilidade de reabertura dos casos julgados antes do advento da técnica de pareamento cromossômico, para que seja possível reexaminá-los à luz do procedimento científico agora disponível. Esse parágrafo, com a nova redação dada pelo Senador Fogaça, torna coisa julgada a ação de paternidade ou de maternidade realizada com a prova de pareamento cromossômico, mantendo, porém, passíveis de reexame as decisões anteriores, fundadas nas provas testemunhais ou fenotípicas, possibilitando o estabelecimento e a revelação da verdade, que é preceito do Código de Processo Civil.

Pelo que, em minha opinião, esse Projeto de Lei apresenta de adequação da lei à atualidade, nos sentidos moral e técnico, julgo-o digno da atenção dos membros do Congresso Nacional. O novo milênio não comporta mais os preconceitos contra as formas não tradicionais de família, que norteavam o antigo Código Civil, recentemente substituído.

Cabe às Sras. e aos Srs. Senadores considerar a oportunidade e cabimento dessas minhas considerações e de meu PLS.

Muito obrigado.

O SR. LÚCIO ALCÂNTARA (Bloco/PSDB – CE)

– Sr. Presidente, Srs. e Srs. Senadores, outubro é consagrado, no calendário da Organização Mundial de Saúde (OMS), como o mês no qual se comemora o “Dia Mundial da Saúde Mental”. E isto nos oferece a oportunidade para reflexão sobre este grave problema de saúde pública que são os transtornos mentais,

sobre os avanços que se têm verificado nos últimos anos na abordagem do tema, sobre o que temos conseguido realizar no Brasil em termos de melhoria no atendimento aos portadores dessas moléstias e sobre o caminho que devemos percorrer no futuro imediato.

O problema das desordens neuropsiquiátricas é deveras preocupante. A Organização das Nações Unidas (ONU) estima que cerca de um sexto da população mundial sofra de depressão, esquizofrenia, demência, retardamento mental, estresse pós-traumático ou epilepsia. A cada quatro pessoas que procuram ajuda médica, uma, ao menos, tem problemas dessa ordem, que, quase sempre, são incorretamente diagnosticados. Existem cerca de 340 milhões de deprimidos em todo o mundo, e a Organização Mundial de Saúde calcula que menos de 25% desses têm acesso a tratamentos adequados e eficientes.

Embora não constituam causa direta de óbito, as desordens mentais estão freqüentemente presentes na etiologia de outras moléstias, contribuindo, nessa medida, para a redução da expectativa de vida. Ademais, podem os transtornos mentais conduzir ao suicídio, motivo de perda de 1 milhão de vidas por ano. De outra parte, estatísticas da ONU demonstram que a quantidade de faltas ao trabalho causadas por distúrbios mentais é maior que aquela provocada por outras doenças.

Ainda mais alarmante é o prognóstico para o futuro próximo. Espera-se para a próxima década que o número de casos cresça por causa, principalmente, da degradação do ambiente social. A crescente violência, o abuso do álcool e de outras substâncias psicoativas tem ocasionado o aparecimento dessas moléstias em contingentes populacionais cada vez mais jovens. A metade dos portadores de distúrbios mentais apresenta os primeiros sintomas antes de completar 25 anos de idade. No outro extremo da pirâmide etária, o aumento da expectativa de vida da população também contribui para o incremento no número de casos das doenças neuropsiquiátricas. Esse é o caso, por exemplo, do Mal de Alzheimer, que afeta entre 2% e 5% das pessoas com mais de 65 anos e chega a atingir 20% daquelas com mais de 85.

No Brasil, em particular, a situação não é menos grave. O próprio Presidente da República, em sua Mensagem ao Congresso Nacional no ano 2000, no capítulo relativo à "Saúde", componente do título III, referente ao "Desenvolvimento Social", declarou: "Os transtornos mentais alcançaram índices expressivos, que oscilam de 20% a 50% de prevalência em algumas cidades brasileiras".

Os Professores Miguel Jorge e Jair Mari, do Departamento de Psiquiatria da Escola Paulista de Medicina, da Universidade Federal de São Paulo, afirmam que as estimativas são de que 1 em cada 4 pessoas deve apresentar um transtorno mental ao longo da vida, e que cerca de 34 milhões de brasileiros estão, neste momento, sofrendo por causa de algum transtorno mental.

O então Ministro José Serra, por seu turno, quando da solenidade de sanção da Lei nº 10.216, de 6 de abril de 2001, conhecida como Lei da Reforma Psiquiátrica, que "Dispõe sobre a proteção e os direitos das pessoas portadoras de transtornos mentais e redireciona o modelo assistencial em saúde mental", afirmou que, atualmente, 5 milhões de pessoas necessitam de tratamento psiquiátrico regular no Brasil.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, no ano passado, a Organização Mundial de Saúde elegeu a Saúde Mental como tema do Dia Mundial da Saúde, comemorado em 07 de abril, e o lema escolhido foi: "Cuidar, sim. Excluir, não".

De fato, esse lema resume com grande propriedade a mudança de enfoque que se está processando no tratamento dos transtornos mentais.

Como se sabe, a instituição denominada "hospício" surgiu em fins do séc. XVIII, apoiada no discurso médico que preconizava a "vitória da Ordem sobre o Desvio". A verdade, contudo, é que essa instituição representava a aniquilação de alguns dos indesejáveis da época, aqueles que tinham um tipo de pensamento ou comportamento que não era compreendido, portanto questionador da Razão, que se queria suprema.

Hoje, à luz de estudos sociológicos e organizacionais, pode-se definir o hospital psiquiátrico como um grande exemplo de centralização/segregação/burocracia. O ambiente dessas instituições é, via de regra, tão desumano que qualquer benefício derivado da terapia é drasticamente reduzido ou mesmo anulado. Os resultados dessa conduta de exclusão dos doentes mentais estão, agora, felizmente, à vista de todos: cronificação das moléstias, sofrimento para internados e funcionários, falta total de resolução dos problemas que a instituição se propõe a tratar, enormes gastos desnecessários.

Em países como o Brasil, o difícil quadro social – marcado pelo desemprego, pela desesperança, pela ausência de perspectivas de vida, pela criminalidade – coloca um grande contingente populacional em permanente risco em relação ao sofrimento psíquico. Nessa situação, a produção de sofrimento mental aumenta e cresce a pressão para a eliminação

dos sintomas por diversos meios, como uma forma de desconhecer as fontes de criação ou agravamento do sofrimento. O sistema de atendimento em saúde mental serviu assim, ao longo de muitos anos, de amortecedor da iniquidade social, isolando e destruindo as pessoas que não podiam adaptar-se ao modelo produtivo excludente.

Mas, já há alguns anos, essa situação está mudando. Os profissionais de saúde estão conseguindo mostrar que é possível organizar uma consolidada rede de assistência. Apoiados pela opinião pública, desenvolveram importantes alterações na forma de atendimento, mudando mesmo as bases de entendimento a respeito do que é sofrer e atender.

O início dessas transformações veio com a criação de ambulatórios e com a mudança das características dos hospitais psiquiátricos. Desenvolve-se, em todo o País, um conjunto, cada vez mais criativo e diverso, de práticas que invertem a lógica da exclusão.

Das oficinas terapêuticas aos Centros e Núcleos de Atenção Psicossocial; das equipes multidisciplinares em emergências às terapias comunitárias; dos grupos e psicoterapias de diversas tendências teóricas à psiquiatria clínica conseqüente e integrada às demais abordagens; da psicologia ao serviço social; da enfermagem psiquiátrica à fisioterapia, fonoaudiologia, terapia ocupacional, musicoterapia, arteterapia, agentes comunitários de saúde, coordenadores de diversos tipos de oficinas, todos esses agentes e dispositivos trabalham no sentido de mudar o modelo assistencial em saúde mental. Em vez de excluir sintomas e pessoas, os profissionais de saúde mental têm trabalhado no sentido de integrar o que se apresenta como sofrimento na vida pessoal, familiar e social num movimento que pode produzir significativas mudanças sociais.

Importa ressaltar que a mudança do modelo assistencial, nos últimos anos, tem sido feita de forma segura para familiares, comunidades e pessoas assistidas. Diminuem os leitos psiquiátricos e nem por isso aumentam os distúrbios nas casas e nas ruas. Pelo contrário.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, é importante destacar que são aspectos muito importantes de todas as práticas alternativas em saúde mental a autogestão dos serviços e a quebra do poder absoluto do médico e também de todos os profissionais, num questionamento corajoso do papel que os profissionais de saúde mental desempenham frente às pessoas assistidas. Num caminho inverso à centralização e à burocratização, as terapias que dão melho-

res resultados e a forma de gestão mais produtiva das unidades de saúde mental ocorrem numa situação de aplainamento dos poderes, seja nas relações terapêuticas, seja na gestão institucional.

A partir das iniciativas nessa direção, surgiram práticas que não mais se caracterizam como aplacadoras de uma situação social injusta, mas que, além de realizarem os tratamentos necessários, promovem a cidadania e a dignidade dos portadores de transtornos mentais. Concretiza-se, com isso, um novo papel social e uma acrescida responsabilidade dos profissionais de saúde, que devem, nas suas práticas cotidianas, dar sempre preferência àquelas que promovam a dignidade do ser humano, negando-se a perpetuar aquelas que significam exclusão e falsas soluções. Já existe, hoje, um grande acúmulo de conhecimento e de práticas – com resultados registrados –, que têm como conseqüência melhor atendimento, promoção da cidadania e corte de custos.

Estamos vivendo, Sr^{as} e Srs. Senadores, um momento importante e histórico na área de saúde mental no Brasil. Nesta conjuntura, o Governo Federal tem feito a sua parte.

Mesmo antes da sanção da Lei nº 10.216, o Programa Saúde Mental, conduzido pelo então Ministro José Serra, vinha imprimindo ampla reforma na assistência psiquiátrica, criando rede diversificada de serviços socio sanitários aptos a responder às diferentes necessidades dos usuários.

As ações desse programa estão centradas na disseminação de consciência social e de suporte à cidadania dos portadores de transtornos mentais, vigilância ao respeito dos direitos humanos e de cidadania, apoiando as iniciativas legislativas na matéria e disseminando essas práticas no seu sistema de atendimento. Nesse sentido, o programa vem buscando reduzir, até o próximo ano, a média diária de permanência hospitalar no SUS de 49 para 40 dias e fornecer anualmente incentivo-bônus para assistência, acompanhamento e integração fora da unidade hospitalar de 5 mil e 500 pacientes portadores de agravo mental.

Já no ano 2000, o Ministério da Saúde havia estabelecido uma interessante forma de atendimento plenamente condizente com o espírito da reforma psiquiátrica, o Serviço Residencial Terapêutico. Esse serviço consiste no fornecimento, pelas Prefeituras Municipais, de casas onde, com o apoio de equipes de saúde mental, passam a residir ex-internados em hospitais psiquiátricos.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, a reforma psiquiátrica vem mudando a face da assistência em

saúde mental no Brasil, mesmo contra todas as dificuldades. Esse novo modelo tem como principais méritos o respeito à dignidade humana dos assistidos e a maior eficácia terapêutica. Não é de se desprezar, contudo, seus efeitos positivos no que se refere ao combate ao desperdício e ao desvio de recursos públicos. Como apontou o então Ministro José Serra:

Um dos maiores focos de fraude no Sistema Único de Saúde (SUS) é a área psiquiátrica, exatamente pela dificuldade do controle, pela dificuldade de saber de fato se o paciente realmente precisa do tratamento ou se a sua internação está sendo prorrogada de modo artificial.

É importante, portanto, neste mês de outubro, em que se comemora o Dia Mundial da Saúde Mental, reafirmar as diretrizes da reforma psiquiátrica em andamento, propugnando a generalização em todo o território nacional de todos os modos de tratamento por ela recomendados: Centros e Núcleos de Atenção Psicossocial, oficinas terapêuticas, lares abrigados, emergência psiquiátrica em hospital geral, abordagem à saúde mental na atenção básica, entre outros. A condenação dos hospitais psiquiátricos não é mais novidade, sendo agora sua extinção recomendada também pela OMS. Urge, portanto, desenvolver a rede de atendimento e os trabalhos alternativos e comunitários, lembrando que existem ainda milhares de doentes mentais sem assistência.

No âmbito do Poder Legislativo, cumpre articular a aprovação de leis que promovam os direitos da pessoa assistida em saúde mental, como moradia, passes de ônibus, bolsas de trabalho. Devem-se, também, promover campanhas nos meios de comunicação de massa visando a reverter o preconceito em relação ao que se convencionou chamar de “doença mental”.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs., assegurar aos portadores de transtornos mentais assistência psicossocial de boa qualidade, promover-lhes os direitos, estimular sua inclusão social é uma questão de respeito à dignidade da pessoa humana. São iniciativas, portanto, que configuram uma política de autêntico conteúdo democrático. E é esse conteúdo que o Governo do Presidente Fernando Henrique Cardoso tratou de incluir em todas as suas ações de política social, consciente de que é disso que o Brasil precisa.

Era o que tinha a dizer.

Muito obrigado!

O SR. LUIZ OTÁVIO (Bloco/PPB – PA) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, os brasileiros de ou-

tras regiões pouco conhecem sobre a Amazônia. Há muita desinformação, preconceitos, ignorância. A própria mídia, muitas vezes pressionada pela busca de pontos na audiência e pela sobrevivência comercial, pouco se volta para os Estados da Região Norte. Quando o faz, pauta-se, na maioria dos casos, pelas notícias negativas e sensacionalistas.

Assim, como um dos representantes do povo paraense nesta Casa, ocupo a tribuna, nesta oportunidade, para mostrar aos nobres colegas e aos brasileiros de outras regiões a iniciativa que me enche de orgulho e alegria e que vem a reforçar a minha crença no trabalho, no esforço e na diligência do povo paraense. Tal iniciativa é o Projeto Curauá, que é prova da luta do povo do meu Estado para construir o progresso e o desenvolvimento econômico, como também, é exemplo de que o brasileiro, quando tem oportunidade, é capaz de superar quaisquer crises.

Tenho, assim, a firme certeza de que o povo da Região Norte tem muito a ensinar aos brasileiros de outras regiões. Em especial, ao mostrar, por meio do Projeto Curauá, que o desenvolvimento sustentável é possível. Desenvolvimento sustentável significa mostrar que o homem pode conviver harmonicamente com a natureza e que esta, ao ser preservada, pode proporcionar trabalho, renda e dignidade para o homem.

O curauá é planta amazônica cultivada há décadas pelos agricultores para produção de cordame. Na última década, no entanto, diversas iniciativas do Governo Estadual do Pará, da iniciativa privada e de órgãos de pesquisa científica convergiram para transformar o curauá em alternativa econômica viável para os agricultores paraenses.

Em 1994, a Emater – Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Pará – instalou viveiro em Boa Fé, para produzir 350 mil mudas de curauá. No ano seguinte, a mesma Emater e o Basa – Banco da Amazônia – financiaram 50 produtores do Lago Grande com um hectare cada. Em 1996, o Governo Estadual liberou vinte mil reais para a produção de um milhão de mudas. Em 1997, são financiados mais 82 hectares de curauá na região do Lago Grande. Em 1999, mais 100 hectares plantados com a participação de 50 famílias. Em 2000, o Governo Estadual isentou de ICMS, por 6 meses, a comercialização da fibra do curauá. Ao mesmo tempo, mais área é dedicada ao cultivo da planta e verbas são destinadas à compra de máquinas e motores para o seu beneficiamento. Em 2001, a empresa Pematec mostra interesse pela fibra de curauá e, no ano seguinte, a mesma

empresa apresenta moderna máquina para beneficiar a planta.

Este breve histórico ilustra como vem sendo buscado, ao longo da última década, o desenvolvimento sustentável da região a partir de soluções que sejam encontradas no próprio Estado.

O Governo Estadual está, pois, sintonizado com o resto do mundo, quando busca meios para tornar compatível o desenvolvimento com equilíbrio ecológico. Por toda parte, cresce a consciência de que os recursos econômicos são escassos e que sua utilização desenfreada pode levar ao colapso ambiental do planeta. Assim, o homem aprende que deve utilizar matérias-primas recicláveis e descartar o uso de outras que são nocivas ao homem e ao meio que o cerca.

Na Europa, Sr. Presidente, até o ano de 2005 a indústria automobilística deverá reciclar 80% da matéria-prima utilizada na fabricação de automóveis. Do restante, 15% deverão ser transformados em energia e apenas 5% poderá ser considerado como lixo. A indústria automobilística, tanto no Brasil quanto no exterior, seria, por si só, uma grande consumidora das fibras de curauá. Para essa indústria o curauá substitui a fibra de vidro na fabricação de peças como pára-choque, painel, frisos, revestimento de assentos, etc. De acordo com relatório da empresa paulista Pematec, ensaios comparativos indicam que o curauá é a melhor fibra para aplicação na indústria automobilística. São muitos os benefícios que se apresentam para esse tipo de aplicação. Dentre as vantagens, cito: custo menor que o das fibras artificiais, leveza e resistência, segurança nos níveis exigidos pela indústria, baixo consumo de energia na sua produção e ser reciclável.

A empresa Pematec, que mencionei há pouco, firmou entendimento com o Governo do Estado do Pará visando a implantação de unidade de beneficiamento da fibra de curauá no Município de Santarém. Além da instalação da unidade fabril, a empresa assumiu o compromisso de incentivar o cultivo da planta, disponibilizar mudas para os produtores e expandir a produção. O Governo do Estado, no entanto, não está interessado apenas na instalação da unidade industrial. Quer, também, que sejam oferecidas ao produtor rural garantias de que a empresa se comprometa com a compra e o preço do produto. Assim, ficará assegurado que o produtor tenha retorno de seu investimento e não saia prejudicado com prejuízos e dívidas.

Com essa e outras medidas, o Governo Estadual promove o desenvolvimento de Santarém e de ou-

tras cidades da região do Oeste Paraense. Essa região, aliás, foi escolhida por apresentar características ideais de solo e clima para o cultivo do curauá. Além disso, a região é tradicional produtora da planta e já existe, pois, base de organização social de famílias de agricultores capazes de realizar a produção.

O curauá, no entanto, tem aplicações comerciais que não se resumem à indústria automobilística. Exemplo é a fabricação de papel especial para uso científico e decorativo. Pesquisas da Universidade Federal do Pará, apoiada pelo Basa, buscam criar tecnologias que possibilitem o uso industrial da planta e viabilizar novas alternativas de renda para comunidades rurais do Estado.

Além desses exemplos, outras indústrias, como a têxtil, de celulose, náutica, construção civil, plásticos e farmacêutica, podem fazer uso vantajoso da fibra do curauá. Tais utilizações têm sido pesquisadas por entidades como Embrapa, Emater e Universidade Federal do Pará.

Não resta, pois, dúvida quanto à viabilidade econômica da planta. Mas, além desse aspecto, há outros que mostram a importância do cultivo do curauá: geração de empregos no campo; fácil conversão de matéria-prima em produtos; resíduos transformáveis em ração animal, composto orgânico ou energia; resíduos pouco tóxicos quando incinerada e, sendo recurso natural renovável, causa pouco impacto ao meio-ambiente.

É, pois, dentro deste quadro, que o curauá, planta amazônica, adquire importância, ainda mais quando ela é considerada por muitos como a melhor fibra natural conhecida!

Sr. Presidente, nessas rápidas pinceladas pude mostrar como uma iniciativa aparentemente simples pode causar impacto capaz de transformar para melhor uma comunidade.

Um filósofo disse certa vez que não se pode dominar a natureza senão respeitando-a. Essa verdade está representada no Projeto Curauá. Ao investir em uma planta regional, associada a outros cultivos, o Governo do Estado do Pará, na pessoa de seu Governador Almir Gabriel, associado à iniciativa privada e a órgãos de pesquisa, agiu decisivamente para levar trabalho, renda e dignidade para o povo do Pará. Neste momento em que muitos falam de crise, o Projeto Curauá é exemplo para todos os brasileiros e, em especial, para mostrar que, quando dispõe dos meios necessários, o nosso povo é capaz de superar quaisquer adversidades.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Wilson) – Nada mais havendo a tratar, a Presidência vai encerrar os trabalhos, lembrando às Sr^{as} e aos Srs. Senadores que constará da próxima sessão deliberativa ordinária, a realizar-se amanhã, às 10 horas, a seguinte:

ORDEM DO DIA

– 1 –

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 56, DE 2002

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 56, de 2002 (nº 2.008/99, na Casa de origem), que dá denominação à ponte rodoferroviária sobre o Rio Paraná, que liga os Municípios de Rubinéia – SP e Aparecida do Taboado – MS, tendo

Parecer favorável, sob nº 811, de 2002, da Comissão de Educação, Relator: Senador Juvêncio da Fonseca.

– 2 –

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 141, DE 1999

(Incluído em Ordem do Dia nos termos do Recurso nº 9, de 2002)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 141, de 1999, de autoria do Senador Pedro Simon, que acrescenta um inciso XI ao art. 649 da Lei nº 5.869/73 – CPC, dispondo sobre a impenhorabilidade das máquinas, equipamentos e implementos agrícolas, tendo

Parecer sob nº 425, de 2002, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador José Fogaça, favorável, com voto em separado do Senador Bello Parga.

– 3 –

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO

Nº 84, DE 2002

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 84, de 2002 (nº 1.056/2001, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que autoriza a ACVOLCAJA – Associação Comunitária de Voluntários e Casais de Jardinópolis a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Jardinópolis, Estado de São Paulo, tendo

Parecer favorável, sob nº 570, de 2002, da Comissão de Educação, Relator: Senador Juvêncio da Fonseca.

– 4 –

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO

Nº 102, DE 2002

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 102, de 2002 (nº 1.200/2001, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga permissão à Porto de Cima Rádio e Televisão Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Paranaguá, Estado do Paraná, tendo

Parecer favorável, sob nº 764, de 2002, da Comissão de Educação, Relator: Senador Álvaro Dias, com abstenções dos Senadores Eduardo Suplicy e Geraldo Cândido.

– 5 –

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO

Nº 105, DE 2002

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 105, de 2002 (nº 993/2001, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que autoriza a Associação Movimento Comunitário com Rádio Local Panorama FM a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Custódia, Estado de Pernambuco, tendo

Parecer favorável, sob nº 572, de 2002, da Comissão de Educação, Relator: Senador José Jorge.

– 6 –

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO

Nº 127, DE 2002

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 127, de 2002 (nº 1.153/2001, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que autoriza a Associação Cultural, Social e Artístico da Cidade de Lavínia a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Lavínia, Estado de São Paulo, tendo

Parecer favorável, sob nº 516, de 2002, da Comissão de Educação, Relator: Senador Romeu Tuma.

– 7 –

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO

Nº 129, DE 2002

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 129, de 2002 (nº 1.169/2001, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que autoriza a Associação dos Moradores do Bairro Esplanada de Pacaembu a executar serviço de radiodifusão comu-

nitária na cidade de Pacaembu, Estado de São Paulo, tendo

Parecer favorável, sob nº 517, de 2002, da Comissão de Educação, Relatora: Senadora Maria do Carmo Alves.

– 8 –

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO
Nº 166, DE 2002

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 166, de 2002 (nº 1.266/2001, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga permissão à Mercom Brasília Comunicação Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Santo Antônio da Alegria, Estado de São Paulo, tendo

Parecer favorável, sob nº 652, de 2002, da Comissão de Educação, Relator: Senador Juvêncio da Fonseca, com abstenção do Senador Geraldo Cândido.

– 9 –

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO
Nº 179, DE 2002

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 179, de 2002 (nº 1.405/2001, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que renova a concessão da TV Oeste do Paraná Ltda. para explorar serviço de radiodifusão de sons e imagens (televisão) na cidade de Cascavel, Estado do Paraná, tendo

Parecer favorável, sob nº 774, de 2002, da Comissão de Educação, Relator: *Ad Hoc* Senador Moreira Mendes.

– 10 –

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO
Nº 235, DE 2002

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 235, de 2002 (nº 1.397/2001, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga permissão à Herrera Grillo Publicidade S/C Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Sarutaiá, Estado de São Paulo, tendo

Parecer favorável, sob nº 805, de 2002, da Comissão de Educação, Relator: Senador Romeu Tuma.

– 11 –

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO
Nº 250, DE 2002

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 250, de 2002 (nº 1.486/2001, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga permissão à Sistema Lageado de Comunicação Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Goiânia, Estado de Goiás, tendo

Parecer favorável, sob nº 752, de 2002, da Comissão de Educação, Relator: Senador Mauro Miranda.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Wilson) – Está encerrada a sessão.

(Levanta-se a sessão às 15 horas e 56 minutos.)

(OS 19427/02)

COMPOSIÇÃO DO SENADO FEDERAL
(51ª LEGISLATURA)

BAHIA		BLOCO	- Benício Sampaio (PPB)
PFL	- Antonio Carlos Júnior	PMDB	- Alberto Silva
PFL	- Waldeck Ornelas	RIO GRANDE DO NORTE	
PFL	- Paulo Souto	BLOCO	- Geraldo Melo (PSDB)
RIO DE JANEIRO		PFL	- José Agripino
BLOCO	- Artur da Távola (PSDB)	PTB	- Tasso Rosado
BLOCO	- Geraldo Cândido (PT)	SANTA CATARINA	
BLOCO	- Roberto Saturnino (PT)	PMDB	- Casildo Maldaner
MARANHÃO		PFL	- Geraldo Althoff
PFL	- Bello Parga	PFL	- Jorge Bornhausen
PFL	- Edison Lobão	ALAGOAS	
PMDB	- João Alberto Souza	PMDB	- Renan Calheiros
PARÁ		BLOCO	- Teotônio Vilela Filho (PSDB)
PSB	- Ademir Andrade	BLOCO	- Heloísa Helena (PT)
PMDB	- Fernando Ribeiro	SERGIPE	
BLOCO	- Luiz Otávio (PPB)	PSB	- Antonio Carlos Valadares
PERNAMBUCO		BLOCO	- José Eduardo Dutra (PT)
PTB	- Carlos Wilson	PFL	- Maria do Carmo Alves
BLOCO	- Roberto Freire (PPS)	AMAZONAS	
PFL	- José Jorge	PFL	- Bernardo Cabral
SÃO PAULO		PDT	- Jefferson Péres
BLOCO	- José Serra (PSDB)	PMDB	- Gilberto Mestrinho
PFL	- Romeu Tuma	PARANÁ	
BLOCO	- Eduardo Suplicy (PT)	PDT	- Osmar Dias
MINAS GERAIS		PMDB	- Roberto Requião
PFL	- Francelino Pereira	PDT	- Álvaro Dias
PTB	- Arlindo Porto	ACRE	
PL	- José Alencar	BLOCO	- Marina Silva (PT)
GOIÁS		PMDB	- Nabor Júnior
PMDB	- Mauro Miranda	BLOCO	- Tião Viana (PT)
PMDB	- Iris Rezende	MATO GROSSO DO SUL	
PMDB	- Maguito Vilela	BLOCO	- Lúdio Coelho (PSDB)
MATO GROSSO		PMDB	- Ramez Tebet
PMDB	- Carlos Bezerra	PMDB	- Juvêncio da Fonseca
PFL	- Jonas Pinheiro	DISTRITO FEDERAL	
BLOCO	- Antero Paes de Barros (PSDB)	PFL	- Lindberg Cury
RIO GRANDE DO SUL		PDT	- Lauro Campos
BLOCO	- Emilia Fernandes (PT)	PMDB	- Valmir Amaral
BLOCO	- José Fogaça (PPS)	TOCANTINS	
PMDB	- Pedro Simon	PTB	- Carlos Patrocínio
CEARÁ		PFL	- Leomar Quintanilha
BLOCO	- Lúcio Alcântara (PSDB)	BLOCO	- Eduardo Siqueira Campos (PSDB)
PMDB	- Sérgio Machado	AMAPÁ	
BLOCO	- Reginaldo Duarte (PSDB)	PMDB	- Glívam Borges
PARAÍBA		PDT	- Sebastião Rocha
PTB	- Wellington Roberto	PMDB	- José Sarney
BLOCO	- Ronaldo Cunha Lima (PSDB)	RONDÔNIA	
PMDB	- Ney Suassuna	BLOCO	- Chico Sartori (PSDB)
ESPÍRITO SANTO		PFL	- Moreira Mendes
PMDB	- Luiz Pastore	PMDB	- Amir Lando
BLOCO	- Ricardo Santos (PSDB)	RORAIMA	
PSB	- Paulo Hartung	PMDB	- Marluce Pinto
PIAUÍ		BLOCO	- Romero Jucá (PSDB)
BLOCO	- Freitas Neto (PSDB)	PFL	- Mozarildo Cavalcanti

CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE CONTROLE DAS ATIVIDADES DE INTELIGÊNCIA (CCAI)
(Art. 6º da Lei nº 9.883, de 1999)

COMPOSIÇÃO

Presidente: Deputado Aldo Rebelo¹

CÂMARA DOS DEPUTADOS	SENADO FEDERAL
LÍDER DA MAIORIA Deputado JUTAHY JÚNIOR (PSDB-BA) Telefones: 318-8221/7167/8224	LÍDER DA MAIORIA Senador RENAN CALHEIROS (PMDB-AL) Telefones: 311-2261/2262 e 311-3051/3052
LÍDER DA MINORIA Deputado JOÃO PAULO (PT-SP) Telefones: 318-5170/5172	LÍDER DA MINORIA Senador EDUARDO SUPPLY (Bloco PT/PPS-SP) ² Telefones: 311-3191/3192/3873/3861/3862
PRESIDENTE DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL Deputado ALDO REBELO (Bloco PSB/PCdoB-SP) Telefones: 318-6992/6997/6996/6984	PRESIDENTE DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL Senador JEFFERSON PÉRES (PDT-AM) Telefones: 311-2063/2065 e 311-3259/3496

(Atualizada em setembro de 2002)

SENADO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DA MESA
Subsecretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SSCOP)
Telefones: 311-4561 e 311-4569

Notas:

¹ Alternância feita na 1ª Reunião de 2002, realizada em 2 de abril, às 15h.

² Em 17.4.2002, o Partido Democrático Trabalhista – PDT deixou de fazer parte do Bloco Parlamentar de Oposição, conforme comunicação feita através do Ofício nº 27/02-GLPDT, de 15.4.2002 (DSF de 18.4.2002, página 4919).

CONSELHO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL
(Lei nº 8.389, de 30 de dezembro de 1991)
(Regimento Interno aprovado nos termos do Ato da Mesa nº 2, de 2002)

COMPOSIÇÃO

Presidente: JOSÉ PAULO CAVALCANTI FILHO¹

Vice-Presidente: JAYME SIROTSKY

1ª Eleição Geral: Sessão do Congresso Nacional de 5.6.2002

LEI Nº 8.389/91, ART. 4º	TTULARES	SUPLENTES
Representante das empresas de rádio (Inciso I)	PAULO MACHADO DE CARVALHO NETO	EMANUEL SORAES CARNEIRO
Representante das empresas de televisão (Inciso II)	ROBERTO WAGNER MONTEIRO	FLÁVIO DE CASTRO MARTINEZ
Representante de empresas da imprensa escrita (Inciso III)	PAULO CABRAL DE ARAÚJO	CARLOS ROBERTO BERLINCK
Engenheiro com notório conhecimento na área de comunicação social (Inciso IV)	FERNANDO BITTENCOURT	MIGUEL CIPOLLA JR.
Representante da categoria profissional dos jornalistas (Inciso V)	DANIEL KOSLOWSKY HERZ	FREDERICO BARBOSA GHEDINI
Representante da categoria profissional dos radialistas (Inciso VI)	FRANCISCO PEREIRA DA SILVA	ORLANDO JOSÉ FERREIRA GUILHON
Representante da categoria profissional dos artistas (Inciso VII)	BERENICE ISABEL MENDES BEZERRA	STEPAN NERCESSIAN
Representante das categorias profissionais de cinema e vídeo (Inciso VIII)	GERALDO PEREIRA DOS SANTOS	ANTÔNIO FERREIRA DE SOUSA FILHO
Representante da sociedade civil (Inciso IX)	JOSÉ PAULO CAVALCANTI FILHO	MANUEL ALCEU AFFONSO FERREIRA
Representante da sociedade civil (Inciso IX)	ALBERTO DINES	ANTÔNIO DE PÁDUA TELES DE CARVALHO
Representante da sociedade civil (Inciso IX)	JAYME SIROTSKY	JORGE DA CUNHA LIMA
Representante da sociedade civil (Inciso IX)	CARLOS CHAGAS	REGINA DALVA FESTA
Representante da sociedade civil (Inciso IX)	RICARDO MORETZSOHN	ASSUNÇÃO HERNANDES MORAES DE ANDRADE

Composição atualizada em setembro de 2002

Nota:

¹ Presidente e Vice-Presidente eleitos na 1ª Reunião do Conselho, realizada em 25.6.2002.

SECRETARIA-GERAL DA MESA DO SENADO FEDERAL
Subsecretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SSCOP)
Telefones: 311-4561 e 311-3285

CONSELHO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

(Lei nº 8.389, de 30 de dezembro de 1991)

(Regimento Interno aprovado nos termos do Ato da Mesa nº 2, de 2002)

COMISSÕES DE TRABALHO

1 - Comissão para tratar da Regionalização da Programação da Televisão e do Rádio
(constituída na Reunião de 26/06/2002)

- Paulo Machado de Carvalho Neto (Representante das empresas de rádio)
- Roberto Wagner Monteiro (Representante das empresas de televisão)
- Berenice Isabel Mendes Bezerra (Representante da categoria profissional dos artistas)
- Francisco Pereira da Silva (Representante da categoria profissional dos radialistas)

2 - Comissão para tratar da Introdução da Tecnologia Digital na Comunicação Social
(constituída na Reunião de 26/06/2002)

- Daniel Koslowsky Herz (Representante da categoria profissional dos jornalistas) - **Coordenador**
- Fernando Bittencourt (Engenheiro com notório conhecimento na área de comunicação social)
- Geraldo Pereira dos Santos (Representante das categorias profissionais de cinema e vídeo)
- Roberto Wagner Monteiro (Representante das empresas de televisão) – desde 14/10/2002
- Paulo Machado de Carvalho Neto (Representante das empresas de rádio) – desde 14/10/2002
- Berenice Isabel Mendes Bezerra (Representante da categoria profissional dos artistas) – desde 14/10/2002

3 - Comissão para tratar da Radiodifusão Comunitária (constituída na Reunião de 02/09/2002)

- Regina Dalva Festa (Representante da sociedade civil) – **Coordenadora**
- Paulo Machado de Carvalho Neto (Representante das empresas de rádio)
- Roberto Wagner Monteiro (Representante das empresas de televisão)
- Francisco Pereira da Silva (Representante da categoria profissional dos radialistas)
- Daniel Koslowsky Herz (Representante da categoria profissional dos jornalistas)
- Fernando Bittencourt (Engenheiro com notório conhecimento na área de comunicação social)

4 - Comissão para análise da Medida Provisória nº 70, de 2002 – participação de capital estrangeiro nas empresas jornalísticas e de radiodifusão (constituída na Reunião de 14/10/2002)

- Paulo Machado de Carvalho Neto (Representante das empresas de rádio) - **Coordenador**
- Roberto Wagner Monteiro (Representante das empresas de televisão)
- Daniel Koslowsky Herz (Representante da categoria profissional dos jornalistas)
- Berenice Isabel Mendes Bezerra (Representante da categoria profissional dos artistas)
- Carlos Chagas (Representante da sociedade civil)
- Assunção Hemandes Moraes de Andrade (Representante da sociedade civil)

SECRETARIA-GERAL DA MESA DO SENADO FEDERAL

Subsecretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SSCOP)

Telefones: 311-4561 e 311-3265

CONSELHO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR
(Resolução do Senado Federal nº 20/93)

1ª Eleição Geral: 19.04.1995
2ª Eleição Geral: 30.08.1999
3ª Eleição Geral: 27.06.2001

Presidente: Senador Juvêncio da Fonseca ¹
Vice-Presidente: Senador Geraldo Althoff

PMDB					
Titulares	UF	Ramal	Suplentes	UF	Ramal
Juvêncio da Fonseca ²	MS	1128	1. Renan Calheiros	AL	2261
Carlos Becerra	MT	2291	2. (vago) ³		
Casildo Maldaner	SC	2141	3. Marluce Pinto	RR	1301
João Alberto Souza	MA	4073	4. Gilvam Borges	AP	2151
Nabor Júnior	AC	1478	5. Gerson Camata	ES	3203
PFL					
Geraldo Althoff	SC	2041	1. Carlos Patrocínio (PTB) ⁴	TO	4058
Moreira Mendes	RO	2231	2. (vago) ⁵		
Belo Parga	MA	3069	3. Mozarildo Cavalcanti	RR	1160
Waldeck Ornelas	BA	2212	4. Jonas Pinheiro	MT	2271
Bloco (PSDB/PPB)					
Antero Paes de Barros (PSDB)	MT	1248	1. Freitas Neto (PSDB) ⁶	PI	2131
Ricardo Santos (PSDB)	ES	2022	2. Romero Jucá (PSDB)	RR	2111
Benício Sampaio (PPB) ⁷	PI	3085	3. (vago) ¹⁰		
Bloco Parlamentar de Oposição (PT/PPS) ¹¹					
Heloísa Helena (PT)	AL	3107	1. Marina Silva (PT)	AC	2183
Jefferson Pérez (PDT)	AM	2061	2. Paulo Hartung (PSB) ¹²	ES	1129
PSB					
Roberto Saturnino (PT) ¹³	RJ	4229	1. Ademir Andrade	PA	2101
Senador Romeu Tuma – Corregedor do Senado (PFL/SP) (Membro nato – art. 25 da Resolução nº 20/93) – Ramal 2051					

Atualizada em outubro de 2002

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Subsecretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SSCOP)
Telefones: 311-4561 e 311-3265

Notas:

¹ Em 27.6.2001, na 14ª Reunião do Conselho, em sua nova composição, foram eleitos Presidente e Vice-Presidente os Senadores Gilberto Mestrinho e Geraldo Althoff respectivamente (Ata publicada no DSF de 29.6.2001). Em 13.8.2001, o Senador Gilberto Mestrinho licenciou-se do mandato, para tratamento de saúde, tendo assumido, interinamente, a Presidência do Conselho o seu Vice-Presidente, Senador Geraldo Althoff. Na Sessão de 5.9.2001, o Senador Gilberto Mestrinho comunicou sua renúncia às funções de Presidente e membro do Conselho. Em 13.9.2001, na 18ª Reunião do Conselho, foi eleito Presidente o Senador Juvêncio da Fonseca (Ata publicada no DSF de 20.9.2001).

² Eleito membro do Conselho de Ética e Decoro Parlamentar na Sessão de 5.9.2001, em face da renúncia do Senador Gilberto Mestrinho às funções de Presidente e membro do Conselho, anunciada na mesma Sessão.

³ Vaga ocupada pelo Senador Ney Suassuna até 14.11.2001, quando comunicou, em Plenário, o seu afastamento do mandato de Senador, para assumir o cargo de Ministro de Estado da Integração Nacional.

⁴ Licenciado do exercício do mandato por 121 dias, no período de 21.5 a 18.9.2002, conforme requerimentos aprovados na Sessão de 21.5.2002. Reassumiu em 19.9.2002, conforme comunicação lida na Sessão de 8.10.2002.

⁵ Comunicada sua filiação ao PTB na Sessão de 27.9.2001.

⁶ Vaga ocupada pelo Senador Freitas Neto até 20.11.2001, quando comunicou, em Plenário, sua renúncia às funções de membro suplente do Conselho pelo PFL, tendo em vista sua filiação ao PSDB, anunciada na Sessão de 9.10.2001. Na mesma Sessão de 20.11.2001, foi eleito membro suplente do Conselho na vaga do PSDB.

⁷ Licenciado do exercício do mandato por 121 dias, no período de 2.4 a 31.7.2002, conforme comunicação lida na Sessão de 24.4.2002. Reassumiu o mandato em 2.8, conforme comunicação lida na Sessão da mesma data.

⁸ Eleito na Sessão de 20.11.2001 para a vaga deixada pelo Senador Geraldo Melo, que, em 6.11.2001, comunicou, em Plenário, sua renúncia às funções de membro suplente do Conselho.

⁹ Eleito na Sessão de 14.5.2002, em substituição ao Senador Leomar Quintanilha, que, na Sessão de 10.10.2001, havia comunicado seu desligamento do PPB e filiação ao PFL.

¹⁰ Vaga ocupada até 17.8.2002 pelo Senador Reginaldo Duarte, eleito na Sessão de 14.5.2002, cujo exercício do mandato de Senador encerrou-se em virtude do retorno do titular, Senador Luiz Pontes. Antes, a vaga havia sido ocupada pelo Senador Luiz Pontes, eleito na Sessão de 20.11.2001 para a vaga deixada pelo Senador Sérgio Machado, que, por sua vez, em 8.11.2001, comunicara, em Plenário, sua renúncia às funções de membro suplente do Conselho, tendo em vista sua filiação ao PMDB, anunciada na Sessão de 3.10.2001.

¹¹ Comunicado o desligamento do PDT do Bloco Parlamentar de Oposição na Sessão de 17.4.2002.

¹² Comunicada sua filiação ao PSB na Sessão de 8.10.2001.

¹³ Comunicada sua filiação ao PT na Sessão de 16.5.2002, tendo anunciado sua desfiliação do PSB na Sessão de 6.3.2002.

CORREGEDORIA PARLAMENTAR
(Resolução nº 17, de 1993)

Composição ¹

Senador Romeu Tuma (PFL-SP)	Corregedor
(Vago) ²	1º Corregedor Substituto
(Vago) ³	2º Corregedor Substituto
Senador Lúcio Alcântara (PSDB-CE)	3º Corregedor Substituto

SENADO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DA MESA
Subsecretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SSCOP)
Telefones: 311-4561 e 311-4569

Notas:

¹ Reeleitos na Sessão Ordinária de 2.4.97, nos termos da Resolução nº 17, de 17.3.93.

² Em virtude da eleição do Senador Ramez Tebet à Presidência do Senado Federal, em 20.9.2001.

³ Vaga ocupada pelo Senador Joel de Hollanda até 31.1.1999, quando se encerrou seu mandato de Senador.

PROCURADORIA PARLAMENTAR

(Resolução do Senado Federal nº 40/95)

1ª Designação: 16.11.1995

2ª Designação: 30.06.1999

3ª Designação: 27.06.2001

PROCURADORES ¹

Senadores	UF	Ramal
PMDB		
Juvêncio da Fonseca	MS	1128
Gerson Camata	ES	3203
PFL		
Bernardo Cabral	AM	2081
Bloco (PSDB/PPB)		
Eduardo Siqueira Campos ²	TO	4070
PDT		
Jefferson Pères	AM	2081

Atualizada em abril de 2002

SECRETARIA-GERAL DA MESA
Subsecretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SSCOP)
Telefones: 311-4561 e 311-3265

Notas:

¹ Designados em 27.06.2001.

² Designado na Sessão de 16.4.2002 (DSF de 17.4.2002, p. 4664) para a vaga deixada pelo Senador Fernando Matusalém, em virtude do Ato nº 1, de 2002, da Mesa do Senado Federal, que declarou a perda de seu mandato de Senador pela representação do Estado de Rondônia (publicado no DSF de 6/3/2002).

³ O PDT desligou-se do Bloco de Oposição em 17.4.2002 (DSF de 18.4.2002).

SENADO FEDERAL
SECRETARIA - GERAL DA MESA
SUBSECRETARIA DE COMISSÕES
Diretora: CLEIDE MARIA BARBOSA F. CRUZ
Ramais: 3488 – 3489 - 3491 Fax: 1095

**SERVIÇO DE APOIO ÀS COMISSÕES ESPECIAIS
E PARLAMENTARES DE INQUÉRITO**

Chefe: WILL DE MOURA WANDERLEY
Ramais: 3623 Fax: 3606

Secretários: FRANCISCO NAURIDES BARROS (Ramal 3508)
DULCÍDIA RAMOS CALHÃO (Ramal 3514)
JANICE DE CARVALHO LIMA (Ramal 3511)
IRANI RIBEIRO DOS SANTOS (Ramal 4854)

SERVIÇO DE APOIO ÀS COMISSÕES MISTAS

Chefe: SÉRGIO DA FONSECA BRAGA
Ramais: 3507 - Fax: 3512

Secretários: MARIA DE FÁTIMA MAIA DE OLIVEIRA (Ramal: 3520)
CLEUDES BOAVENTURA FARIAS NERY (Ramal: 3503)
MARIA CONSUELO DE CASTRO SOUZA (Ramal: 3504)
RILVANA CRISTINA DE SOUZA MELO (Ramal: 3509)
HERMES PINTO GOMES (Ramal: 3502)

SERVIÇO DE APOIO ÀS COMISSÕES PERMANENTES

Secretários:	CAE	- LUIZ GONZAGA DA SILVA FILHO (Ramal: 4605)
	CAS	- EDNALDO MAGALHÃES SIQUEIRA - (Ramal: 4608)
	CCJ	- GILDETE LEITE DE MELO (Ramal: 3972)
	CE	- JÚLIO RICARDO BORGES LINHARES (Ramal: 4604)
	CFC	- JOSÉ FRANCISCO B. DE CARVALHO (Ramal: 3935)
	CI	- CELSO ANTONY PARENTE (Ramal: 4354)
	CRE	- MARIA LÚCIA FERREIRA DE MELLO (Ramal: 4777)

Atualizado em 30.7.2002

COMISSÕES PERMANENTES
(Arts. 72 e 77 RISF)

1) COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS - CAE					
Presidente: LÚCIO ALCÂNTARA					
Vice-Presidente: CARLOS BEZERRA					
(27 titulares e 27 suplentes)					
PMDB					
TITULARES	UF	Ramais	SUPLENTES	UF	Ramais
Luiz Pastore	ES	1403/3203	1 - Pedro Simon	RS	3230/3232
Carlos Bezerra	MT	2291/2297	2 - Iris Rezende	GO	2032/39
Nabor Júnior	AC	1478/4619	3 - Mauro Miranda	MS	2221/2227
Gilberto Mestrinho	AM	3104/3106	4 - Sérgio Machado	CE	2281/2285
João Alberto Souza	MA	4073/4074	5 - Renan Calheiros	AL	5151
Vago			6 - Gerson Camata	ES	3203/3204
Alberto Silva	PI	3055/3057	7 - Roberto Requião	PR	2401/2407
Ney Suassuna	PB	4345/4346	8 - Amir Lando	RO	3130/3132
Valmir Amaral	DF	1961/1963	9 - Marluce Pinto	RR	2401/2407
PFL					
TITULARES	UF	Ramais	SUPLENTES	UF	Ramais
Francelino Pereira	MG	2411/2417	1 - Jorge Bornhausen	SC	1123
José Agripino	RN	2361/2367	2 - Leomar Quintanilha	TO	2071/2072
Jonas Pinheiro	MT	2271/2272	3 - Moreira Mendes	RO	2231/2237
Antonio Carlos Júnior	BA	2191/2196	4 - Bernardo Cabral	AM	2081/2087
Paulo Souto	BA	3173/3175	5 - Romeu Tuma	SP	2051/57
Waldeck Ornelas	BA	2211/2215	6 - Geraldo Althoff	SC	2041/2047
Lindberg Cury	DF	2011/2017	7 - José Jorge	PE	1284/3245
BLOCO PSDB/PPB					
TITULARES	UF	Ramais	SUPLENTES	UF	Ramais
Freitas Neto	PI	2131/2137	1 - José Serra	SP	2351/2352
Lúcio Alcântara	CE	2301/2307	2 - Geraldo Melo	RN	2371/2377
Lúcio Coelho	MS	2381/2387	3 - Eduardo Siqueira Campos	TO	4070/4071
Romero Jucá	RR	2111/2117	4 - Luiz Pontes	CE	3242/3249
Ricardo Santos	ES	2022/2024	5 - Benício Sampaio	PI	4200/4206
BLOCO DE OPOSIÇÃO (PT,PPS)					
TITULARES	UF	Ramais	SUPLENTES	UF	Ramais
Eduardo Suplicy	SP	3213/3215	1 - José Eduardo Dutra	SE	2301/2307
Helôisa Helena	AL	3197/3199	2 - Paulo Hartung (cessão)	ES	1031/1231
José Fogaça	RS	1207/1607 2013/2014	3 - Roberto Freire	PE	2161/2164
PDT					
TITULAR	UF	Ramais	SUPLENTE	UF	Ramais
Lauro Campos	DF	2341/2347	1 - Jefferson Péres	AM	2061/2063
PSB					
TITULAR	UF	Ramais	SUPLENTE	UF	Ramais
Roberto Saturnino (1)	RJ	4220/4230	1 - Ademir Andrade	PA	2101/2109
PTB					
TITULAR	UF	Ramais	SUPLENTE	UF	Ramais
Fernando Bezerra	RN	2461/2464	1 - Arlindo Porto	MG	2321/2327

(1) Comunicação de desligamento do PSB publicada no DSF de 07/03/2002, e de filiação ao PT publicada no DSF de 17/05/2002

Reuniões: Terças-feiras às 10:00 horas
Secretário: Luiz Gonzaga da Silva Filho (Ramal: 4605)
Telefones da Secretaria: 311-3516/4605

Sala nº 19 – Ala Senador Alexandre Costa
Telefone da Sala de Reunião: 311-32 55
Fax: 311-4344 - E-mail: dirceu@senado.gov.br Atualizada em : 30/10/2002.

1.1) - COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS
SUBCOMISSÃO DE TURISMO

PRESIDENTE: SENADOR MOREIRA MENDES
VICE-PRESIDENTE: WELLINGTON ROBERTO
(05 TITULARES E 05 SUPLENTES)

TITULARES		SUPLENTES	
PMDB			
GILVAM BORGES	AP-2151/2152	1- ROBERTO REQUIÃO	PR- 2401/2407
WELLINGTON ROBERTO (3)	PB-3194/3195	2- IRIS REZENDE	GO- 2032/2033
TITULARES		SUPLENTES	
PFL			
MOREIRA MENDES	RO-2231/33	1- PAULO SOUTO	BA- 3173/74
TITULARES		SUPLENTES	
BLOCO PSDB/PPB			
GERALDO MELO (PSDB) (2)	RN-2371/2372	1-EDUARDO SIQUEIRA CAMPOS	TO- 4070/71
TITULARES		SUPLENTES	
BLOCO OPOSIÇÃO / PTB			
PAULO HARTUNG (1)	ES-1031/1129	1- ARLINDO PORTO	MG- 2321/2322
ORIGEM: REQUERIMENTO N º 07-CAE/2001			

REUNIÕES:

SALA N º 19 - ALA SEN. ALEXANDRE COSTA

SECRETÁRIO:

☎- SALA DE REUNIÕES: 311-3255

☎- SECRETARIA: 311-3516/4605

E-MAIL: dirceuv@senado.gov.br

FAX: 311-4344

ATUALIZADA EM: 22.02.2002

(1) Desfilou-se do PPS, em 02.10.2001, filiando-se ao PSB em 08.10.2001, passando a membro suplente da Comissão, por cessão, em 10.10.2001.

(2) Passou a membro suplente na Comissão, em 17.10.2001.

(3) Comunicação de filiação ao PTB publicada no DSF de 23/02/2002

2) COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS – CAS					
Presidente: ROMEU TUMA					
Vice-Presidente: MARINA SILVA					
(29 titulares e 29 suplentes)					
PMDB					
TITULARES	UF	Ramais	SUPLENTES	UF	Ramais
Maguito Vilela	GO	3149/3150	1 – Vago		
Marluce Pinto	RO	1301/4062	2 – Vago		
Mauro Miranda	GO	2091/2097	3 – Vago		
Pedro Simon	RS	3230/3232	4 – Vago		
Juvêncio da Fonseca	MT	3015/3016	5 – Amir Lando	RO	3130/3132
Casildo Maldaner	SC	2141/2146	6 – Carlos Bezerra	MT	2291/2297
Gilvam Borges	AP	2151/2157	7 – Alberto Silva	PI	3055/3057
Valmir Amaral	DF	4064/4065	8 – Nabor Júnior	AC	1478/4619
João Alberto Souza	MA	4073/4074	9 – Francisco Escórcio	DF	3069/3072
PFL					
TITULARES	UF	Ramais	SUPLENTES	UF	Ramais
Romeu Tuma	SP	2051/2057	1 – Bernardo Cabral	AM	2081/2087
Jonas Pinheiro	MT	2271/2277	2 – Paulo Souto	BA	3173/3175
Waldeck Ornelas	BA	2211/2215	3 – José Agripino	RN	2361/2367
Geraldo Althoff	SC	2041/2047	4 – Bello Parga	MA	3069/3072
Moreira Mendes	RO	2231/2237	5 – Antonio Carlos Júnior	BA	2191/2196
Maria do Carmo Alves	SE	4055/4057	6 – Vago		
Leomar Quintanilha	TO	2071/2072	7 – Francelino Pereira	MG	2411/2417
Lindberg Cury	DF	2011/2017	8 – José Jorge	PE	1284/3245
BLOCO PSDB/PPB					
TITULARES	UF	Ramais	SUPLENTES	UF	Ramais
Artur da Távola	RJ	2431/2432	Romero Jucá	RR	2111/2117
Benício Sampaio	PI	3085/3086	Luiz Otávio	PA	1027/4393
Luiz Pontes	CE	3242/3249	Geraldo Melo	RN	2371/2377
Chico Sartori	RO	2251/2258	Teotônio Vilela Filho	AL	4093/4095
Eduardo Siqueira Campos	TO	4070/4071	Lúcio Alcântara	CE	2301/2307
Ricardo Santos	ES	2022/2024	Lúdio Coelho	MS	2381/2387
BLOCO DE OPOSIÇÃO (PT, PPS)					
TITULARES	UF	Ramais	SUPLENTES	UF	Ramais
Emília Fernandes	RS	2331/2337	1 – Geraldo Cândido	RJ	2171/2177
Marina Silva	AC	2186/2189	2 – Heloísa Helena	AL	3197/99
Tião Viana	AC	3038/3493	3 – Roberto Freire	PE	2161/2164
PDT					
TITULARES	UF	Ramais	SUPLENTES	UF	Ramais
Lauro Campos	RS	2331/2337	1 – Jefferson Peres	AM	2061/2067
Sebastião Rocha	AP	2241/2247	2 – Osmar Dias	PR	2124/2125
PSB					
TITULAR	UF	Ramais	SUPLENTE	UF	Ramais
Ademir Andrade	PA	2101/2109	1 – Vago		

(1) Deixou o exercício do mandato, em virtude da reassunção do Titular em 11/03/2002.

Reuniões: Quartas-feiras às 14:00 horas

Secretário: José Roberto A. Cruz

Telefones da Secretaria: 311-4608/3515

09/10/2002

Sala nº 09 – Ala Senador Alexandre Costa

Telefone da Sala de Reunião: 311-3359

Fax: 311-3652 - E-mail: jracc@senado.gov.br

Atualizada em:

2.1) - COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS
SUBCOMISSÃO PERMANENTE PARA ACOMPANHAMENTO E INVESTIGAÇÃO DE CASOS DE
EXPLORAÇÃO DO TRABALHO E PROSTITUIÇÃO INFANTO-JUVENIS

PRESIDENTE: Senadora Marluce Pinto
VICE-PRESIDENTE: Senadora Maria do Carmo Alves
RELATORA: Senadora Heloísa Helena

PMDB

Marluce Pinto	RR – 1301/4062
Valmir Amaral	DF – 4064/4065

PFL

Geraldo Althoff	SC – 2041/2047
Maria do Carmo Alves	SE – 4055/4057

BLOCO PSDB/PPB

VAGO

BLOCO OPOSIÇÃO (PT,PPS)

Heloísa Helena	AL – 3197/3199
Emilia Fernandes	RS – 2331/2337

PDT

Sebastião Rocha	AP – 2241/2247
------------------------	-----------------------

SECRETÁRIO: JOSÉ ROBERTO A CRUZ
SALA Nº 09 - ALA SEN. ALEXANDRE COSTA
TEL (s) DA SECRETARIA: 311-3515/4608
FAX: 311-3652
E-MAIL: jrac@senado.gov.br
REUNIÕES: SALA Nº 11A - ALA SEN. ALEXANDRE COSTA
TEL.: DA SALA DE REUNIÕES: 311-3359

**2.2) - COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS
SUBCOMISSÃO PERMANENTE DO IDOSO**

**PRESIDENTE: SENADOR LEOMAR QUINTANILHA (1)
VICE-PRESIDENTE: SENADOR JUVÊNCIO DA FONSECA
RELATOR: SENADOR SEBASTIÃO ROCHA**

PMDB

**JUVÊNCIO DA FONSECA MT – 1128/1129
MARLUCE PINTO RR – 1301/4062**

PFL

**MARIA DO CARMO ALVES SE – 4055/4057
WALDECK ORNELAS BA – 2211/2217**

BLOCO PSDB/PPB

**LEOMAR QUINTANILHA (PFL) (1) TO – 2071/2072
Vaga cedida ao Bloco PT/PDT/PPS**

BLOCO OPOSIÇÃO (PT-PPS)

**HELOÍSA HELENA AL – 3197/3199
EMILIA FERNANDES RS – 2331/2337**

PDT

SEBASTIÃO ROCHA AP – 2241/2247

(1) Desfilou-se do PPB, sendo indicado membro titular da Comissão pelo PFL, em 18/10/2001.

**SECRETÁRIO: JOSÉ ROBERTO A CRUZ
SALA Nº 09 - ALA SEN. ALEXANDRE COSTA
TEL (s) DA SECRETARIA: 311-3515/4608
FAX: 311-3652
E-MAIL: jrac@senado.gov.br
REUNIÕES: SALA Nº 09 - ALA SEN. ALEXANDRE COSTA
TEL.DA SALA DE REUNIÕES: 311-3359**

**DESIGNADA EM: 06/10/1999
ATUALIZADA EM: 03/05/2001**

**2.3) - COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS
SUBCOMISSÃO DA SAÚDE**

**PRESIDENTE:
VICE-PRESIDENTE:
RELATOR:**

PMDB		
Marluce Pinto		RR – 1301/4062
Gilvam Borges		AP – 2151/2157
João Alberto Souza		MA – 4073/4074
PFL		
Geraldo Althoff		SC – 2041/2047
VAGO		
BLOCO PSDB/PPB		
Benício Sampaio		PI – 3085/3086
Freitas Neto		PI – 2131/2137
BLOCO OPOSIÇÃO (PT,PPS)		
Tião Viana		AC – 3038/3493
PDT		
Sebastião Rocha		AP – 2241/2247

**SECRETÁRIO: JOSÉ ROBERTO A CRUZ
SALA Nº 09 - ALA SEN. ALEXANDRE COSTA
TEL (s) DA SECRETARIA: 311-3515/4608
FAX: 311-3652
E-MAIL: jrac@senado.gov.br
REUNIÕES: SALA Nº 09 - ALA SEN. ALEXANDRE COSTA
TEL.DA SALA DE REUNIÕES: 311-3359**

**DESIGNADA EM: 26/04/2000
ATUALIZADA EM:**

2.4) - COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS
SUBCOMISSÃO DE MORADIA E DESENVOLVIMENTO URBANO

PRESIDENTE: Senador Mauro Miranda

VICE-PRESIDENTE: Senadora Maria do Carmo Alves

RELATOR:

(7 Titulares e 7 Suplentes)

TITULARES		SUPLENTE	
PMDB			
Mauro Miranda	GO – 2095/97	1. Casildo Maldaner	SC –
2141/47			
Juvêncio da Fonseca	MS – 1128/29	2. Vago	
PFL			
Lindberg Cury	DF – 2012/15	1. Paulo Souto	BA –
3173/75			
Maria do Carmo Alves	SE – 4055/57	2. Waldeck Ornelas	BA –
2211/17			
BLOCO PSDB/PPB			
Vago		1. Vago	
BLOCO OPOSIÇÃO (PT,PPS)			
Emilia Fernandes	RS – 2331/37		
PDT			
		1. Sebastião Rocha	AP –
2241/47			
PSB			
Ademir Andrade	PA – 2101/2109	1. Vago	

SECRETÁRIO: JOSÉ ROBERTO A CRUZ
SALA Nº 09 - ALA SEN. ALEXANDRE COSTA
TEL (s) DA SECRETARIA: 311-3515/4608
FAX: 311-3652
E-MAIL: jrac@senado.gov.br
REUNIÕES: SALA Nº 09 - ALA SEN. ALEXANDRE COSTA
TEL.DA SALA DE REUNIÕES: 311-3359

DESIGNADA EM: 03/10/2001
ATUALIZADA EM: 09/10/2001

3) COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA – CCJ					
Presidente: BERNARDO CABRAL					
Vice-Presidente: OSMAR DIAS					
(23 titulares e 23 suplentes)					
PMDB					
TITULARES	UF	Ramais	SUPLENTES	UF	Ramais
Gerson Camata	ES	3203/3204	1 – Marluce Pinto	RR	1301/4062
Maguito Vilela	GO	3149/3150	2 – Casildo Maldaner	SC	2141/2146
Iris Rezende	GO	2032/39	3 – Wellington Roberto (1)	PB	3194/95
Sérgio Machado	CE	2281/2285	4 – João Alberto Souza	MA	4073/4074
Pedro Simon	RS	3230/3232	5 – Carlos Bezerra	MT	2291/2297
Amir Lando	RO	3130/3132	6 – Ney Suassuna	PB	4345/4346
Roberto Requião	PR	2401/2407	7 – Vago		
PFL					
TITULARES	UF	Ramais	SUPLENTES	UF	Ramais
Bernardo Cabral	AM	2081/2087	1 – Jorge Bornhausen	SC	1123
Antonio Carlos Júnior	BA	2191/2196	2 – Moreira Mendes	RO	2231/2237
Francelino Pereira	MG	2411/17	3 – Waldeck Ornelas	BA	2211/2215
Bello Parga (2)	MA	3069/3072	4 – José Agripino	RN	2361/2667
Maria do Carmo Alves	SE	4055/57	5 – José Jorge	PE	1284/3245
Romeu Tuma	SP	2051/2057	6 – Leomar Quintanilha	TO	2071/2072
BLOCO PSDB/PPB					
TITULARES	UF	Ramais	SUPLENTES	UF	Ramais
Lúcio Alcântara	CE	2301/2307	José Serra	SP	2351/2352
Luiz Otávio	PA	1027/4393	Artur da Távola	RJ	2431/2432
Luiz Pontes	CE	3242/3249	Benício Sampaio	PI	3085/3086
Freitas Neto	PI	2131/2137	Ricardo Santos	ES	2022/2024
Romero Jucá	RR	2111/2117	Chico Sartori	RO	2251/2258
BLOCO DE OPOSIÇÃO (PT,PPS)					
TITULARES	UF	Ramais	SUPLENTES	UF	Ramais
José Eduardo Dutra	SE	2391/2397	1 – Eduardo Suplicy	SP	1478/4619
Roberto Freire	PE	2161/2164	2 – Marina Silva	AC	2181/2187
			3 – José Fogaça	RS	1207/1607
PDT					
TITULARES	UF	Ramais	SUPLENTES	UF	Ramais
Jefferson Peres	AM	2061/2067	1 – Sebastião Rocha	AP	2241/2247
Osmar Dias	PR	2121/2125			
PSB					
TITULARES	UF	Ramais	SUPLENTES	UF	Ramais
Ademir Andrade	PA	2101/2109	1 – Paulo Hartung	ES	1031/1231

(1) Comunicação de filiação ao PTB publicada no DSF de 23/02/2002

(3) Licenciado por 121 dias, a partir de 02/04/2002.

Reuniões: Quartas-feiras às 10:00 horas
 Secretária: Gildete Leite de Melo
 Telefones da Secretaria: 311-3972/4612
 Atualizada em 09/10/2002

Sala nº 03 – Ala Senador Alexandre Costa
 Telefone da Sala de Reunião: 311-3541
 Fax: 311-4315 - E-mail: gildete@senado.gov.br

3.1. COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA

SUBCOMISSÃO PERMANENTE DESTINADA A ACOMPANHAR E FISCALIZAR AS “INDICAÇÕES APONTADAS” NO RELATÓRIO FINAL DA “CPI DO JUDICIÁRIO” E RECEBER NOVAS DENÚNCIAS E INFORMAÇÕES RELACIONADAS COM O OBJETIVO DA INVESTIGAÇÃO.

PRESIDENTE:

VICE-PRESIDENTE:

RELATOR:

(7 TITULARES E 7 SUPLENTES)

TITULARES

SUPLENTES

PMDB – 3

PFL - 2

BLOCO PSDB/PPB - 1

BLOCO OPOSIÇÃO (PT,PPS) - 1

SECRETÁRIA: GILDETE LEITE DE MELO

TELEFONES DA SECRETARIA: 311-3972/4612

SALA Nº 03 - ALA SEN. ALEXANDRE COSTA

TEL. SALA DE REUNIÕES: 311-3541

FAX: 311- 4315

E.MAIL- gildete@senado.gov.br

Criada Conforme Requerimento nº 12-CCJ, de 1999, nos termos do Art. 73, do RISF.
Aprovado em 15/12/1999.

- **Retirada as indicações pelas Lideranças em 6 e 13.9.2000.**

Atualizada em 30/05/2001

4) COMISSÃO DE EDUCAÇÃO – CE					
Presidente: RICARDO SANTOS					
Vice-Presidente: MOREIRA MENDES					
(27 titulares e 27 suplentes)					
PMDB					
TITULARES	UF	Ramais	SUPLENTES	UF	Ramais
Amir Lando	RO	3130/3132	1 – Mauro Miranda	GO	2091/2095
Casildo Maldaner	SC	2141/2146	2 – Pedro Simon	RS	3230/3232
Gerson Camata	ES	3203/3204	3 – Vago (2)		
Gilvam Borges	AP	2151/2157	4 – Sérgio Machado	CE	2281/2285
Marluce Pinto	RR	1301/4062	5 – Alberto Silva	PI	3055/3057
Nabor Júnior	AC	1478/4619	6 – Maguito Vilela	GO	3149/50
José Sarney	AP	3429/3430	7 – Juvêncio da Fonseca	MT	3015/3016
Valmir Amaral	DF	4064/4065	8 – Vago		
Ney Suassuna	PB	4345/4346	9 – Vago		
PFL					
TITULARES	UF	Ramais	SUPLENTES	UF	Ramais
Geraldo Althoff	SC	2041/2047	Lindberg Cury	DF	2011/2017
Moreira Mendes	RO	2231/2237	Bernardo Cabral	AM	2081/2087
Waldeck Ornelas	BA	2211/2215	Francelino Pereira	MG	2411/2417
Leomar Quintanilha	TO	2071/2072	Jonas Pinheiro	MT	2271/2272
José Jorge	PE	1284/3245	Romeu Tuma	SP	2051/2057
Maria do Carmo Alves	SE	4055/4057	Paulo Souto	BA	3173/3175
(Vaga cedida ao PTB)			Antonio Carlos Júnior	BA	2191/2196
BLOCO PSDB/PPB					
TITULARES	UF	Ramais	SUPLENTES	UF	Ramais
Freitas Neto	PI	2131/2137	1 – Eduardo Siqueira Campos	TO	4070/4071
Artur da Távola	RJ	2431/2432	2 – Lúdio Coelho	MS	2381/2387
Ricardo Santos	ES	2022/2024	3 – Chico Sartori	RO	2251/2258
Teotônio Vilela Filho	AL	4093/4095	4 – Romero Jucá	RR	2111/2117
Benício Sampaio	PI	3085/3086	5 – Lúcio Alcântara	CE	2301/2307
Luiz Pontes	CE	3242/3249	6 – Luiz Otávio	PA	1027/4393
BLOCO DE OPOSIÇÃO (PT,PPS)					
TITULARES	UF	Ramais	SUPLENTES	UF	Ramais
Eduardo Suplicy	SP	1478/4619	1 – Geraldo Cândido	RJ	2117/2177
Emília Fernandes	RS	2331/2337	2 – Tião Viana	AC	3038/3493
Marina Silva	AC	2181/2187			
PDT					
TITULAR	UF	Ramais	SUPLENTES	UF	Ramais
Álvaro Dias	PR	3206/3207	1 – Lauro Campos	DF	2341/2347
			2 – Sebastião Rocha	AP	2241/2247
PSB					
TITULAR	UF	Ramais	SUPLENTE	UF	Ramais
Paulo Hartung	ES	1031/1129	1 – Roberto Saturnino (1)	RJ	4229/4230
PTB					
TITULAR	UF	Ramais	SUPLENTE	UF	Ramais
Arlindo Porto (por cessão do PFL)	MG	2321/2327			

(1) Comunicação de desligamento do PSB publicada no DSF de 07/03/2002 e de filiação ao PT publicada no DSF de 17/05/2002

(2) Vaga deixada pelo Sr. Robinson Viana, em virtude da reassunção do titular, Senador Ney Suassuna, em 8.04.2002.

Reuniões: Quintas-feiras às 14:00 horas

Secretário: Júlio Ricardo B. Linhares

Sala nº 15 – Ala Senador Alexandre Costa

Telefone da Sala de Reunião: 311-3276

4.1) – COMISSÃO DE EDUCAÇÃO

SUBCOMISSÃO DE RÁDIO E TV

**PRESIDENTE:
(09 TITULARES)**

TITULARES

PMDB

VAGO
VAGO
VAGO

PFL

VAGO
VAGO

BLOCO PSDB/PPB

VAGO
VAGO

BLOCO OPOSIÇÃO (PT,PPS)

VAGO
VAGO

REUNIÕES: SALA Nº 15 - ALA SEN. ALEXANDRE COSTA
SECRETÁRIO: JÚLIO RICARDO B. LINHARES
TEL (s) DA SECRETARIA: 311-3498/4604
3276
FAX: 311-3121
E-MAIL: julioric@senado.gov.br

TEL. DA SALA DE REUNIÃO: 311-

ATUALIZADA EM:

4.2) COMISSÃO DE EDUCAÇÃO

SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE CINEMA, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA

PRESIDENTE: FREITAS NETO

VICE-PRESIDENTE: SATURNINO BRAGA

COMPOSIÇÃO: 12 TITULARES E 12 SUPLENTE

TITULARES

SUPLENTE

PMDB

JOSÉ FOGAÇA (2)	RS-1207/1607	1-VALMIR AMARAL	DF-1962
GERSON CAMATA	ES-3203/04	2-NABOR JÚNIOR	AC-1478/4619
PEDRO SIMON	RS-3232	3-CASILDO MALDANER	SC-2141/42
JUVÊNCIO DA FONSECA	MS-3015/16	4-MAURO MIRANDA	GO-2091/92

PFL

FREITAS NETO	PI – 2131/37	1-GERALDO ALTHOFF	SC-2041/47
FRANCELINO PEREIRA	MG-2414/17	2-VAGO	
ANTÔNIO CARLOS JÚNIOR	BA-2191/96	3-ROMEU TUMA	SP-2051/57

BLOCO (PSDB/PPB)

LÚCIO ALCÂNTARA	CE-2303/08	1-VAGO	
RICARDO SANTOS	ES-2022/24	2-VAGO (1)	

BLOCO DE OPOSIÇÃO (PT-PPS)

GERALDO CANDIDO (PT)	RJ-2171/77	1-EDUARDO SUPPLY (PT)	SP-3213/15
EMÍLIA FERNANDES (PT)	RS-2331/37	2-MARINA SILVA (PT)	AC-2182/84

PSB

ROBERTO SATURNINO (3)	RJ-4229/30	VAGO	
-----------------------	------------	------	--

PDT

(1) Em virtude da reassunção do Senador Artur da Távola, em 25/09/2001.

(2) Desfilou-se do PMDB, em 01.10.2001, filiando-se ao PPS, sendo substituído na Comissão pelo Senador Sérgio Machado, em 10/10/2001.

(3) Comunicação de desligamento do PSB publicada no DSF de 07/03/2002 e de filiação ao PT publicada no DSF de 17/05/2002

REUNIÕES:

SECRETÁRIO: JÚLIO RICARDO B. LINHARES

TELEFONES DA SECRETARIA: 311-3498/4604

FAX: 311-3121

E-MAIL: julioric@senado.gov.br

SALA Nº 15 - ALA SEN. ALEXANDRE COSTA

TEL. DA SALA DE REUNIÃO: 311-3276

ATUALIZADA EM: 22/05/2002

4.3) COMISSÃO DE EDUCAÇÃO

SUBCOMISSÃO PERMANENTE DO LIVRO (BANCADA DO LIVRO)

PRESIDENTE:

VICE-PRESIDENTE:

COMPOSIÇÃO: 7 TITULARES E 7 SUPLENTEs

TITULARES		SUPLENTEs	
PMDB			
JOSÉ SARNEY	AP-3429/31	1-GERSON CAMATA	ES-3203/04
MARLUCE PINTO	RR-1101/1201	2-MAURO MIRANDA	GO-2091/92
PFL			
ANTÔNIO CARLOS JÚNIOR	BA-2191/96	1-WALDECK ORNÉLAS	BA-2211/17
FRANCELINO PEREIRA	MG-2414/17	2-MARIA DO CARMO ALVES	SE-4055/57
BLOCO (PSDB/PPB)			
RICARDO SANTOS	ES-2022/24	1-FREITAS NETO	PI-2131/37
LÚCIO ALCÂNTARA	CE-2303/08	2-TEOTÔNIO VILELA FILHO	AL-4093/95
BLOCO DE OPOSIÇÃO (PT-PPS)			
EMÍLIA FERNANDES - PT	RS-2331/37	1-ROBERTO SATURNINO – PT	RJ-4229/30
PDT			

REUNIÃO: ª FEIRA ÀS HORAS
SECRETÁRIO: JÚLIO RICARDO B. LINHARES
TELEFONES DA SECRETARIA: 311-3498/4604/2006
FAX: 311-3121/ 1319
E-MAIL: julioric@senado.gov.br

SALA Nº 15 - ALA SEM. ALEXANDRE COSTA
TEL. DA SALA DE REUNIÃO: 311-3276

ATUALIZADA EM: 16/05/02

4.4) COMISSÃO DE EDUCAÇÃO

SUBCOMISSÃO PERMANENTE DO ESPORTE

PRESIDENTE: GERALDO ALTHOFF

VICE-PRESIDENTE: LUIZ OTÁVIO

COMPOSIÇÃO: 7 TITULARES E 7 SUPLENTEs

TITULARES		SUPLENTEs	
PMDB			
VALMIR AMARAL	DF-1962	1-MAURO MIRANDA	GO-2091/92
MAGUITO VILELA	GO-1440/1132	2-AMIR LANDO	RO-3130/32
PFL			
GERALDO ALTHOFF	SC-2041/47	1-ROMEU TUMA	SP-2051/57
LEOMAR QUINTANILHA	TO-2072/73	2-LINDBERG CURY	DF-4070/71
BLOCO (PSDB/PPB)			
BENÍCIO SAMPAIO	PI-3085/87	1- CHICO SARTORI	RO-
LUIZ OTÁVIO (PPB)	PA-3050/4393	2-(VAGO)	
BLOCO DE OPOSIÇÃO (PT-PPS)			
		1-GERALDO CÂNDIDO – PT	RJ-2171/77
PDT			
ÁLVARO DIAS	PR-4059/60		

REUNIÃO: 2ª FEIRA ÀS HORAS
SECRETÁRIO: JÚLIO RICARDO B. LINHARES
TELEFONES DA SECRETARIA: 311-3498/4604/2006
FAX: 311-3121/ 1319
E-MAIL: julioric@senado.gov.br

SALA Nº 15 - ALA SEM. ALEXANDRE COSTA
TEL. DA SALA DE REUNIÃO: 311-3276

ATUALIZADA EM: 22/05/2002

5) COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL – CRE					
Presidente: JEFFERSON PÉRES					
Vice-Presidente: VAGO					
(19 titulares e 19 suplentes)					
PMDB					
TITULARES	UF	Ramais	SUPLENTES	UF	Ramais
Gilberto Mestrinho	AM	3104/3106	1 – Mauro Miranda	GO	2091/2095
Iris Rezende	GO	2032/2039	2 – Francisco Escórcio	DF	3069/3072
João Alberto Souza	MA	4073/4074	3 – Pedro Simon	RS	3230/3232
José Sarney	AP	3429/3430	4 – Roberto Requião	PR	2401/2407
Sérgio Machado	CE	2281/2285	5 – Wellington Roberto (1)	PB	3194/3195
Valmir Amaral	DF	1964/1965	6 – Nabor Júnior	AC	1478/4619
PFL					
TITULARES	UF	Ramais	SUPLENTES	UF	Ramais
Francelino Pereira			1 – Jorge Bornhausen	SC	1123
Bernardo Cabral	AM	2081/2087	2 – Bello Parga (3)	MA	3069/3072
Romeu Tuma	SP	2051/2057	3 – Waldeck Ornelas	BA	2211/2215
José Agripino	RN	2361/2367	4 – Geraldo Althoff	SC	2041/2047
Moreira Mendes	RO	2231/2237	5 – Paulo Souto	BA	3173/3175
BLOCO PSDB/PPB					
TITULARES	UF	Ramais	SUPLENTES	UF	Ramais
Geraldo Melo	RN	2371/2377	Artur da Távola	RJ	2431/2432
Lúdio Coelho	MS	2381/2387	Teotônio Vilela Filho	AL	4093/4095
José Serra	SP	2351/2352	Freitas Neto	PI	2131/2137
Benício Sampaio	PI	3085/3086	Luiz Otávio	PA	1027/4393
BLOCO DE OPOSIÇÃO (PT,PPS)					
TITULARES	UF	Ramais	SUPLENTES	UF	Ramais
Geraldo Cândido	RJ	2117/2177	1 – Eduardo Suplicy	SP	1478/4619
Tião Viana	AC	3038/3493	2 – Emília Fernandes	RS	2331/2337
PDT					
TITULAR	UF	Ramais	SUPLENTES	UF	Ramais
Jefferson Peres	AM	2061/2067	1 – Álvaro Dias	PR	3206/3207
PSB					
TITULARES	UF	Ramais	SUPLENTES	UF	Ramais
Roberto Saturnino (2)	RJ	4229/4230		PA	2101/2109

(1) Comunicação de filiação ao PTB publicada no DSF de 23/02/2002

(2) Comunicação de desligamento do PSB publicada no DSF de 07/03/2002, e de filiação ao PT publicada no DSF de 17/05/2002

(3) Licenciado por 121 dias, a partir de 02/04/2002

Reuniões: Quintas-feiras às 10:00 horas

Secretário: Maria Lúcia Ferreira de Melo

Telefone da Secretaria: 311-3259/3496/4777

Sala nº 07 – Ala Senador Alexandre Costa

Telefone da Sala de Reunião: 311-3367

Fax: 311-3546

Atualizada em :09/10/2002

6) COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRA-ESTRUTURA – CI					
Presidente: ALBERTO SILVA					
Vice-Presidente: LÚDIO COELHO					
(23 titulares e 23 suplentes)					
PMDB					
TITULARES	UF	Ramais	SUPLENTES	UF	Ramais
Alberto Silva	PI	3055/3057	1 – Juvêncio da Fonseca	MS	3015/3016
Fernando Ribeiro	PA	2441/2447	2 – Iris Rezende	GO	2032/2039
Valmir Amaral	DF	1961/1066	3 – Gerson Camata	ES	3203/3204
Mauro Miranda	GO	1478/4619	4 – Ney Suassuna	PB	4345/4346
Nabor Júnior	AC	2401/2407	5 – Gilberto Mestrinho	AM	3104/3106
Roberto Requião	PR	1101/1201	6 – Wellington Roberto (2)	PB	3139/3141
Marluce Pinto	RR		7 – Maguito Vilela	GO	1132/1332
PFL					
TITULARES	UF	Ramais	SUPLENTES	UF	Ramais
Romeu Tuma	SP	2052/2053	1 – Jonas Pinheiro	MT	2271/2272
Paulo Souto	BA	3173/3175	2 – Antonio Carlos Júnior	BA	2191/2196
Leomar Quintanilha	TO	2071/2072	3 – Maria do Carmo Alves	SE	4055/4057
José Jorge	PE	1284/3245	4 – Geraldo Althoff	SC	2041/2047
Arlindo Porto (Cessão ao PTB)	MG	2321/2327	5 – Carlos Patrocínio (Cessão ao PTB)	TO	4058/4068
Lindberg Cury	DF	2011/2017	6 – Waldeck Ornelas	BA	2211/2215
BLOCO PSDB/PPB					
TITULARES	UF	Ramais	SUPLENTES	UF	Ramais
Lúdio Coelho	MS	2381/2387	1 – Chico Sartori	RO	2251/2258
José Serra	SP	2351/2352	2 – Benício Sampaio	PI	3085/3086
Teotônio Vilela Filho	AL	4093/4095	3 – Luiz Pontes	CE	3242/3249
Luiz Otávio	PA	3050/3093	4 – Freitas Neto	PI	2131/2137
Eduardo Siqueira Campos	TO	4070/4071	5 – Romero Jucá	RR	2111/2119
BLOCO DE OPOSIÇÃO (PT,PPS)					
TITULARES	UF	Ramais	SUPLENTES	UF	Ramais
Geraldo Cândido (PT)	RJ	2117/2177	1 – Emília Fernandes (PT)	RS	2331/2337
Heloísa Helena (PT)	AL	3197/1508	2 – Tião Viana (PT)	AC	3038/3493
José Eduardo Dutra (PT)	SE	2391/2397			
Paulo Hartung (PSB) (1)	ES	1129/7020			
PDT					
TITULARES	UF	Ramais	SUPLENTES	UF	Ramais
			1 – Sebastião Rocha	AP	2242/2243
			2 – Lauro Campos	DF	2341/2347
PSB					
TITULARES	UF	Ramais	SUPLENTES	UF	Ramais
Ademir Andrade	PA	2101/2109	1 – Roberto Saturnino (3)	RJ	4229/4230

(1) Desfilou-se do PPS, em 02.10.2001, filiando-se ao PSB em 05.10.2001

(2) Comunicação de filiação ao PTB publicada no DSF de 23/02/2002

(3) Comunicação de desligamento do PSB publicada no DSF de 07/03/2002 e de filiação ao PT publicada no DSF de 17/05/2002

Reuniões: Terças-feiras às 10:00 horas (Ata publicada no DSF, de 12.09.97, páginas 18655/6)

Reuniões: Terças-feiras às 14:00 horas (Regimento Interno)

Sala nº 13 – Ala Senador Alexandre Costa

Secretário: Celso Parente

Telefone da Sala de Reunião: 311-3292

Telefone da Secretaria: 311-4354/4607/4354

Fax: 311-3286

Atualizada em : 09/10/2002

6.1) – COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRA-ESTRUTURA

SUBCOMISSÃO PERMANENTE DESTINADA A ANALISAR ACIDENTES QUE ACARRETEM DANOS AO MEIO AMBIENTE.

PRESIDENTE: Senador Geraldo Cândido

RELATOR: Senador Valmir Amaral

COMPOSIÇÃO: (07 TITULARES E 07 SUPLENTEs)

TITULARES

SUPLENTEs

PMDB			
Alberto Silva	PI – 3055/57	1- Iris Rezende	GO – 2032/39
Roberto Requião	PR – 2401/07	2- Valmir Amaral	DF – 1961/66
Gerson Camata	ES – 3203/04	3- Gilberto Mestrinho	AM – 3104/06
PFL			
Paulo Souto	BA – 3173/75	1- Mario do Carmo Alves	SE – 1306/4659
Jonas Pinheiro	MT – 2271/77	2 – VAGO	
BLOCO PSDB/PPB			
Teotonio Vilela Filho	AL – 4093/95	1- Luiz Otávio	PA – 3050/3093
BLOCO DE OPOSIÇÃO (PT/PPS)			
Geraldo Cândido	RJ – 2171/77	1- Roberto Saturnino	RJ – 4229/30
PDT			

REUNIÕES:

SECRETÁRIO: CELSO PARENTE

SALA Nº 13 – ALA SEN. ALEXANDRE COSTA

TELEFONES DA SECRETARIA: 311-4354/7284/4607

FAX: 311-3286 - TEL. SALA DE REUNIÃO: 311-3292

ATUALIZADA EM:

7) COMISSÃO DE FISCALIZAÇÃO E CONTROLE – CFC					
Presidente: AMIR LANDO					
Vice-Presidente: JONAS PINHEIRO					
(17 titulares e 9 suplentes)					
PMDB					
TITULARES	UF	Ramais	SUPLENTES	UF	Ramais
Alberto Silva	PI	3055/3057	1 – Gilberto Mestrinho	AM	3104/3106
Ney Suassuna	PB	4345/4346	2 – Francisco Escórcio	DF	3069/3072
Juvêncio da Fonseca	MS	3015/3016	3 – Wellington Roberto (1)	PB	3139/3141
Fernando Ribeiro	PA	1049			
Valmir Amaral	DF	1961/1966			
Amir Lando	RO	3130/3132			
PFL					
TITULARES	UF	Ramais	SUPLENTES	UF	Ramais
Antonio Carlos Júnior	BA	2191/2196	1 – Bello Parga	MA	3069/3072
Geraldo Althoff	SC	2041/2047	2 – Francelino Pereira	MG	2411/2417
Moreira Mendes	RO	2231/2237			
Jonas Pinheiro	MT	2271/2272			
BLOCO PSDB/PPB					
TITULARES	UF	Ramais	SUPLENTES	UF	Ramais
Eduardo Siqueira Campos	TO	4070/4071	1 – Freitas Neto	PI	2131/2137
Chico Sartori	RO	2251/2258	2 – Ricardo Santos	ES	2022/2024
Romero Jucá	RR	2111/2117			
BLOCO DE OPOSIÇÃO (PT,PPS)					
TITULARES	UF	Ramais	SUPLENTES	UF	Ramais
Eduardo Suplicy	SP	1478/4619	1 - José Eduardo Dutra	SE	2391/2397
Heloísa Helena	AL	3197/3199			
PDT					
TITULAR	UF	Ramais	SUPLENTE	UF	Ramais
Jefferson Péres	AM	2061/2067			
PSB					
TITULARES	UF	Ramais	SUPLENTES	UF	Ramais
	RJ	4229/4230	1 – Ademir Andrade	PA	2101/2109

(1) Comunicação de filiação ao PTB publicada no DSF de 23/02/2002

(2) Comunicação de desligamento do PSB publicada no DSF de 07/03/2002 e de filiação ao PT publicada no DSF de 17/05/2002

(3) Licenciado por 121 dias, a partir de 02/04/2002.

Reuniões: Quartas-feiras às 18:00 horas (*)

Secretário: José Francisco B. Carvalho

Telefone da Secretaria: 311-3935/3519

(*) Horário de acordo com deliberação do Colégio de Presidentes de Comissões e Líderes Partidários.

Atualizada em : 09/10/2002

Sala nº 06 – Ala Senador Nilo Coelho

Telefone da Sala de Reunião: 311-3254

Fax: 311-1060

7.1) COMISSÃO DE FISCALIZAÇÃO E CONTROLE

SUBCOMISSÃO DESTINADA A ANALISAR O DESCUMPRIMENTO DE DECISÃO JUDICIAL PROFERIDA NO PROCESSO EM QUE FIGURAM COMO PARTES O BANCO DO NORDESTE DO BRASIL - BNB E A EMPRESA AGROINDUSTRIAL E REFLORESTADORA - S/A - ARISA.

**PRESIDENTE: SENADOR ALBERTO SILVA
VICE-PRESIDENTE: SENADOR MOREIRA MENDES
(05 TITULARES E 03 SUPLENTEs)**

TITULARES		SUPLENTEs	
PMDB			
ALBERTO SILVA	PI-3055/57	1-WELLINGTON ROBERTO (3)	PB-3194/95
LUIZ OTÁVIO (2)	PA-3050/4393		
PFL			
MOREIRA MENDES	RO-2231/37	1-FREITAS NETO (1)	PI-2131/37
BLOCO (PSDB/PPB)			
VAGO (4)		1-RICARDO SANTOS	ES-
		2022/24	
BLOCO OPOSIÇÃO (PT-PPS)			
PDT			
JEFFERSON PERES	AM-2061/67		

(1) Desfilou-se do PFL, filiando-se ao PSDB, sendo substituído na Comissão pelo Senador Jonas Pinheiro, em 10/10/2001, e designado membro suplente, pelo Bloco PSDB/PPB, em 17/10/2001.

(2) Filiou-se ao PPB.

(3) Substituído na Comissão pelo Senador Amir Lando, em 21/11/2001.

(4) Nos termos do Ato nº 1, de 2002, da Mesa do Senado Federal, que declarou a perda do mandato do Senador Fernando Matusalém, pela representação do Estado de Rondônia (Publicado no DSF, de 06/03/2002)

REUNIÕES:

SECRETÁRIO: JOSÉ FRANCISCO B. DE CARVALHO
TELEFONES DA SECRETARIA: 3935 / 3519
Fax 311-1060

ALA SENADOR NILO COELHO

SALA Nº 06 - telefone: 311-3254
Email: jcarvalho@sgmsleg.senado.gov.br
ATUALIZADA EM: 05/03/2002

COMISSÃO PARLAMENTAR CONJUNTA DO MERCOSUL (Representação Brasileira)

PRESIDENTE DE HONRA: SENADOR JOSÉ SARNEY

Presidente: Senador Roberto Requião

Vice-Presidente: Deputado Ney Lopes

Secretário-Geral: Deputado Feu Rosa

Secretária-Geral Adjunta: Senadora Emilia Fernandes

(18 Titulares e 18 Suplentes)

MEMBROS TITULARES					MEMBROS SUPLENTEs				
SENADORES									
NOME	UF	GAB	FONE	FAX	NOME	UF	GAB	FONE	FAX
PMDB									
ROBERTO REQUIÃO	PR	***09	311 2401	323 4198	1. PEDRO SIMON	RS	*** 03	311 3232	311 1018
CASILDO MALDANER	SC	###15	224-5884	323 4063	2. AMIR LANDO	RO	### 15	311 3130	323 3428
JOSÉ FOGAÇA	RS	*07	311 1207	223-6191	3. MARLUCE PINTO	RR	**8s	311 1301	225 7441
PFL									
JORGE BORNHAUSEN (1)	SC	** 04	311 4206	323 5470	1. WALDECK ORNELAS	BA	# 13	311 2211	323-4592
ADIR GENTIL	SC	### 05	311 2041	323 5099	2. JOSÉ JORGE	PE		311-1284	
Bloco (PSDB/PPB)									
ANTERO PAES DE BARROS	MT	#24	311 1348	321 9470	1. LUIZ OTÁVIO	PA	###	3111027	3114393
LÚDIO COELHO	MS		3112381	3112387	2. RICARDO SANTOS	ES	*13	311-2022	323-5625
PT/PPS (2)									
EMÍLIA FERNANDES	RS	##59	311-2331	323-5994	1.Jefferson Péres (PDT)	AM	###07	311-2061	323-3189
PTB									
ARLINDO PORTO	MG	*05	311-2324	323-2537	1. VAGO				

(1) Licenciado do exercício do mandato, a partir de 22/02/2002

(2) O PDT se desliga do Bloco de Oposição, conforme Ofício nº 27/2002, publicado no DSF, de 18/4/2002.

LEGENDA:		
* ALA SEN. AFONSO ARINOS	# ALA SEN. TEOTÔNIO VILELA	@ EDIFÍCIO PRINCIPAL
** ALA SEN. NILO COELHO	## ALA SEN. TANCREDO NEVES	@ @ ALA SEM. RUY CARNEIRO
*** ALA SEN. ALEXANDRE COSTA	### ALA SEN. FELINTO MÜLLER	@ @ @ ALA SEN. DINARTE MARIZ

MEMBROS TITULARES					MEMBROS SUPLENTE				
DEPUTADOS									
NOME	UF	GAB	FONE	FAX	NOME	UF	GAB	FONE	FAX
BLOCO PSDB/PTB									
MARISA SERRANO	MS	237	318-5237	318-2237	1. VICENTE CAROPRESO	SC	662	318-5662	3182662
FEU ROSA	ES	960	318-5960	318-2960	2. YEDA CRUSIUS	RS	956	318-5956	3182956
BLOCO PFL/PST									
NEY LOPES	RN	326	318-5326	318-2326	1. LUCIANO PIZZATTO	PR	541	318-5541	3182541
PAULO GOUVÊA	SC	755	318-5755	318-2755	2. RONALDO CAIADO	GO	227	318-5227	3182227
PMDB									
CONFÚCIO MOURA	RO	*573	318-5573	318-2573	1. EDINHO BEZ	SC	703	318-5703	3182703
DARCÍSIO PERONDI	RS	518	318-5518	318-2518	2. OSMAR SERRAGLIO	PR	845	318-5845	3182845
PT									
PAULO DELGADO	MG	*268	318-5268	318-2268	1. Dr. ROSINHA	PR			
PPB									
JARBAS LIMA	RS	621	318-5621	318-2621	1.CELSO RUSSOMANNO	SP	756	318-5756	3182756
BLOCO PSB/PcdoB									
EZÍDIO PINHEIRO	RS	744	318-5744	318-2744	1.INÁCIO ARRUDA	CE	*582	318-5582	3182582

LEGENDA:
* GABINETES LOCALIZADOS NO ANEXO III
GABINETES LOCALIZADOS NO ANEXO II

SECRETARIA DA COMISSÃO:
ENDEREÇO: CÂMARA DOS DEPUTADOS - ANEXO II - SALA T/24 - BRASÍLIA - DF – 70160-900
FONE: (55) (061) 318 7436 - 318 7186 - 318 8232 - 318 7433 - FAX: (55) (061) 318 2154
www.camara.gov.br/mercossul
e_mail - cpcm@camara.gov.br
SECRETÁRIO: ANTONIO FERREIRA COSTA FILHO
ASSESSORIA TÉCNICA: Dra. MARIA CLÁUDIA DRUMMOND, Dr. FRANCISCO EUGÊNIO ARCANJO

Atualizada em 29/05/2002

PREÇO DE ASSINATURA SEMESTRAL

Assinatura DCD ou DSF s/o porte	R\$ 31,00
Porte de Correio	R\$ 96,0
Assinatura DCD ou DSF c/o porte (cada)	R\$ 127,60
Valor do número avulso	R\$ 0,30
Porte avulso	R\$ 0,80

PREÇO DE ASSINATURA ANUAL

Assinatura DCD ou DSF s/o porte	R\$ 62,00
Porte de Correio	R\$ 193,20
Assinatura DCD ou DSF c/o porte (cada)	R\$ 255,20
Valor do número avulso	R\$ 0,30
Porte avulso	R\$ 0,80

ug = 030002
gestão = 02902

Os pedidos deverão ser acompanhados de Nota de Empenho, Ordem de Pagamento pelo Banco do Brasil, Agência 3602-1, conta nº 170500-8, ou recibo de depósito via FAX (0xx61) 224-5450, a favor do FUNSEEP, indicando a assinatura pretendida, conforme tabela de códigos identificadores abaixo discriminados:

02000202902001-3 – Subsecretaria de Edições Técnicas
02000202902002-1 – Assinaturas de Diários
02000202902003-X – Venda de Editais
02000202902004-8 – Orçamento/Cobrança
02000202902005-6 – Venda de Aparas de Papel
02000202902006-4 – Alienação de Bens (leilão)
02000202902007-2 – Secretaria Especial de Editoração e Publicações

SECRETARIA ESPECIAL DE EDITORAÇÃO E PUBLICAÇÕES
PRAÇA DOS TRÊS PODERES S/Nº - BRASÍLIA - DF - CEP 70165-900
CGC 00.530.279/0005-49

Obs.: Não será recebido cheque via carta para efetivar assinaturas dos DCN

Maiores informações pelos telefones (0xx61) 311-3812 e (0xx61) 311-3803. Serviço de Administração Econômica-Financeira/Controle de Assinaturas, com José Leite, Ivanir Duarte Mourão ou Solange Viana Cavalcante.



SENADO FEDERAL

Secretaria Especial de Editoração e Publicações

Subsecretaria de Edições Técnicas

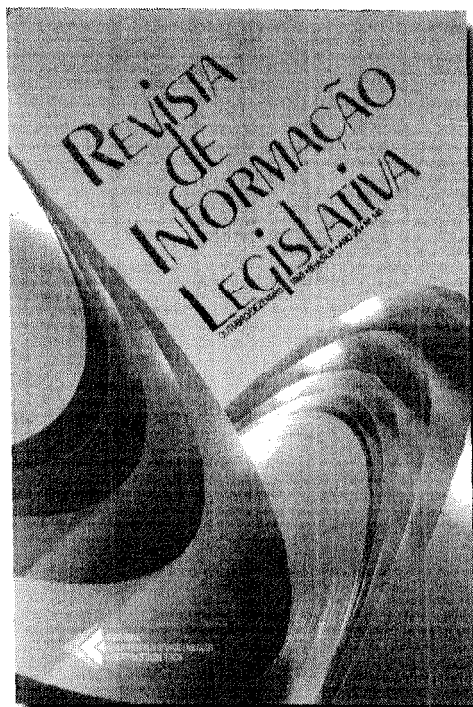
Revista de Informação Legislativa

Publicação periódica, com circulação trimestral, atualmente em sua 141ª edição. Divulga trabalhos elaborados pela Subsecretaria de Edições Técnicas, além de artigos de colaboração. Os trabalhos reportam-se a assuntos da área do direito e ciências afins, de interesse dos temas em debate no Congresso Nacional ou que se relacionem ao Poder Legislativo. Cada edição compreende, em média, trinta artigos inéditos.

Exemplar avulso: R\$ 10,00

Edições anteriores: R\$ 10,00

Assinatura anual (4 edições): R\$ 40,00



Conheça nosso catálogo na Internet

www.senado.gov.br/web/seepcat/catalogo.cfm

Para adquirir essa ou outra publicação:

- 1 - Confirme o preço e disponibilidade pelo telefone **(061) 311-3575**;
- 2 - Efetue depósito, no valor total da compra, em nome de **FUNSEEP**, agência **3602-1**, do **Banco do Brasil**, Conta-corrente **170.500-8**, preenchendo o campo "depósito identificado (código dv)/finalidade" com o código **02000202902001-3** (obrigatório);
- 3 - Para sua segurança, mantenha cópia do comprovante do depósito;
- 4 - Encaminhe o formulário abaixo (se necessário, anexe lista das publicações desejadas), acompanhado do comprovante **ORIGINAL** do depósito, para:

Subsecretaria de Edições Técnicas do Senado Federal
Via N2 - Unidade de apoio III - Praça dos Três Poderes
70.165-900 - Brasília - DF

Nome:

Endereço:

Cidade:

CEP:

UF:

Publicação	Quantidade	Preço Unit. (R\$)	Preço Total (R\$)



SENADO FEDERAL
Secretaria Especial de Editoração e Publicações
Subsecretaria de Edições Técnicas

Conheça algumas de nossas publicações

Revista de Informação Legislativa – Publicação periódica, com circulação trimestral, atualmente em sua 141ª edição. Divulga trabalhos elaborados pela Subsecretaria de Edições Técnicas, além de artigos de colaboração. Os trabalhos reportam-se a assuntos da área do direito e ciências afins, de interesse dos temas em debate no Congresso Nacional ou que se relacionem ao Poder Legislativo. Cada edição compreende, em média, trinta artigos inéditos.



Exemplar avulso: R\$ 10,00

Edições anteriores: R\$ 10,00

Assinatura anual (4 edições): R\$ 40,00



Constituição da República Federativa do Brasil, de 1988

Publicação com atualização permanente. Contém o texto constitucional de 5 de outubro de 1988 com as alterações introduzidas pelas Emendas Constitucionais de Revisão, de nºs 1 a 6, e demais emendas constitucionais.

Preço por exemplar: R\$ 5,00

Consulte nosso catálogo na Internet: www.senado.gov.br/web/seepcat/catalogo.cfm

Para adquirir uma ou mais publicações:

- 1 - Confirme o preço e disponibilidade pelo telefone **(061) 311-3575**;
- 2 - Efetue depósito, no valor total da compra, em nome de **FUNSEEP**, agência **3602-1**, do **Banco do Brasil**, Conta-corrente **170.500-8**, preenchendo o campo "depósito identificado (código dv)/finalidade" com o código **02000202902001-3** (obrigatório);
- 3 - Para sua segurança, mantenha cópia do comprovante do depósito;
- 4 - Encaminhe o formulário abaixo (se necessário, anexe lista das publicações desejadas), acompanhado do comprovante **ORIGINAL** do depósito, para:

Subsecretaria de Edições Técnicas do Senado Federal
Via N2 - Unidade de apoio III - Praça dos Três Poderes
70.165-900 - Brasília - DF

Nome:

Endereço:

Cidade:

CEP:

UF:

Publicação	Quantidade	Preço Unit. (R\$)	Preço Total (R\$)



SENADO FEDERAL
Secretaria Especial de Editoração e Publicações
Subsecretaria de Edições Técnicas

Oito Anos de Parlamento

Coleção Biblioteca Básica Brasileira

Relato da experiência de Afonso Celso de Assis Figueiredo Júnior como Deputado na Câmara dos Deputados, representando a província de Minas Gerais de dezembro de 1881 a novembro de 1889. Com 163 páginas e introdução do Senador Lúcio Alcântara.

Preço por exemplar: R\$ 15,00



Conheça nosso catálogo na Internet
www.senado.gov.br/web/seepcat/catalogo.cfm

Para adquirir essa ou outra publicação:

- 1 - Confirme o preço e disponibilidade pelo telefone **(061) 311-3575**;
- 2 - Efetue depósito, no valor total da compra, em nome de **FUNSEEP**, agência **3602-1**, do **Banco do Brasil**, Conta-corrente **170.500-8**, preenchendo o campo "depósito identificado (código dv)/finalidade" com o código **02000202902001-3** (obrigatório);
- 3 - Para sua segurança, mantenha cópia do comprovante do depósito;
- 4 - Encaminhe o formulário abaixo (se necessário, anexe lista das publicações desejadas), acompanhado do comprovante **ORIGINAL** do depósito, para:

Subsecretaria de Edições Técnicas do Senado Federal
Via N2 - Unidade de apoio III - Praça dos Três Poderes
70.165-900 - Brasília - DF

Nome:			
Endereço:			
Cidade:		CEP:	UF:
Publicação	Quantidade	Preço Unit. (R\$)	Preço Total (R\$)



SENADO FEDERAL
Secretaria Especial de Editoração e Publicações
Subsecretaria de Edições Técnicas

Clodomir Cardoso

Coleção Grandes Vultos que Honraram o Senado

Obra organizada por Luciano de Sousa Dias,
com 580 páginas. Traz a biografia do Senador
da República Clodomir Cardoso, seu perfil
parlamentar, resumo de suas atividades
públicas, discursos e projetos.

Preço por exemplar: R\$ 10,00



Conheça nosso catálogo na Internet

www.senado.gov.br/web/seepcat/catalogo.cfm

Para adquirir essa ou outra publicação:

- 1 - Confirme o preço e disponibilidade pelo telefone **(061) 311-3575**;
- 2 - Efetue depósito, no valor total da compra, em nome de **FUNSEEP**, agência **3602-1**, do **Banco do Brasil**, Conta-corrente **170.500-8**, preenchendo o campo "depósito identificado (código dv)/finalidade" com o código **02000202902001-3** (obrigatório);
- 3 - Para sua segurança, mantenha cópia do comprovante do depósito;
- 4 - Encaminhe o formulário abaixo (se necessário, anexe lista das publicações desejadas), acompanhado do comprovante **ORIGINAL** do depósito, para:

Subsecretaria de Edições Técnicas do Senado Federal
Via N2 - Unidade de apoio III - Praça dos Três Poderes
70.165-900 - Brasília - DF

Nome:			
Endereço:			
Cidade:		CEP:	UF:
Publicação	Quantidade	Preço Unit. (R\$)	Preço Total (R\$)



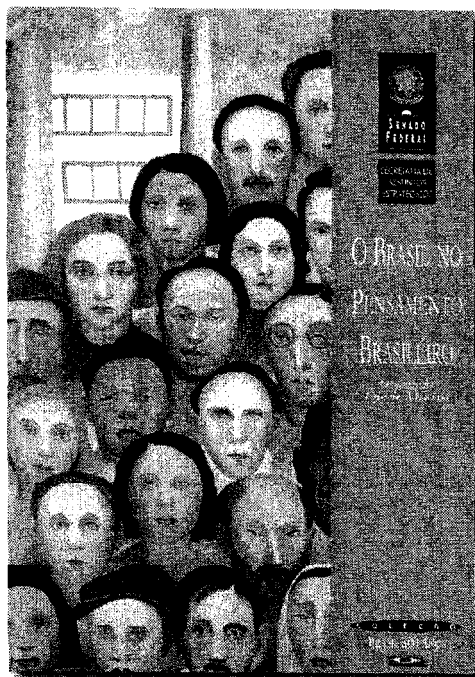
SENADO FEDERAL
Secretaria Especial de Editoração e Publicações
Subsecretaria de Edições Técnicas

O Brasil no Pensamento Brasileiro

Coleção Brasil 500 Anos

"Trata-se de um conjunto de leituras sobre temas básicos da realidade e da história brasileiras, preparado com o objetivo de colocar ao rápido alcance do leitor textos que se encontram em múltiplas obras, muitas delas de difícil acesso". Volume de 822 páginas, com introdução, seleção, organização e notas bibliográficas de Djacir Meneses.

Preço por exemplar: R\$ 30,00



Conheça nosso catálogo na Internet

www.senado.gov.br/web/seepcat/catalogo.cfm

Para adquirir essa ou outra publicação:

- 1 - Confirme o preço e disponibilidade pelo telefone **(061) 311-3575**;
- 2 - Efetue depósito, no valor total da compra, em nome de **FUNSEEP**, agência **3602-1**, do **Banco do Brasil**, Conta-corrente **170.500-8**, preenchendo o campo "depósito identificado (código dv)/finalidade" com o código **02000202902001-3** (obrigatório);
- 3 - Para sua segurança, mantenha cópia do comprovante do depósito;
- 4 - Encaminhe o formulário abaixo (se necessário, anexe lista das publicações desejadas), acompanhado do comprovante **ORIGINAL** do depósito, para:

Subsecretaria de Edições Técnicas do Senado Federal
Via N2 - Unidade de apoio III - Praça dos Três Poderes
70.165-900 - Brasília - DF

Nome:			
Endereço:			
Cidade:		CEP:	UF:
Publicação	Quantidade	Preço Unit. (R\$)	Preço Total (R\$)



SENADO FEDERAL
Secretaria Especial de Editoração e Publicações
Subsecretaria de Edições Técnicas

Constituição da República Federativa do Brasil, de 1988

Publicação com atualização permanente.
Contém o texto constitucional de 5 de
outubro de 1988 com as alterações
introduzidas pelas Emendas Constitucionais
de Revisão, de nºs 1 a 6, e demais emendas
constitucionais

Preço por exemplar: R\$ 5,00



Conheça nosso catálogo na Internet
www.senado.gov.br/web/seepcat/catalogo.cfm

Para adquirir essa ou outra publicação:

- 1 - Confirme o preço e disponibilidade pelo telefone **(061) 311-3575**;
- 2 - Efetue depósito, no valor total da compra, em nome de **FUNSEEP**, agência **3602-1**, do **Banco do Brasil**, Conta-corrente **170.500-8**, preenchendo o campo "depósito identificado (código dv)/finalidade" com o código **02000202902001-3** (obrigatório);
- 3 - Para sua segurança, mantenha cópia do comprovante do depósito;
- 4 - Encaminhe o formulário abaixo (se necessário, anexe lista das publicações desejadas), acompanhado do comprovante **ORIGINAL** do depósito, para:

Subsecretaria de Edições Técnicas do Senado Federal
Via N2 - Unidade de apoio III - Praça dos Três Poderes
70.165-900 - Brasília - DF

Nome:			
Endereço:			
Cidade:		CEP:	UF:
Publicação	Quantidade	Preço Unit. (R\$)	Preço Total (R\$)



EDIÇÃO DE HOJE: 72 PÁGINAS